



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL  
CAMPUS PORTO ALEGRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**CLAIR ELIANE NAYSINGER BORGES**

**GESTÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:  
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E  
EXTENSÃO**

Porto Alegre

2024

**CLAIR ELIANE NAYSINGER BORGES**

**GESTÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:  
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E  
EXTENSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, oferecido pelo *Campus* Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Linha de Pesquisa: Organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Porto Alegre

2024

B732 Borges, Clair Eliane Naysinger

Gestão patrimonial na Educação Profissional e Tecnológica: incorporação de bens móveis de projetos de ensino, pesquisa e extensão / Clair Eliane Naysinger Borges – Porto Alegre, 2024.

159 f. : il., color.

Orientador: Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Porto Alegre, 2024.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Propriedade pública. 3. Gestão patrimonial. I. Vieira, Josimar de Aparecido. II. Título.

CDU: 37:004

Elaborada por Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura - CRB10/2229

---

**CLAIR ELIANE NAYSINGER BORGES**

**GESTÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:  
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E  
EXTENSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 19 de novembro de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Orientador

---

Profa. Dra. Cristhianny Bento Barreiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

---

Prof. Dr. Sérgio Wesner Viana

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

---

Prof. Dr. Fabrício Sobrosa Affeldt

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

---

**CLAIR ELIANE NAYSINGER BORGES**

**GUIA DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES:  
ORIENTAÇÕES PARA EXTENSIONISTAS E PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 19 de novembro de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Orientador

---

Profa. Dra. Cristhianny Bento Barreiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

---

Prof. Dr. Sérgio Wesner Viana

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

---

Prof. Dr. Fabrício Sobrosa Affeldt

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho de pesquisa. Primeiramente, à minha família, cujo amor incondicional, apoio e compreensão foram a força motriz por trás de cada etapa desta jornada acadêmica. Sem o encorajamento e suporte emocional de vocês, este trabalho não teria sido possível.

Ao meu orientador, Dr. Josimar de Aparecido Vieira, desejo expressar minha mais profunda apreciação. Sua orientação perspicaz, paciência e incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Seus conselhos sábios e apoio inabalável foram uma fonte constante de inspiração e motivação.

Aos meus professores, Dra. Clarice Monteiro Escott, Dra. Liliane Madruga Prestes, Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França, Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira, Dr. Sérgio Wesner Viana, Dra. Aline Nichele, Dra. Andréia Zucolotto e à professora visitante Dra. Lucília Regina de Souza Machado, gostaria de estender meu sincero agradecimento pela dedicação e paixão pelo ensino que moldaram meu percurso acadêmico. Cada lição aprendida sob sua orientação contribuiu significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos membros da banca de qualificação, Dra. Cristhianny Bento Barreiro, Dr. Fabrício Sobrosa Affeldt e Dr. Sérgio Wesner Viana, expresso minha gratidão pelas valiosas contribuições que enriqueceram significativamente este trabalho.

A todas as outras pessoas que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, meu profundo reconhecimento. Seja por fornecer ideias valiosas, apoio técnico ou simplesmente palavras de incentivo, cada gesto não passou despercebido e foi fundamental para a conclusão deste projeto.



A gestão patrimonial compreende diversas atividades, entre elas a de tombamento, registro, guarda, controle, movimentação, preservação, baixa, incorporação e inventário dos bens que integram o acervo patrimonial da entidade pública ou privada, além da designação de pessoas responsáveis pela condução dessa atividade.

(Barcellos *et al.*, 2017, p. 19)

## RESUMO

Este trabalho de conclusão foi desenvolvido no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT). Está vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e pertence ao Macroprojeto de Organização de espaços pedagógicos da EPT. Teve a finalidade de analisar a gestão patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), evidenciando ferramentas e formas de controle no que se refere à incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanentes na Instituição, provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo a EPT. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, do tipo descritiva, com dimensão exploratória, que foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, acompanhada de um tratamento quantitativo. Para tanto, foi utilizada análise de documentos, pesquisa bibliográfica e estudo de campo, em que participaram os responsáveis pela gestão e controle dos referidos bens de cada *campi* e da Reitoria do IFSul, perfazendo 14 sujeitos já que o *Campus* Gravataí não foi envolvido pois a pesquisadora é a responsável pela Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio. Também estiveram envolvidos pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores responsáveis pelos setores de ensino, pesquisa e extensão dos 14 *campi* e da Reitoria. A recolha de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário aos responsáveis pela gestão e controle de bens móveis e realização de entrevistas estruturadas com os pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores de ensino, pesquisa e extensão. Com esta investigação, foi possível evidenciar a importância da gestão patrimonial dos bens móveis, considerando a legislação vigente, como parte integrante da gestão educacional. Por meio do controle e conservação desses bens, a comunidade acadêmica dispõe de condições objetivas adequadas para o desenvolvimento da educação integral dos estudantes, contribuindo efetivamente para o aperfeiçoamento da qualidade do ensino. Os resultados obtidos forneceram subsídios essenciais para a produção da dissertação e do produto educacional que integram o curso de mestrado. Além disso, as descobertas contribuíram para facilitar a compreensão dos principais conceitos e procedimentos na execução e prestação de contas de projetos de pesquisa e extensão, melhorar a gestão patrimonial e promover maior eficiência e clareza nos procedimentos administrativos do IFSul, fornecendo orientações úteis tanto para extensionistas quanto para pesquisadores. Como resultado direto, espera-se que tais melhorias contribuam para o alcance dos objetivos educacionais das instituições de ensino que oferecem EPT.

**Palavras-Chave:** EPT; Patrimônio Público; Gestão Patrimonial; Bens Móveis; Organização dos espaços pedagógicos.

## ABSTRACT

This final paper was developed in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS), which belongs to the Postgraduate Program in Professional and Technological Education in a national network (ProfEPT). It is linked to the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT) and belongs to the Macroproject of Organization of Pedagogical Spaces of EPT. It aimed to analyze the asset management of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFSul), highlighting tools and forms of control regarding the asset incorporation of permanent movable assets in the Institution, originating from teaching, research and extension projects involving EPT. This is an applied research, descriptive in nature, with an exploratory dimension, which was developed through a qualitative approach, accompanied by a quantitative treatment. To this end, document analysis, bibliographic research and field study were used, in which those responsible for the management and control of the aforementioned assets of each campus and the Rector of IFSul participated, totaling 14 subjects, since the Gravataí Campus was not involved because the researcher is responsible for the Coordination of Warehouse and Assets. Also involved were pro-rectors, directors, department heads and coordinators responsible for the teaching, research and extension sectors of the 14 campuses and the Rector. Data collection was carried out by applying a questionnaire to those responsible for the management and control of movable assets and conducting structured interviews with the pro-rectors, directors, department heads and teaching, research and extension coordinators. With this investigation, it was possible to highlight the importance of the asset management of movable assets, considering the current legislation, as an integral part of educational management. Through the control and conservation of these assets, the academic community has adequate objective conditions for the development of the integral education of students, effectively contributing to the improvement of the quality of teaching. The results obtained provided essential support for the production of the dissertation and the educational product that are part of the master's degree course. In addition, the findings contributed to facilitate the understanding of the main concepts and procedures in the execution and reporting of research and extension projects, improve asset management and promote greater efficiency and clarity in the administrative procedures of IFSul, providing useful guidance for both extension workers and researchers. As a direct result, it is expected that such improvements will contribute to the achievement of the educational objectives of educational institutions that offer EPT.

**Keywords:** EPT; Public Assets; Asset Management; Movable Assets; Organization of pedagogical spaces.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

<b>Figura 1</b> - Mapa do Estado do Rio Grande do Sul com a localização da Reitoria e dos <i>campi</i> do IFSul em 2023.....	31
<b>Figura 2</b> - Formas de entradas de um bem ao patrimônio em organizações públicas .....	46
<b>Figura 3</b> - Tela inicial de login no sistema SUAP no IFSul .....	49
<b>Figura 4</b> - Módulos da área “administração” do sistema SUAP em 2023 .....	50
<b>Figura 5</b> - Módulos da área “administração” do SUAP - IFSul: almoxarifado e patrimônio em 2023.....	52
<b>Quadro 1</b> - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 1 .....	67
<b>Quadro 2</b> - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 2 .....	69
<b>Quadro 3</b> - Análise das respostas dos entrevistados para as perguntas 3 e 5.....	71
<b>Quadro 4</b> - Análise das respostas dos entrevistados na categoria: “prestação de contas de projetos” .....	73
<b>Quadro 5</b> - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 4 .....	75
<b>Quadro 6</b> - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 6 .....	80
<b>Quadro 7</b> - Dificuldades no processo de incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão segundo os coordenadores de patrimônio dos <i>campi</i> do IFSul .....	86
<b>Quadro 8</b> - Momento de acionamento do setor de patrimônio para tratamento de bens móveis adquiridos por projetos de ensino, pesquisa e extensão.....	92
<b>Quadro 9</b> - Trabalhos encontrados no Observatório do ProfEPT (2023) relacionados à gestão pública, gestão patrimonial e ensino, pesquisa e extensão de 2019 a 2023 .....	97
<b>Quadro 10</b> - Síntese dos resultados da avaliação do PE pelos avaliadores do IFSul, 2024.....	109

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição do tempo de ingresso dos participantes no IFSul .....	83
<b>Tabela 1</b> - Distribuição dos cargos dos técnicos administrativos em educação dos coordenadores de patrimônio do IFSul .....	84
<b>Tabela 2</b> - Distribuição da formação dos coordenadores de patrimônio do IFSul.....	84
<b>Tabela 3</b> - Padronização dos procedimentos para incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão nos <i>campi</i> do IFSul .....	87
<b>Tabela 4</b> - Adequação dos procedimentos para incorporação de bens móveis adquiridos por projetos de ensino, pesquisa e extensão segundo os coordenadores de patrimônio dos <i>campi</i> do IFSul .....	89
<b>Gráfico 2</b> - Frequência de consultas ao setor de patrimônio por coordenadores de projetos de ensino, pesquisa e extensão .....	90
<b>Gráfico 3</b> - Conhecimento dos coordenadores de projetos de ensino, pesquisa e extensão sobre a necessidade de incorporação de bens móveis permanentes adquiridos nos projetos .....	91
<b>Gráfico 4</b> - Avaliação da atração do PE: conteúdo, design e interesse dos avaliadores do IFSul.....	104
<b>Gráfico 5</b> - Avaliação da compreensão do PE: clareza, propósito, vocabulário, qualidade e quantidade do conteúdo .....	105
<b>Gráfico 6</b> - Avaliação do envolvimento com o conteúdo do PE .....	106
<b>Gráfico 7</b> - Avaliação da aceitação do conteúdo do PE .....	107
<b>Gráfico 8</b> - Avaliação da Mudança de Ação no PE.....	108

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

COREN/RS - Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul

CRC/RS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul

CST - Curso Superior de Tecnologia

COAP - Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio

DCNEPT - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica

EAD - Educação a distância

ENA - Exame Nacional de Acesso

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETP - Escola Técnica de Pelotas

ETFPEL - Escola Técnica Federal de Pelotas

GT - Grupo de Trabalho

IA - Inteligência Artificial

IFES - Instituto Federal do Espírito Santo

IFSUL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFs - Institutos Federais

IN - Instrução Normativa

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PE - Produto Educacional

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SEDAP - Secretaria de Administração Pública da Presidência da República

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RS - Rio Grande do Sul

TAEs - Técnicos Administrativos em Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TED - Termo de Execução Descentralizada

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UG – Unidade Gestora

UNEDS - Unidades de Ensino Descentralizadas

UNIFRAN - Universidade de Franca

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>26</b>
2.1 HISTÓRIA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL.....	26
2.1.1 Histórico do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio- grandense (IFSul) na rede federal.....	30
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROMOVENDO A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NA ESCOLA PÚBLICA.....	32
2.2.1 Mestrados profissionais em educação profissional e tecnológica .....	34
2.2.2 Educação profissional e tecnológica: desafios atuais.....	37
2.3 GESTÃO PATRIMONIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	39
2.3.1 Coordenadoria de almoxarifado e patrimônio (COAP): atribuições e sistemas de controles internos .....	43
2.3.1.1 Sistema de gestão patrimonial utilizado no IFSul.....	48
2.3.2 Gestão patrimonial na incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão.....	52
2.3.2.1 Ensino pesquisa e extensão, categorias indissociáveis na EPT ...	53
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>60</b>
3.1 UNIVERSO E AMOSTRA .....	62
3.2 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS .....	62
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>64</b>
4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS.....	66
4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO .....	82
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	92
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>96</b>
5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO .....	103
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>114</b>
<b>APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>123</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENADORES DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DOS CAMPI DO IFSUL</b> .....	<b>141</b>
<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES DE PATRIMÔNIO DOS CAMPI DO IFSUL</b> .....	<b>143</b>
<b>APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>150</b>
<b>ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)</b> .....	<b>154</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A música, “Um dia após o outro” de Tiago Iorc (Um dia, 2015) destaca:

Pra começar  
Cada coisa em seu lugar  
E nada como um dia após o outro  
Por que apressar?  
Se não sabe onde chegar  
Correr em vão se o caminho é longo.

Assim como na música, na melodia da vida, percebo que cada passo é uma nota, e cada nota, uma história a ser contada. Como Tiago Iorc nos inspira em sua música "Um dia após o outro", reconheço a sabedoria intrínseca em permitir que a vida siga seu curso natural, sem pressa, sem ansiedade, apenas um passo de cada vez.

Nesse contexto, trago inicialmente nesta introdução, minha trajetória de vida, como meio de explorar a importância do tempo, da reflexão e da jornada pessoal na construção do conhecimento e da identidade. Inspirada na mensagem da música, busquei compreender como cada escolha, cada erro e cada caminho percorrido moldaram minha trajetória de vida e continuam influenciando nas minhas decisões do presente. Como o próprio refrão nos lembra, "nada como um dia após o outro", e é nessa cadência que marco minha jornada, reconhecendo que cada etapa, por mais desafiadora que seja, contribuiu para a narrativa única que é a minha história.

Meu nome é Clair Eliane Naysinger Borges, tenho 49 anos e apresento um breve relato sobre minha trajetória escolar e profissional como forma de situar o leitor no trabalho que desenvolvi. Minha educação básica teve início na escola municipal Jerônimo Timóteo da Fonseca, onde cursei até o quarto ano do ensino fundamental. Posteriormente, ingressei em uma escola particular, porém gratuita, chamada Fundação Bradesco, onde cursei os anos restantes do ensino fundamental e os três anos do então segundo grau técnico, denominado Administração de Empresas, concluindo essa etapa da minha educação no ano 1992. Neste mesmo ano, casei e logo veio meu primeiro filho. Por não ter condições de dar continuidade aos estudos, optei por parar no segundo grau (atual ensino médio) e focar em uma atividade que me proporcionasse um retorno financeiro rápido e capaz de auxiliar na renda familiar.

Foram 21 anos dedicados ao "empreendedorismo" na prestação de serviços na área de estética. Mesmo assim, nunca desisti do sonho de retomar os estudos. No

entanto, o capital sempre falava mais alto, a constante necessidade de adquirir algo material e a fluidez financeira que essa prestação de serviço gerava me fizeram ficar afastada dos estudos durante anos. Em 2012, decidi retomar e me inscrevi em um processo seletivo para um curso técnico em Contabilidade, oferecido pela rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, na Escola Mascarenhas de Moraes, localizada no município de Cachoeirinha, sendo classificada em 34º lugar, num total de 35 vagas.

Com esse curso ampliei meus conhecimentos, mas percebi que, se quisesse trabalhar nesta área, teria que buscar em outras fontes o aprofundamento teórico e a aplicação prática na contabilidade. Apesar do currículo do curso ter contemplado componentes curriculares relevantes à aplicabilidade, o conteúdo era fragmentado e muitas vezes superficial. Isso se deu pelo fato de a instituição de ensino não possuir as ferramentas necessárias, tais como, laboratório de informática e software de contabilidade, para articular a teoria ensinada com a prática necessária. Percebendo isso e com o objetivo de obter meu registro no Conselho de Classe dos Contadores do Rio Grande do Sul para atuar como contabilista, optei pela realização do estágio para conclusão do curso ao invés de elaborar o trabalho de conclusão do curso.

O referido estágio foi realizado em um grande escritório contábil em que aprendi na prática todas as declarações obrigatórias e acessórias, mensais e anuais, que uma empresa precisa enviar aos órgãos competentes. Após a conclusão do curso Técnico em Contabilidade e com o registro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC/RS) em mãos, passei a focar em concursos públicos. Em 2014, participei de cinco concursos de nível médio na área de contabilidade, sendo aprovada em quatro deles. O primeiro órgão que me nomeou foi o Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul (COREN/RS), onde trabalhei alguns meses na contabilidade, até ser convocada em 2015 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Porto Alegre, para o cargo de Técnica em Contabilidade. No ano seguinte, em 2016, permutei com um colega de mesmo cargo para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) - *Campus* Gravataí, onde trabalho atualmente e exerço a função de Coordenadora do Almoxarifado e Patrimônio.

Incentivada pelo plano de carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), em 2015 dei seguimento aos meus estudos, concluindo no ano 2017 o Curso Superior de Tecnologia (CST) em Processos Gerenciais na Universidade de Franca

(UNIFRAN). Logo em seguida frequentei um curso de pós-graduação *lato sensu* - Especialização em Gestão Pública, ambas na modalidade de educação a distância (EaD), conciliando o trabalho e a família. O citado CST foi proveitoso, agregando conhecimento à minha formação, ficando surpreendida com o conteúdo teórico disponibilizado. Aprendi também a organizar e otimizar meu tempo. Para concluir a graduação, contei com a orientação do professor Claudio Scheidt Guimarães, que foi fundamental na realização do meu primeiro Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No entanto, a pós-graduação foi mais certificatória, não obtendo nenhum retorno do meu orientador. Saí com a certeza de que aquela etapa serviu apenas para incrementar meus rendimentos em cinco por cento.

Em 2019, soube do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Realizei o Exame Nacional de Acesso (ENA) como tentativa de ingressar no citado programa obtendo a classificação 14º lugar. Como foram disponibilizadas apenas 12 vagas para servidores da rede federal, não consegui obter êxito. Nos anos seguintes, a forma de ingresso mudou devido à pandemia da Covid-19, tornando praticamente impossível entrar.

No ano de 2022, o ENA retornou no formato anterior para ingresso de novos mestrandos. Foi então que realizei novamente o citado exame e fui aprovada, conseguindo ingressar em um mestrado de qualidade e gratuito. Isso significou não apenas uma forma de agregar mais conhecimentos, mas também uma oportunidade de entender um pouco mais sobre esta modalidade educacional denominada educação profissional e tecnológica (EPT), no qual estou inserida, na condição de servidora, no cargo de técnica administrativa.

Como estudante do ProfEPT desde o início do ano de 2023, frequentei componentes curriculares obrigatórios e eletivos assim como desenvolvi o processo de investigação para a produção do trabalho de conclusão de curso, apresentado nesta dissertação. Para tanto, na elaboração do projeto de pesquisa, o tema foi delimitado considerando, entre outros fatores, minha trajetória profissional e educacional, assim como as afinidades e atividades que desenvolvo no ambiente de trabalho.

Diante do surgimento de diversos desafios, um em específico despertou o interesse que diz respeito à gestão patrimonial na educação profissional e tecnológica, mais especificamente a incorporação de bens móveis de projetos de ensino, pesquisa

e extensão. Trata-se de estudar e buscar soluções de gestão, dada sua relevância para os gestores de patrimônio e para aqueles que coordenam e executam projetos de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, esse estudo pode contribuir para trazer clareza e padronização nos procedimentos de incorporação utilizados pelas unidades gestoras dos patrimônios do IFSul-rio-grandense.

Vale destacar que, como servidora do IFSul - *Campus* Gravataí no cargo de Técnica em Contabilidade, sou responsável pela gestão patrimonial, desempenhando a função de coordenadora do almoxarifado e patrimônio (COAP). A gestão patrimonial teve início com o estabelecimento das atividades do *Campus* em 2015, sendo que, inicialmente, o trabalho relacionado à gestão patrimonial era conduzido como uma atividade ligada à Reitoria. Em 2019, a COAP foi instituída, e passei a coordenar as atividades, enfrentando os desafios característicos desse setor.

Neste espaço/setor em que atuo profissionalmente, percebo diversos problemas no desempenho de minhas funções, com destaque para a incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente que são adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um episódio que envolve a falta de padronização e de conhecimento por parte dos coordenadores/executores desses projetos quanto à necessidade de incorporar aos bens da instituição os materiais adquiridos com recursos de investimento, que por muitas vezes, tal necessidade é percebida na fase de prestação de contas.

Nesta direção, venho desenvolvendo a gestão pública que requer o planejamento, organização, direção e controle dos bens e interesses públicos, de acordo com os princípios administrativos, visando o bem comum por meio de seus modelos delimitados no tempo e no espaço (Santos, 2017). Como destaca Lima (2006, p. 08), “[...] gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito. [...] A gestão pública é focada em resultados e orientada para o cidadão”.

Nas instituições públicas, a gestão patrimonial é considerada uma área de grande importância sendo responsável por controlar o patrimônio público que pode ser conceituado como um “[...] conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente, das entidades que compõem a Administração Pública” (Kummer, 2011, p. 18), que servem para alcançar seus objetivos ou atender às necessidades coletivas.

Para Torres Junior e Silva (2003), o patrimônio público engloba todos os bens de natureza ou espécie que tenham interesse para a administração pública e que

possam ser objetos de uso pela coletividade. Na mesma linha Bernardes (2009, p. 10), diz que, “[...] controle patrimonial é uma forma pela qual as organizações gerenciam todos os bens móveis e imóveis adquiridos de variadas formas” como a compra, cessão ou doação, permuta, comodato, transferência, leasing, produção própria, locação e avaliação. Neste sentido, incorporação ou tombamento de bens patrimoniais é o conjunto de procedimentos que têm por finalidade identificar e registrar o bem como integrante do patrimônio de uma Instituição.

De acordo com Lima (2019, p. 19), “[...] o significado de patrimônio em uma instituição privada ou pública difere no tocante ao volume quantitativo dos bens que uma instituição possui”. Para gerir efetivamente esse patrimônio, é essencial implementar controles eficientes, possuir conhecimento sólido das tarefas administrativas e contar com um sistema operacional confiável. Essa função demanda considerável atenção e esforço. Dito isso, é inegável a importância da gestão patrimonial para o bom desempenho de qualquer instituição, no que tange ao serviço público, tornando necessário o correto uso do dinheiro público, cada vez mais escasso, na busca da eficiência dos serviços públicos prestados à sociedade.

Portanto, administrar o patrimônio público é uma tarefa que requer esforço, conhecimento, controle, cuidado e a participação ativa de todas as pessoas responsáveis pela gestão patrimonial, as quais devem garantir o adequado controle e preservação do acervo desse patrimônio. Conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária (Brasil, 1988).

Diante dessas ponderações e preocupações acerca da gestão dos bens públicos, está situado o objeto de investigação deste trabalho de pesquisa que trata da incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão ao patrimônio, definindo-se como o tema principal. Trata-se de uma investigação que está vinculada à linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica", e faz parte do Macroprojeto de Organização de Espaços Pedagógicos da EPT do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que pertence ao ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Este curso/programa abrange os processos educativos em espaços formais e não formais relacionados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimento, bem como as dimensões de organização e implementação dos espaços educativos. Seu enfoque de atuação visa promover a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir a formação integral do estudante.

A delimitação do problema de pesquisa levou em conta as contribuições de Barros (2011, p. 163), em que aponta o problema como o recorte final, ou seja, “[...] esta questão mais específica que ilumina um tema delimitando-o de maneira singular, e que traz em si uma indagação fundamental a ser percorrida [...]”. Dessa forma, a problemática que envolveu este estudo foi assim delimitada: **Considerando a gestão patrimonial do IFSul e sua importância para a EPT, quais ferramentas e formas de controle são necessárias para garantir a incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?** Partiu-se do pressuposto de que tais ferramentas e formas de controle contribuiriam para a definição de um produto educacional que orientasse e auxiliasse na padronização do fluxo e na incorporação desses bens.

Por se tratar de um tema e problema de pesquisa ainda pouco pesquisado e conhecido da pesquisadora, neste trabalho de pesquisa foram utilizadas questões de pesquisa, conforme seguem:

a) Como se caracteriza a gestão patrimonial no âmbito da EPT, que é desenvolvida no IFSul, especialmente dos bens móveis proveniente de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

b) Que dificuldades são encontradas nos processos de incorporação de bens permanentes que foram adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

c) Que ferramentas e formas de controle podem ser utilizadas no processo de incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

d) Qual a concepção que os servidores responsáveis pela coordenação e execução dos projetos de pesquisa, ensino e extensão possuem acerca da necessidade de incorporação dos bens móveis de natureza permanente provenientes desses projetos?

e) Que produto educacional pode contribuir para o controle patrimonial, de bens

móveis de natureza permanente que são adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

Com base no problema e nas questões de pesquisa, definiu-se o objetivo geral da pesquisa seguindo as orientações de Bello (2007, p. 19): “A definição dos objetivos determina onde o pesquisador quer chegar com a realização do trabalho de pesquisa. [...] Objetivo é sinônimo de meta, fim”. Neste sentido, os objetivos de uma pesquisa científica esclarecem o que é pretendido com o estudo e indicam as metas que almejamos alcançar ao final da investigação. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 219), o objetivo geral “[...] está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas. Vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto”.

Nesta direção, esta investigação tem o seguinte propósito: **Analisar a gestão patrimonial do IFSul, evidenciando ferramentas e formas de controle necessários à incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo a EPT.** Diante dessa sistematização, foi elaborado um produto educacional que oriente e contribua para a padronização do fluxo e a incorporação desses bens.

Para alcançar esse objetivo geral foram constituídos os objetivos específicos relacionados abaixo, considerando os apontamentos de Marconi e Lakatos (2003, p. 219), que destacam os objetivos específicos com um caráter mais concreto. “[...] Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares”.

a) Caracterizar a gestão patrimonial no âmbito da EPT, desenvolvida no IFSul, com ênfase nos bens móveis proveniente de projetos de ensino, pesquisa e extensão;

b) Identificar dificuldades encontradas nos processos de incorporação de bens permanentes que foram adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão;

c) Indicar ferramentas e formas de controle no processo de incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão;

d) Identificar a concepção dos servidores responsáveis pela coordenação e execução dos projetos de pesquisa, ensino e extensão acerca da necessidade de

incorporação dos bens móveis de natureza permanente provenientes desses projetos adquiridos por meio de orçamento de investimentos, bem como, os procedimentos necessários para a incorporação destes bens no patrimônio;

e) Produzir um produto educacional que contribua para o controle patrimonial, de bens móveis de natureza permanente que são adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, foram adotados procedimentos metodológicos envolvendo os princípios de uma pesquisa de natureza aplicada, do tipo descritiva, com dimensão exploratória, desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, acompanhada de um tratamento quantitativo. Nela participaram os responsáveis pela gestão e controle dos bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão de cada *Campus* e da Reitoria do IFSul, assim como os pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores de ensino, pesquisa e extensão. Foram recolhidos dados por meio da aplicação de um questionário e realização de entrevistas. O detalhamento da metodologia que foi utilizada encontra-se na seção específica desta dissertação, denominada “Metodologia”.

Com o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, foi possível elaborar um produto educacional que oriente os profissionais em EPT (professores e técnicos administrativos) responsáveis pela execução de projetos de ensino, pesquisa ou extensão que venham a adquirir bens com recursos de investimentos vinculados a esses projetos, a realizar a correta entrada e incorporação desses materiais ao patrimônio da instituição à qual estejam vinculados.

Mediante a definição desses aspectos centrais da pesquisa, foi possível elaborar o texto desta dissertação, que está estruturado em seis seções. Inicialmente consta esta introdução, que apresenta uma síntese da trajetória pessoal e profissional da pesquisadora, com o propósito de compreender as razões que levaram à escolha do tema investigado, bem como as relações existentes entre o objeto de pesquisa e a pesquisadora. Em seguida, são abordados os aspectos da pesquisa propriamente dita, ou seja, é apresentado o tema, demonstrando sua origem, relevância e delimitação. Além disso, são descritos o problema de investigação, as questões de pesquisa, os objetivos (geral e específicos) e são anunciados aspectos relacionados aos procedimentos metodológicos adotados na realização da investigação.

Na sequência, apresenta-se o referencial teórico, composto por um conjunto de conhecimentos necessários para fundamentar e articular a pesquisa com base em



estudos já realizados sobre o tema investigado, incluindo as origens da EPT, a trajetória histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC) no Brasil e da instituição objeto da pesquisa. Além disso, a EPT é analisada como uma oportunidade de formação integral na escola pública e os desafios atuais dessa modalidade de ensino. São abordados ainda aspectos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, considerados categorias indissociáveis da EPT, bem como à gestão patrimonial na EPT, especialmente a necessidade de incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Na terceira seção, discorre-se de forma detalhada sobre a metodologia utilizada durante a investigação. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, do tipo descritiva, com dimensão exploratória, desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, acompanhada de um tratamento quantitativo, sendo utilizadas análise de documentos, pesquisa bibliográfica e um estudo de campo. São apresentados aspectos da pesquisa realizada, o universo e a amostra, bem como os instrumentos utilizados para a coleta de informações e a maneira como essas foram analisadas.

Dando continuidade, na próxima seção encontra-se a análise dos dados coletados na pesquisa de campo. Esta seção subdivide-se em três partes: análise e interpretação dos dados das entrevistas realizadas com os pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores de pesquisa e extensão dos *campi* do IFSul; análise e interpretação dos dados dos questionários aplicados aos coordenadores de patrimônio dos *campi*; e, ao final, são apresentados os resultados e discussões decorrentes deste estudo.

Antecedendo a última parte desta dissertação, encontram-se detalhados a concepção e o processo de construção do produto educacional denominado “Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica”. Nesta seção é apresentado o processo de construção e o detalhamento da avaliação a que foi submetido. Além disso, esta seção inclui um levantamento do que já foi publicado no ProfEPT sobre os assuntos relacionados ao tema e uma revisão de literatura sobre os conceitos básicos que envolvem a criação desses materiais educativos.

Por fim, são expressas as considerações finais do trabalho realizado que envolve análise do processo que foi desencadeado na produção da dissertação e do produto educacional, expressando respostas aos objetivos propostos, apresentando ainda uma retrospectiva geral dos resultados da investigação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Azevedo (2016. p. 05), o referencial teórico “[...] representa a base teórica a partir da qual será feita a análise de dados da pesquisa e sua construção evidencia o domínio que o pesquisador tem sobre o tema”. A autora ressalta, ainda, que esta parte do projeto deve ser elaborada levando em conta os objetivos da pesquisa, de modo a privilegiar todos os aspectos que serão analisados posteriormente.

Neste sentido, com foco no problema proposto e nos objetivos apresentados e levando em consideração suas relações com a EPT, neste referencial constam aspectos abordados nesta pesquisa. Para tanto, são apresentadas fundamentações sobre as origens da EPT, trazendo uma síntese sobre a trajetória histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Brasil e da instituição envolvida na pesquisa, seguindo com uma análise da EPT como possibilidade de formação humana omnilateral na escola pública, assim como uma análise dos mestrados profissionais em EPT e dos desafios atuais dessa modalidade de ensino. São contemplados, ainda, apontamentos sobre a gestão patrimonial na EPT, considerando a necessidade de incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Também é apresentado um panorama das atribuições e dos sistemas de controles internos da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (COAP) no IFSul, além de uma reflexão sobre os conceitos de ensino, pesquisa e extensão, ressaltando a indissociabilidade dessas categorias na EPT.

### 2.1 HISTÓRIA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL

As escolas que hoje compõem a RFEPCT no Brasil, passaram por fases que culminaram na atual estrutura. De acordo com Ramos (2014, p. 24), “[...] os primeiros indícios do que hoje se pode caracterizar como as origens da educação profissional surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI (Brasil, 1999 - Parecer nº 16/99-CEB/CNE)”. O foco econômico, por um lado, era a prestação de serviços às classes mais abastadas e, por outro, a redução das condições sociais adversas enfrentadas por ex-escravos, pardos, índios e mestiços.

A segunda fase começou em 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha que, “[...]”

aproveitando as ideias defendidas por Afonso Pena, criou as Escolas de Aprendizes Artífices e instalou dezenove delas em 1910 nas várias unidades da Federação que eram destinadas ‘aos pobres e humildes’” (Moura, 2007, p. 6). Os cursos inicialmente tinham foco no trabalho manual (artífice) no modo produção, “[...] tida no seu início como instrumento de política voltado para as ‘classes desprovidas’. Na atualidade, a RFEPCT se configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (Brasil, 2023a).

A terceira fase da educação profissional brasileira ocorreu em 1942, quando foram promulgados diversos Decretos-Lei para normatizar a estruturação da educação no país. Essas Leis Orgânicas da Educação Nacional ficaram conhecidas como a Reforma Capanema, por serem promulgadas pelo então ministro da educação, Gustavo Capanema. De acordo com Moura (2007, p. 9):

O conjunto desses Decretos-Lei evidencia a importância que passou a ter a educação dentro do país e, em especial, a educação profissional, pois foram definidas leis específicas para a formação profissional em cada ramo da economia e para a formação de professores em nível médio.

Com a reforma de Capanema, admitia-se um segundo ciclo no ensino, equivalente ao atual ensino médio, porém sem acesso ao ensino superior. Foi em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que ocorreu a articulação completa entre o ensino médio e a educação tecnológica, permitindo o acesso ao ensino superior, ou seja, “[...] tanto os estudantes provenientes do colegial como os do ensino profissional poderiam dar continuidade de estudos no ensino superior” (Moura, 2007, p. 11).

A quarta fase da educação profissional ocorreu com a LDBEN/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, que apresenta em sua estrutura o capítulo III dedicado à educação profissional, constituído por três pequenos artigos, o que segundo Moura (2007, p. 15) “[...] consolida, mais uma vez, a dualidade entre o ensino médio e a educação profissional”. Ainda, conforme o autor,

[...] como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto (Moura, 2007, p. 16).

Meses após a aprovação da LDBEN, o governo de Fernando Henrique Cardoso aprovou o Decreto nº 2.208/1997, estabelecendo as bases da reforma da educação profissional, prevalecendo a separação do ensino médio e da educação profissional. A partir desse decreto, o ensino médio assume o sentido propedêutico e os cursos técnicos, obrigatoriamente separados do ensino médio, passaram a ser oferecidos de duas formas, concomitante<sup>1</sup> e subsequente<sup>2</sup>. Com a chegada de um novo governo em 2003, os debates sobre a relação entre o ensino médio e a educação profissional foram retomados, resultando em 2004 no Decreto nº 5.154/04.

Esse instrumento legal, além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto nº 2.208/97, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção (Moura, 2007, p. 20).

O novo decreto enfatiza a integração da educação profissional, indicando que a educação técnica de nível médio deve estar articulada com o ensino médio. Além disso, o decreto estabelece:

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:  
I - Organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica;  
II - Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;  
III - A centralidade do trabalho como princípio educativo; e  
IV - A indissociabilidade entre teoria e prática (Brasil, 2004).

Com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008, a expressão “educação profissional”, constante no artigo 39 da LDBEN, foi substituída por EPT. Ainda, nos artigos 39 e 42, a EPT foi definida como integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (Brasil, 2008a).

Com esta nova abordagem para a EPT, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, foi estabelecida uma reformulação das antigas escolas técnicas federais, criando a RFEPCT, constituída pelos recém criados Institutos Federais de

---

<sup>1</sup> No curso concomitante ao ensino médio, o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e o curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem feitos na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa) (Moura, 2007, p. 16).

<sup>2</sup> O curso subsequente é destinado a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, a educação básica (Moura, 2007, p. 17).

Educação, Ciência e Tecnologia (Neto; Castilho, 2022). Assim, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), 75 unidades descentralizadas de ensino (UNEDS), 39 escolas agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas vinculadas às universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Surgiu então, a RFEPCT, também conhecida por Rede Federal, constituindo-se como um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país (Brasil, 2023a).

Reconhecida pela qualidade do ensino oferecido, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, a RFEPCT atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer, conforme descrito na página oficial do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (Brasil, 2023b). No entanto, embora possa contribuir para isso, as instituições de ensino não são capazes de desenvolver isoladamente as regiões. Para tal, é necessário articular políticas educacionais e econômicas.

Conforme dados do Ministério da Educação, em 2023, a RFEPCT está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 680 unidades administrativas<sup>3</sup> distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2023b).

Em 2024, o governo federal anunciou mais uma expansão da RFEPCT, com a criação de 100 novos *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país, prevendo a geração de 140 mil vagas, principalmente para cursos técnicos integrados ao ensino médio. O Rio Grande do Sul foi contemplado com 5 novos *campi*, localizados nas cidades de Caçapava do Sul, São Luiz Gonzaga, São Leopoldo, Porto Alegre e Gramado. Segundo informações divulgadas pelo MEC, a expansão tem como objetivo ampliar a oferta de EPT, criando oportunidades para jovens e adultos, com foco nos mais vulneráveis. Espera-se que essa iniciativa tenha

---

<sup>3</sup> A Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão, que poderá ocorrer mediante a constituição e a estruturação das seguintes unidades administrativas: *Campus*, *Campus Avançado*, Polo de Inovação, Polo de Educação a Distância e Centros de Referência (Brasil, 2013b).

um impacto positivo no setor da construção civil e promova o desenvolvimento local e regional no entorno das novas unidades (Brasil, 2024).

No âmbito do Ministério da Educação, compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) o planejamento e o desenvolvimento da RFEPCT, incluindo a garantia de adequada disponibilidade orçamentária e financeira (Brasil, 2023b).

### **2.1.1 Histórico do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) na rede federal**

A trajetória do IFSul teve início com a criação da Escola de Artes e Ofícios em Pelotas, no ano de 1917. Desde então, a instituição passou por diversas denominações e reconfigurações, expandindo significativamente sua gama de cursos e sua abrangência no Estado do Rio Grande do Sul (CONIF, 2022).

Em 1943, a Escola Técnica de Pelotas (ETP) foi inaugurada, sendo a primeira instituição desse tipo no Rio Grande do Sul. As atividades letivas começaram em 1945, contando inicialmente com cursos de curta duração no primeiro ciclo do ensino industrial, abrangendo diversas áreas da indústria e serviços. Dez anos após a inauguração, em 1953, foi introduzido o segundo ciclo da educação profissional, incluindo o primeiro curso técnico, denominado Construção de Máquinas e Motores (IFSul, 2023a).

Em 1959, a Escola Técnica de Pelotas tornou-se uma autarquia federal, sendo renomeada para Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL) em 1965. Em 1999, por meio de Decreto Presidencial, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS). Essa mudança marcou um momento importante para a instituição, ao possibilitar a oferta dos primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, além de abrir espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos (IFSul, 2023a).

Por fim, em dezembro de 2008, a instituição adquiriu sua denominação atual quando a RFEPCT foi estabelecida, dando origem aos Institutos Federais (IFs). A criação do IFSul resultou na inauguração de novos *campi* que foram integrados à instituição, solidificando a atual estrutura do instituto, que agora está presente em 13 cidades do Rio Grande do Sul (CONIF, 2022).

Especializado em educação profissional, científica e tecnológica, o IFSul disponibiliza cursos gratuitos em diversos níveis e modalidades de ensino, integrando a educação básica, superior e tecnológica. Atualmente, o IFSul é composto por 14 *campi*<sup>4</sup>, distribuídos por diferentes regiões do Rio Grande do Sul, além da Reitoria, sediada em Pelotas. Os *campi* estão localizados nas cidades de Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas (com duas unidades), Sapiranga, Sapucaia do Sul, Santana do Livramento e Venâncio Aires (CONIF, 2022). Na Figura 1 que segue abaixo consta a distribuição dos *campi* do IFSUL no mapa do Estado do Rio Grande do Sul.

**Figura 1** - Mapa do Estado do Rio Grande do Sul com a localização da Reitoria e dos *campi* do IFSul em 2023



Fonte: IFSul (2023b).

<sup>4</sup> Com a expansão de 100 novos *campi*, o IFSul agregou uma nova unidade, o *Campus* São Leopoldo, que é o 15º do estado. A Prefeitura de São Leopoldo cedeu a área do Centro de Eventos, no bairro Fazenda São Borja, para a instalação do IFSul *Campus* São Leopoldo. A assinatura da escritura ocorreu no dia 05/07/2024, na sala de reuniões do gabinete do prefeito, no Centro Administrativo (Tauchert, 2024).

## 2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROMOVEDO A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL NA ESCOLA PÚBLICA

A EPT é uma modalidade educacional que busca a formação humana omnilateral. Frigotto (2012, p. 267) destaca que a educação omnilateral significa, “[...] a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”. Assim, a formação omnilateral abrange tanto a educação quanto a emancipação do ser humano em todas as esferas da vida, sendo um componente essencial na EPT, pois visa preparar os sujeitos para o mundo do trabalho, com uma formação teórica, prática e tecnológica.

Frigotto também destaca que “[...] essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (Frigotto, 2012, p. 267). Corroborando com a perspectiva de Frigotto, outros autores também discutem e defendem o conceito de educação omnilateral. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, Marx propõe que o desenvolvimento integral dos indivíduos depende da superação da alienação e do trabalho unidimensional, defendendo uma educação que promova a formação humana completa, não restrita ao trabalho alienado (Marx, 2008).

Antonio Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere*, analisa o papel da escola na formação integral dos indivíduos e enfatiza a importância de uma educação que desenvolva a capacidade crítica e a autonomia intelectual dos sujeitos, em vez de uma formação exclusivamente técnica. Ele defende que o “trabalho como princípio educativo” deve integrar uma visão ampla, permitindo aos trabalhadores desenvolver uma compreensão crítica do mundo (Gramsci, 2001). Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, Dermeval Saviani argumenta que a educação deve servir ao pleno desenvolvimento humano, considerando todas as dimensões que compõem o sujeito, o que converge com a ideia de educação omnilateral ao propor a superação da visão fragmentada e tecnicista da formação (Saviani, 2018).

Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire defende uma educação emancipadora, que desenvolva a consciência crítica dos indivíduos e promova a transformação social, o que também está em consonância com o conceito de formação integral e omnilateral (Freire, 1987). Esses autores fundamentam a



educação omnilateral ao reforçar a necessidade de uma formação que englobe todas as facetas da vida humana e social, transcendendo a instrução puramente técnica.

Assim, a formação humana omnilateral refere-se ao desenvolvimento integral dos seres humanos em todas as suas dimensões: intelectual, ética, social, política, econômica, cultural e emocional. Trata-se de uma abordagem educacional que vai além da simples transmissão de conteúdos técnicos e habilidades específicas, promovendo uma visão integral do ser humano e desenvolvendo suas potencialidades. Leite (2017, p. 95) ressalta que “[...] para Marx, a formação omnilateral refere-se a todas as dimensões humanas; desta forma, precisamos nos apropriar de maneira omnilateral das objetivações para nos constituirmos como seres completos”.

Envolvida por esta concepção de educação, a EPT pode desempenhar um papel importante nesse processo, proporcionando aos estudantes a aquisição de conhecimentos atualizados e relevantes para o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que busca desenvolver habilidades socioemocionais, pensamento crítico, ética profissional e consciência social. Além disso, pode exercer um papel crucial na promoção da equidade e da inclusão. Ela deve garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, raça ou qualquer outra característica, tenham acesso equânime a uma EPT de qualidade. Isso pode contribuir para reduzir as desigualdades sociais e possibilita que mais sujeitos tenham oportunidades de desenvolvimento e realização pessoal.

Para tanto, a EPT na escola pública deve ser pautada por uma abordagem pedagógica que valorize a participação ativa dos estudantes, a contextualização dos conteúdos, a formação crítica e reflexiva e o diálogo entre teoria e prática. É por meio desse processo educativo que os estudantes podem desenvolver suas potencialidades, ampliar suas perspectivas de futuro e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da sociedade.

Ramos (2014), aponta que a EPT tem como escopo a formação integral, sendo que o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico assumem um caráter essencial para a integração entre educação profissional e educação básica, tendo como unidade, indissociáveis, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura visando “[...] uma formação na qual não haja hierarquia de faculdades e capacidades humanas, uma formação que articule (e não interponha) as dimensões intelectual, estético-artística, ética, política a partir do trabalho” (Della

Fonte, 2018, p. 17).

Por meio do desenvolvimento dessa concepção a EPT poderá formar cidadãos conscientes e responsáveis que se reconheçam dentro da sociedade, cientes de seu papel para a evolução social humana. Essa formação deve ser baseada nos direitos humanos, ética profissional, sustentabilidade, cidadania ativa, compreensão dos impactos sociais e ambientais das atividades profissionais, entre outros aspectos. Tais fundamentos são imperativos para a formação de profissionais comprometidos com o bem-estar da sociedade e do meio ambiente.

É importante ressaltar que essas dimensões se mantêm interconectadas e se complementam. Com elas, o desenvolvimento de conhecimentos técnicos deve estar alinhado com o desenvolvimento de consciências sociais, a fim de formar profissionais preparados para os desafios do mundo de trabalho atual. Dessa forma, a EPT promove uma formação integral, que vai além do enfoque técnico, ou seja, uma formação omnilateral.

Com o propósito de contribuir para a formação humana integral, a EPT tem diante de si o desafio de “[...] superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (Ramos, 2014, p. 94), desenvolvendo seres humanos autônomos, críticos, éticos e preparados para enfrentar os desafios do mundo do trabalho, contribuindo para uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e desenvolvida.

### **2.2.1 Mestrados profissionais em educação profissional e tecnológica**

A EPT como modalidade educacional pode ser encontrada em todos os níveis de ensino, desde que esteja alinhada aos seus princípios fundamentais, os quais são delineados no capítulo II da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Entre os 18 princípios presentes neste documento, destaca-se a importância do trabalho como princípio educativo central e base para a organização curricular. Esse princípio é pautado na construção de competências profissionais e na integração dos objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem com a ciência, cultura e tecnologia. Além disso, há o estímulo à pesquisa como princípio pedagógico essencial, reconhecendo a necessidade de um processo formativo que integre saberes cognitivos e socioemocionais, promovendo a produção de

conhecimento, cultura e tecnologia, assim como o desenvolvimento do trabalho com impacto social (Brasil, 2021).

Além disso, tem como um dos princípios assegurar a interdisciplinaridade no planejamento curricular e na prática pedagógica para superar a fragmentação de conhecimentos e a segmentação curricular. Para tanto, inclui a utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, flexibilização e interdisciplinaridade, favorecendo a compreensão de significados e garantindo a indissociabilidade entre teoria e prática profissional ao longo do processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 2021).

Esses princípios são fundamentais para a formação profissional, especialmente em um mundo em constante transformação, e devem ser aplicados em todos os níveis, etapas e formas de ensino, incluindo os cursos de mestrados profissionais em EPT, em que é essencial promover a relação indissociável entre teoria e prática, constituindo a práxis. Para Marx, a práxis é uma prática fundamentada teoricamente, onde a teoria guia a ação, moldando-a e tornando-a consciente (Leite, 2017). Sendo assim, nos mestrados profissionais, a teoria pode colaborar para aprofundar a ação do estudante que se encontra em processo de formação como pesquisador.

A criação da RFEPCT em 2008 impulsionou uma significativa expansão da EPT. A criação dos IFs não apenas está promovendo esse crescimento, mas também vem contribuindo para a interiorização da EPT no Brasil, além de possibilitar o oferecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* na RFEPCT (Da Silva *et al.*, 2022).

Para Freitas *et al.* (2017), foi a experiência acumulada ao longo de uma década dos IFs e mais de um século de existência da Rede Federal que determinou o momento de avançar na compreensão e no aprimoramento das ações que promovam avanços sociais e científicos, fortalecendo a interação com a sociedade. Para tanto, foi criado o ProfEPT e nele, o curso de Mestrado Profissional em EPT, que é oferecido nacionalmente pelas instituições de ensino da RFEPCT, tendo esse propósito como uma de suas principais finalidades. Ainda para Freitas *et al.* (2017), a proposta do curso de Mestrado Profissional em EPT visa aprimorar os processos de ensino na EPT, qualificando as atividades relacionadas à gestão das instituições e às metodologias e recursos educacionais dos cursos que são oferecidos. Trata-se de uma iniciativa que considera necessária a articulação entre os conhecimentos do mundo do trabalho e as diversas áreas científicas relacionadas ao ensino.

Urbanetz, Cassiano e Bettoni (2020) destacam que o objetivo geral do ProfEPT é oferecer formação específica em EPT para os profissionais da RFEPCT, com ênfase na produção de conhecimento e no desenvolvimento de produtos por meio de pesquisas que integrem saberes do mundo do trabalho e conhecimento sistematizado. Os autores destacam “[...] que o programa está fundamentado no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais indicando a concepção de formação ofertada” (Urbanetz, Cassiano, Bettoni, 2020, p. 145). Da Silva *et al.* (2022, p. 130) aponta que esta “[...] possibilidade curricular de se estabelecer o trabalho enquanto princípio educativo, de forma emancipadora, provém da corrente de pensamento denominada materialismo histórico-dialético”.

Materialismo histórico-dialético para Leite (2017) é um método de interpretação da realidade considerado a teoria do conhecimento do marxismo originário. Para a autora, este método “[...] considera que o homem é o maior artesão da realidade que se constitui a partir das relações que a humanidade estabelece entre si e entre a natureza” (Leite, 2017, p. 851).

Essa abordagem tem sido aplicada em várias áreas do conhecimento, tais como a filosofia, as ciências sociais e as ciências políticas. Ela oferece uma maneira de compreender a mudança e a evolução da sociedade, bem como a resolução de conflitos e contradições dentro dela. Ao aplicar o materialismo histórico dialético à área da educação, é possível obter uma compreensão mais profunda das relações sociais, políticas e econômicas que influenciam os processos educacionais. Essa abordagem permite examinar criticamente as estruturas e instituições educacionais, identificar as contradições e os conflitos presentes e buscar soluções transformadoras.

Além disso, esta abordagem enfatiza a importância da prática e da ação na transformação da realidade. Portanto, no contexto de um curso de Mestrado Profissional em EPT, essa abordagem pode estimular a pesquisa aplicada, levando em consideração a intervenção prática e a busca por soluções concretas para os desafios educacionais. Nele, o processo dialético fundado no materialismo histórico dialético pode fornecer uma base teórica sólida para as pesquisas, permitindo uma compreensão crítica das contradições presentes na educação e a busca por alternativas inovadoras.

Em síntese, a EPT como uma modalidade educacional presente nos diferentes níveis, etapas e formas de ensino, tem como princípios a centralidade do trabalho e

da pesquisa, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre teoria e prática profissional. Ao longo dos anos, a expansão dos IFs e o fortalecimento da RFEPCCT têm contribuído para a consolidação e o aprimoramento da EPT no Brasil, culminando na criação de programas de pós-graduação, como o ProfEPT. Este programa, ancorado nos princípios educativos e pedagógicos da EPT, visa promover avanços sociais e científicos, fortalecendo a interação com a sociedade.

Fundamentado no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, o curso de Mestrado Profissional em EPT vinculado ao ProfEPT, busca aprimorar os processos de ensino, integrando saberes do mundo do trabalho e conhecimentos sistematizados. Além disso, a abordagem dialética, baseada no materialismo histórico-dialético, oferece uma perspectiva crítica para se compreender e transformar a realidade educacional, estimulando a pesquisa aplicada e a busca por soluções concretas para os desafios enfrentados. Dessa forma, o mestrado profissional em EPT não apenas contribui para o desenvolvimento profissional dos educadores, mas também para o avanço e a melhoria contínua da educação no país.

## **2.2.2 Educação profissional e tecnológica: desafios atuais**

A EPT enfrenta diversos desafios na atualidade que precisam ser abordados para contribuir na efetividade e relevância dessa modalidade educacional. Nesta direção, torna-se necessário analisar, de modo mais amplo, o regime de acumulação flexível<sup>5</sup> que vem servindo para impulsionar a economia. Nele, a produção passou a ser puxada pela demanda, sendo que essa vem se mostrando altamente econômica para as indústrias, aquecendo o mercado e enriquecendo os detentores dos meios de produção. Já para os trabalhadores, vem se mostrando cada vez mais cruel e desumano, resultando na precarização da educação e do trabalho, atingindo diretamente a EPT.

São essas novas formas de trabalhar envolvendo o contexto da acumulação flexível que estão demandando a formação dos trabalhadores. A formação dos

---

<sup>5</sup> Entende-se por acumulação flexível, um modelo de produção marcado pelo confronto direto com a rigidez do fordismo. Conforme Harvey (2014, p. 140), "[...] ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo". Na acumulação flexível, produz-se conforme a demanda. Além disso, nota-se a ausência de estoques, o emprego de tecnologia, a terceirização produtiva e de mão de obra, o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas formas de fornecimento de serviços financeiros e a abertura de novos mercados.

professores, que vem sendo uma das formas de precarização do trabalho, pode ser compreendida no mesmo movimento que explica a precarização da totalidade dos trabalhadores. Não obstante, o capital vê a oportunidade de se apropriar da educação, na forma mercadoria, como modo de intensificar seu projeto de alienação da sociedade. Segundo Martins e Pina (2020), esse projeto de mercantilização da educação é uma tentativa extremada da resignificação da função social da escola pública por meio da redefinição do trabalho educativo, ou seja, um projeto político ideológico de transformar a educação em serviço e produto mercantil.

Segundo Rodrigues (2007), trata-se de um movimento mundial da classe burguesa que pode ser evidenciado especialmente na transferência da gestão da educação superior no Brasil para o setor privado. O mesmo ocorre na educação básica, o que, de acordo com Adrião *et al.* (2009, p. 810) “[...] é como movimento mais recente deste mesmo capital que percebemos a venda das apostilas/sistemas às redes públicas”, possibilitando novos ganhos a esta classe.

Recentemente, esse projeto foi intensificado com a Emenda Constitucional 95 do Teto dos Gastos Públicos, que condena a educação pública à miséria e à total falta de investimentos, conforme apontado por Escott (2020). Além disso, a Lei 13.415/2017 veio corroborar com a precarização e mercantilização da educação, conferindo legalidade à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC). A (contra) reforma do ensino médio, conforme destacado por Escott (2020), introduz os percursos formativos, reforçando, mais uma vez, a perspectiva da dualidade estrutural e reintroduzindo o currículo por competências.

Com isso temos a permanência dos princípios tecnicistas como referência basilar na organização do ensino público no Brasil. Uma educação tecnicista apoiada nas premissas teóricas do capital humano, que enxerga a educação como instrumento à serviço do capital, em que o importante é “aprender a fazer”. Nesta direção, Frigotto (2010) destaca que a teoria do capital humano, na prática, funciona como um instrumento poderoso para perpetuar o senso comum, estabelecendo a educação como um meio de preservação da ordem capitalista, incorporando as relações de dominação e submissão.

Nesse desmanche da educação, por meio da Lei 13.415/2017, fica evidente no currículo fragmentado, que se constitui sem conexão entre a formação geral e componentes que compõem os itinerários formativos, aliás estes com a possibilidade

da atuação dos “profissionais com notório saber”<sup>6</sup> para os itinerários de formação técnica e profissional contribuindo para crescente desvalorização dos professores (Brasil, 2017).

A consequência desta reforma fica bem definida na Nota de Repúdio da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica, (DCNEPT), publicada em 20 de janeiro de 2021.

A contrarreforma do ensino médio em seu conjunto, e, em particular, das DCNEPT (nesta análise também se inclui o Relatório do Parecer CNE/CP nº 17/2020, que deu origem a essas diretrizes), pode ser sintetizada pelo direcionamento a uma completa fragmentação da etapa final da educação básica, privando os filhos da classe trabalhadora mais empobrecida do acesso aos conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade e, ao mesmo tempo, promovendo sua privatização via parceria público-privado que, na prática transfere recursos públicos à iniciativa privada para que ela, de um lado, defina a concepção de ensino e, de outro, ofereça ou gerencie (administre, avalie e controle) a educação que será proporcionada à população (ANPEd, 2021).

Como podemos ver, esse projeto de educação mais uma vez está a serviço do capital, impondo suas mediações: conjunto de limitações à vida das pessoas, guiando as suas relações, sua forma de ver o mundo e os seus sonhos, resultando na forma alienada de compreensão da vida. Esses desafios exigem um compromisso contínuo por parte das instituições de ensino, governos e sociedade em geral. A colaboração e o diálogo entre esses segmentos são essenciais para enfrentar esses desafios e possibilitar que a EPT prepare os estudantes para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

### 2.3 GESTÃO PATRIMONIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A EPT desempenha um papel fundamental na formação integral de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, indo além da preparação para o exercício profissional focado nas demandas do mundo do trabalho e nas inovações tecnológicas. Quando consideramos o mundo do trabalho como um conjunto de processos sociais que envolvem as relações de trabalho, as condições de vida e as

---

<sup>6</sup> Notório saber, “trata-se de titulação criada visando o suprimento do título acadêmico formal para exercício da docência universitária que é concedida por meio do reconhecimento da experiência obtida fora das universidades e centros de pesquisa” (Wikipédia, 2024).

lutas pela emancipação dos trabalhadores, compreendemos também o papel social fundamental da EPT em nossa sociedade. Esta formação integral, como defendido por Frigotto (2012), se alinha à ideia de educação omnilateral, termo derivado do latim que significa “todos os lados ou dimensões”, e é definida como:

[...] a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos [...] (Frigotto, 2012, p. 267).

Nesse sentido, uma educação baseada nos princípios profissionais e tecnológicos tem como objetivo transmitir os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos produzidos pela humanidade, de forma pública, gratuita e inclusiva. Essa educação tem o potencial de desenvolver integralmente o ser humano em todas as suas dimensões: social, ética, política, econômica e tecnológica.

Neste contexto, podemos considerar a autonomia humana intrinsecamente ligada à formação integral, que cria condições reais para superar as barreiras que impedem a emancipação e o desenvolvimento humano. Por meio dessa formação, os profissionais poderão ser preparados para enfrentar os desafios do mundo do trabalho, superando a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, e incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo (Gramsci, 1981). Assim, tornam-se cidadãos capazes de compreender todos os processos de sua área de atuação e desempenhar tarefas dentro desses processos, inclusive as de liderança.

Um dos espaços formais nos quais essa formação humana integral ocorre, sem dúvida, é a escola. Tendo como referência o ensino formal, que, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), “[...] é aquele praticado em organizações educativas oficiais (escolas, colégios e universidades), estruturadas em termos curriculares, visando ao desenvolvimento e à formação dos estudantes e à obtenção de certificação” (Brasil, 2019a, p. 3). A escola configura-se como um dos principais pilares da educação formal que oferece conhecimento, habilidades, valores, socialização e preparação para a vida. É um ambiente no qual as pessoas podem desenvolver todo o seu potencial e se preparar para o convívio em sociedade.

Para que a educação ocorra de forma efetiva, a gestão desempenha um papel



crucial, sendo fundamental que os diversos setores da escola trabalhem em conjunto envolvendo a colaboração e a coordenação entre diferentes áreas. O trabalho em conjunto cria um ambiente propício ao processo ensino-aprendizagem de qualidade. Em conformidade com essa perspectiva, Lück (2009) enfatiza que a gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação na educação, visando promover a organização, mobilização e articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino.

Ainda sobre gestão administrativa no contexto escolar, Lück (2009, p. 105) lembra que “[...] zelar pelos bens da escola, fazer bom uso deles, contribuir para sua manutenção são elementos básicos da formação dos alunos, além de condição para a realização de processo pedagógico de qualidade”. Para esta autora, a gestão administrativa, está inserida em um contexto interativo que engloba várias outras dimensões da gestão escolar. Ela é vista como um alicerce sobre o qual repousam todas as outras dimensões, mas também é percebida sob uma perspectiva menos funcional e mais dinâmica (Lück, 2009).

Outrossim, Abreu (2014, p. 15) sugere que, “[...] uma boa gestão do espaço físico e do patrimônio da escola é importante para a criação de um ambiente escolar que propicie a melhoria da qualidade do ensino”. Ainda de acordo com este autor:

[...] o conjunto de instalações, equipamentos, tecnologias e materiais da escola constitui uma base importante para o trabalho de gestores escolares, funcionários, professores e alunos, permitindo a criação de um ambiente que estimule o sentimento de bem estar no espaço escolar, a criação de identidade da escola e o incremento dos processos de aprendizagem (Abreu, 2014, p. 15).

Um ambiente escolar adequado, além de contribuir diretamente para a qualidade do ensino, gera motivação e engajamento dos estudantes, favorecendo a aprendizagem e estimulando o desenvolvimento integral. Além disso, espaços bem organizados e equipados possibilitam a utilização de recursos pedagógicos diversificados, o que enriquece o processo ensino-aprendizagem e auxilia os professores e demais profissionais da educação na realização de seu trabalho de maneira adequada, gerando satisfação a todos envolvidos no processo educativo.

Para tanto, torna-se necessário uma gestão do patrimônio escolar voltada ao desenvolvimento das atividades de ensino, envolvendo a administração dos recursos e do patrimônio de uma instituição de ensino. Aplicada ao contexto educacional, a

gestão patrimonial envolve o controle eficiente dos ativos físicos e financeiros da escola, como edifícios, equipamentos, recursos tecnológicos e orçamento. Neste contexto, vejamos algumas maneiras pelas quais a gestão patrimonial contribui para a melhoria da qualidade do ensino:

a) Infraestrutura adequada: garante que a escola tenha uma infraestrutura adequada para suportar o processo ensino-aprendizagem. Isso inclui a manutenção dos edifícios, salas de aula bem equipadas, laboratórios funcionais, bibliotecas com recursos atualizados e instalações esportivas apropriadas. Uma infraestrutura adequada proporciona um ambiente propício ao ensino de qualidade;

b) Recursos educacionais: a gestão patrimonial inclui a aquisição, manutenção e atualização dos recursos educacionais disponíveis na escola, como livros didáticos, materiais de ensino, tecnologia e equipamentos. Garantir a disponibilidade e boas condições desses recursos contribui para a qualidade do ensino, permitindo que os professores ofereçam uma educação enriquecedora;

c) Planejamento financeiro: a gestão patrimonial envolve administrar o orçamento, controlar despesas e alocar fundos para necessidades diversas. Um planejamento eficiente permite investimentos em melhorias e inovações, como programas extracurriculares, formação de professores e tecnologia educacional, contribuindo para a qualidade do ensino;

d) Manutenção preventiva: inclui a manutenção preventiva dos ativos físicos da escola, como a realização de inspeções regulares, reparos e substituições necessárias. A manutenção adequada dos edifícios e equipamentos garante que eles estejam em boas condições de funcionamento, criando um ambiente seguro e confortável para os estudantes e professores;

e) Sustentabilidade ambiental: a gestão patrimonial pode incorporar práticas sustentáveis, como o uso eficiente de recursos naturais, o gerenciamento de resíduos e medidas de economia de energia. Promover a sustentabilidade ambiental na escola não apenas preserva o meio ambiente, mas também oferece oportunidades de educação ambiental para os estudantes.

Por fim, e não menos importante, na EPT, a gestão patrimonial eficiente desempenha um papel essencial na criação de um ambiente propício ao ensino de qualidade, permitindo que as instituições de ensino disponham de infraestrutura adequada para oferecer um ambiente favorável ao aprendizado dos estudantes. Isso inclui a manutenção de instalações físicas, laboratórios, equipamentos e materiais

didáticos em boas condições, bem como a aquisição e manutenção de equipamentos atualizados e a utilização eficiente dos espaços disponíveis de modo a garantir a segurança e a qualidade do ensino.

Para garantir o gerenciamento adequado do patrimônio nas instituições de ensino que compõem a RFEPCT, são mantidos setores responsáveis pelo controle dos bens móveis permanentes. No IFSul, cada unidade gestora possui setores estruturados de acordo com suas necessidades específicas. Nas unidades criadas mais recentemente, o controle desses bens é realizado juntamente com o controle de bens de consumo, abrangendo o almoxarifado, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (COAP), encarregada da gestão do patrimônio permanente. Na seção a seguir, são abordadas as atribuições e os sistemas de controle utilizados no funcionamento desse setor.

### **2.3.1 Coordenadoria de almoxarifado e patrimônio (COAP): atribuições e sistemas de controles internos**

Em todas as unidades do IFSul, há um setor designado para a gestão do patrimônio da instituição. No entanto, as nomenclaturas e atribuições são definidas nos regimentos internos de cada *Campus*, elaborados de acordo com a estrutura física e a capacidade humana, sendo que neste documento são estabelecidos os objetivos, as finalidades, a estrutura e as atribuições de cada setor. Na maioria das unidades do IFSul, esse setor é denominado COAP, sendo responsável pela gestão e controle dos materiais de consumo e bens patrimoniais.

No *Campus* Gravataí, essa coordenadoria foi criada em 2019 devido à necessidade de um setor que atendesse especificamente a essas atividades. Após sua inauguração em 2014, a instituição cresceu, tornando o controle desses materiais cada vez mais complexo. Com isso, a alteração do regimento interno<sup>7</sup> foi aprovada no Conselho Superior<sup>8</sup> em 2019, criando a COAP, que passou a vigorar com as seguintes atribuições, responsabilidades e competências:

---

<sup>7</sup> O Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do *Campus* Gravataí do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral do IFSul (IFSul, 2017 e alterações 2019. 2022).

<sup>8</sup> O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Sul-rio-grandense, ao qual compete as decisões para execução da política geral, em conformidade com o estabelecido pelo presente estatuto, pelo Regimento Geral e regulamento próprio (IFSul 2023c).

Seção III Da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (COAP)

Art. 38. A Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio é responsável pelo recebimento, registro, guarda e distribuição dos materiais de consumo e permanente.

Art. 39. À Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio compete:

I - coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas ao controle, guarda, distribuição e alienação de material;

II - controlar e atualizar de forma permanente os registros e a documentação dos bens móveis e imóveis do *Campus*;

III - apoiar a elaboração do inventário anual dos bens móveis e imóveis do *Campus*;

IV - conciliar, em conjunto com os setores pertinentes, os registros dos lançamentos e saldos patrimoniais e físicos do *Campus*;

V - controlar o recebimento, registro, guarda e distribuição de materiais de consumo e permanente; e

VI - encaminhar os empenhos aos fornecedores contratados, controlando prazos de entrega, bem como efetuar as cobranças devidas e tomar as medidas necessárias em caso de atraso ou falta da entrega dos materiais e prestação de serviços (IFSul, 2017 e alterações 2019; 2022).

Neste sentido, compete à COAP registrar os bens móveis em nome dos servidores com base na estrutura organizacional do IFSul - *Campus* Gravataí. Dessa forma, as chefias e coordenadorias, que possuem responsabilidade por várias localidades onde os bens patrimoniais estão registrados em seus nomes, são as únicas que detêm carga patrimonial. O mesmo ocorre com os bens móveis adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, os quais, ao ingressarem na instituição, devem compor o acervo patrimonial. A guarda desses materiais será atribuída ao coordenador ou chefe do setor em que o projeto está sendo desenvolvido, o que não garante que o responsável pelo projeto seja necessariamente o coordenador ou chefe do setor. Portanto, é fundamental estabelecer critérios e uma comunicação clara nesses processos para garantir o controle e a gestão adequada desses bens móveis.

O fato de o servidor ter um bem registrado em seu nome significa que ele assume responsabilidade imediata pela guarda e conservação do bem patrimonial. Entretanto, qualquer pessoa que faça uso de bem público é responsável pela sua conservação, mesmo que inexistir qualquer termo de responsabilidade assinado. Na Lei nº 8.112/90, conhecida como Estatuto dos Servidores Públicos Civis Federais, pode se evidenciar ao tema abordado aqui, o seguinte artigo: “Art. 116. São deveres do servidor: [...] VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público” (Brasil, 1990). Por patrimônio na Instituição fica definido no Art. 48. do Estatuto do IFSul, como sendo:

O patrimônio do Instituto Federal Sul-rio-grandense é constituído por:  
I - bens e direitos que compõem o patrimônio da reitoria e de cada um dos campi que o integram;  
II - bens e direitos que vier a adquirir;  
III - doações ou legados que receber; e  
IV - incorporações que resultem de serviços por ele realizados.  
Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal Sul-riograndense devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei (IFSul, 2023d).

Neste estudo, focaremos nos bens descritos no inciso IV do referido estatuto. Esse inciso aborda as incorporações dos bens móveis provenientes dos serviços prestados pelos *campi*, tais como os gerados a partir da execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que contemplam a previsão de aquisição de bens permanentes em seus editais.

Para melhor compreensão das atividades da COAP, relacionamos alguns conceitos importantes para o processo de incorporação dos bens móveis de natureza permanente. “[...] O arrolamento e a escrituração de todos os bens, sejam eles móveis ou imóveis, de um órgão público constituem atribuição específica da administração patrimonial” (Torres Junior; Silva, 2003, p. 16). Isto posto, o processo de incorporar ao patrimônio um bem móvel de natureza permanente, é atribuição da COAP.

Conforme Torres Junior e Silva (2003, p. 18), “[...] bens móveis são aqueles que, por sua natureza, são suscetíveis a movimento próprio ou remoção por força alheia”. Ainda segundo os autores, “os bens móveis podem ser classificados como material permanente ou material de consumo”. O art. 15 da Lei 4.320/64 traz, no § 2º, a classificação de material permanente como o bem cuja vida útil seja superior a dois anos (Brasil, 1964). Já o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta mais detalhes ao definir material permanente como sendo “[...] aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos” (MCASP, 2023, p. 115). O manual ainda apresenta parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo, deixando claro que, um material será considerado de consumo caso atenda a, pelo menos, um dos cinco critérios relacionados no manual.

- a. **Critério da Durabilidade:** se em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;
- b. **Critério da Fragilidade:** se sua estrutura for quebradiça, deformável ou danificável, caracterizando sua irrecuperabilidade e perda de sua identidade ou funcionalidade;
- c. **Critério da Perecibilidade:** se está sujeito a modificações (químicas ou

físicas) ou se deteriora ou perde sua característica pelo uso normal;

d. **Critério da Incorporabilidade:** se está destinado à incorporação a outro bem, e não pode ser retirado sem prejuízo das características físicas e funcionais do principal. Pode ser utilizado para a constituição de novos bens, melhoria ou adições complementares de bens em utilização (sendo classificado como 4.4.90.30), ou para a reposição de peças para manutenção do seu uso normal que contenham a mesma configuração (sendo classificado como 3.3.90.30);

e. **Critério da Transformabilidade:** se foi adquirido para fim de transformação (MCASP, 2023, p. 115, grifo nosso).

Torres Junior e Silva (2003, p. 19) sintetizam, afirmando que “[...] material permanente é todo artigo, equipamento ou conjunto operacional ou administrativo, com durabilidade prevista acima de dois anos, que, em detrimento de seu uso, mantém sua identidade física e não se incorpora a outro bem”. Uma vez conceituado o material permanente, vejamos agora as principais formas de incorporação desses bens no patrimônio de uma instituição.

Para Martins (2012, p. 06), “o controle patrimonial de uma entidade inicia-se com a entrada de um bem no seu acervo patrimonial da entidade, que se dá pela inclusão dos bens mediante”:

**Figura 2 - Formas de entradas de um bem ao patrimônio em organizações públicas**



**Fonte:** Elaborada pela autora (2024) a partir de Martins (2012)

Na figura 2, apresentada acima, estão elencadas as formas de entrada apontadas pela autora. Nesse sentido, podemos inferir que o ingresso pode ocorrer

por meio de aquisição direta, como compra, transferência, cessão, permuta, produção própria e doação. Além disso, podemos citar a superveniência<sup>9</sup> ativa causada por fato fortuito ou natural.

Neste estudo, direcionamos nossa atenção para a forma de ingresso de bens que não segue o método tradicional e convencional, geralmente associado à aquisição por meio de compra mediante empenho de despesas<sup>10</sup>. Em vez disso, exploramos aquela decorrente da execução de projetos de ensino, pesquisa ou extensão. Nos *campi* do IFSul, essa forma de entrada ocorre por meio de doações ao *Campus* em que o coordenador do projeto, responsável pela origem da compra do bem, está lotado<sup>11</sup>.

Mesmo diferindo da forma habitual de ingresso na instituição, os bens, quando adquiridos, devem seguir o mesmo tratamento dado aos demais no que se refere à entrada, cadastro e tombamento. O cadastro patrimonial tem a finalidade básica de registrar todos os dados sobre os elementos passíveis de identificação, fornecendo informações essenciais para qualquer expansão, novas aquisições, alienações e reformas que possam ocorrer na organização (Torres Junior; Silva, 2003).

Na aquisição de materiais permanentes por meio de empenho de despesa, após o cumprimento das formalidades de recebimento e aceitação, o bem é cadastrado no sistema, formalizando a entrada no patrimônio. Em seguida, o sistema gera um número de tombamento para o bem, que segundo Scott (2021, p. 27), “[...] significa fazer registro de entrada de material permanente do qual será batizado como tombamento, que se processa no momento em que o bem entra fisicamente na instituição”. Quanto ao número gerado, Torres Junior e Silva (2003, p. 20), destacam que, “[...] este número é sequencial e será atribuído mediante gravação, fixação de plaquetas, carimbos, etiqueta apropriada ou marcação a tinta”.

Em concordância de pensamento, Barbosa (2013, p. 52) define tombamento

---

<sup>9</sup> “[...] Superveniências são fatos que causam efeitos extraordinários no patrimônio e no resultado das entidades. São extraordinários porque não são previsíveis e sua ocorrência é fortuita, ocasional [...]” (Oliveira; Luz, 2016, p. 60). “Superveniência representa algo que surgiu depois ou apareceu” (Lenza, 2011, p. 689). Na contabilidade, a superveniência se refere a eventos que provocam o aumento do ativo ou do passivo de uma entidade. Quando um bem é incorporado ao patrimônio de uma instituição por superveniência ativa, isso implica no aumento no ativo, ou seja, um acréscimo no patrimônio líquido.

<sup>10</sup> Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (Brasil, 1964).

<sup>11</sup> A lotação corresponde a unidade organizacional a que o servidor está vinculado administrativamente e onde ele desempenha suas atividades e atribuições de seu cargo.

como sendo, “[...] o procedimento pelo qual o bem de natureza permanente passa a compor os registros individuais da entidade”. Ainda segundo o autor, o tombamento é um processo que envolve as seguintes etapas:

- a) registro analítico no sistema informatizado de controle patrimonial;
- b) criação do número de tombamento;
- c) emplaquetamento;
- d) emissão do termo de responsabilidade;
- e) comunicação com a contabilidade da entidade, com a finalidade de se fazer o registro sintético por meio de lançamento contábil (Barbosa, 2013, p. 52).

Após o tombamento deverá ser atribuída carga que, segundo a IN nº 205 da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP, de 08 de abril de 1988, trata-se da efetiva responsabilidade pela guarda e uso de material pelo seu consignatário. A referida Instrução Normativa salienta ainda que toda movimentação de material, seja de entrada ou saída, deve ser registrada (SEDAP, 1988).

Neste contexto, considerando que os procedimentos no sistema de gestão patrimonial são uniformes para qualquer bem de natureza permanente que ingresse na instituição, divergindo apenas na forma de aquisição, seja ela compra, doação, cessão, transferência, permuta ou produção interna, e nos processos anteriores à sua chegada na COAP

Neste contexto, os procedimentos no sistema de gestão patrimonial são uniformes para qualquer bem permanente que entre na instituição, diferenciando apenas na forma de aquisição - seja compra, doação, cessão, transferência, permuta ou produção interna - e nos processos prévios à sua chegada na COAP. Uma vez que os bens entram, o tratamento dado em relação ao tombamento, localização e atribuição de responsabilidade pela carga, é o mesmo.

Neste estudo, buscaremos, por meio do mapeamento desses processos com enfoque nas aquisições decorrentes da execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão, identificar possíveis inconsistências nas informações e percepções dos envolvidos. A seguir, apresentaremos uma breve demonstração do sistema de gestão utilizado pelas unidades do IFSul.

### 2.3.1.1 Sistema de gestão patrimonial utilizado no IFSul

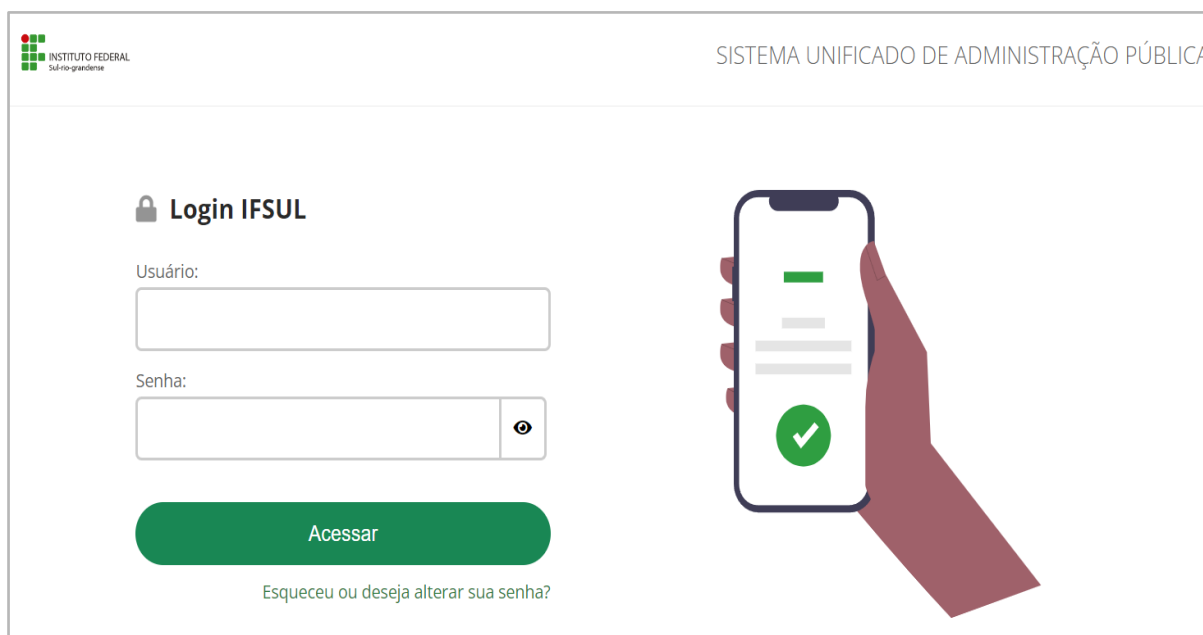
Desde o ano de 2016, coincidindo com o início das minhas atividades na



instituição, o IFSul utiliza o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), embora não seja exclusivamente voltado para a gestão patrimonial, O SUAP é um software desenvolvido por uma instituição pública para instituições públicas, utilizado para diversos fins administrativos nas instituições federais. Esse sistema tem se mostrado útil no controle dos processos relacionados ao sistema de gestão patrimonial e de almoxarifado. Antes da sua implantação, o IFSul utilizava o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). Desde então as administrações dos *campi* do IFSul têm canalizado esforços em prol da ampla aplicação da legislação patrimonial em suas rotinas administrativas para controlar e corrigir possíveis inconsistências geradas pela migração de um sistema para outro nos relatórios.

Para iniciarmos qualquer atividade realizada no SUAP, o usuário deve acessar na tela inicial, que é o ponto de partida do sistema, conforme consta na Figura 3 que segue abaixo:

**Figura 3** - Tela inicial de login no sistema SUAP no IFSul



A imagem mostra a interface de login do sistema SUAP no IFSul. No canto superior esquerdo, há o logo do Instituto Federal Sul-rio-grandense. No canto superior direito, o texto "SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA". O formulário de login contém o título "Login IFSUL", campos para "Usuário:" e "Senha:" (com ícone de olho para alternar visibilidade), um botão verde "Acessar" e um link "Esqueceu ou deseja alterar sua senha?". À direita do formulário, há uma ilustração de uma mão segurando um smartphone que exibe uma tela com uma barra verde e um ícone de checkmark verde, indicando sucesso no login.

**Fonte:** SUAP (2023)

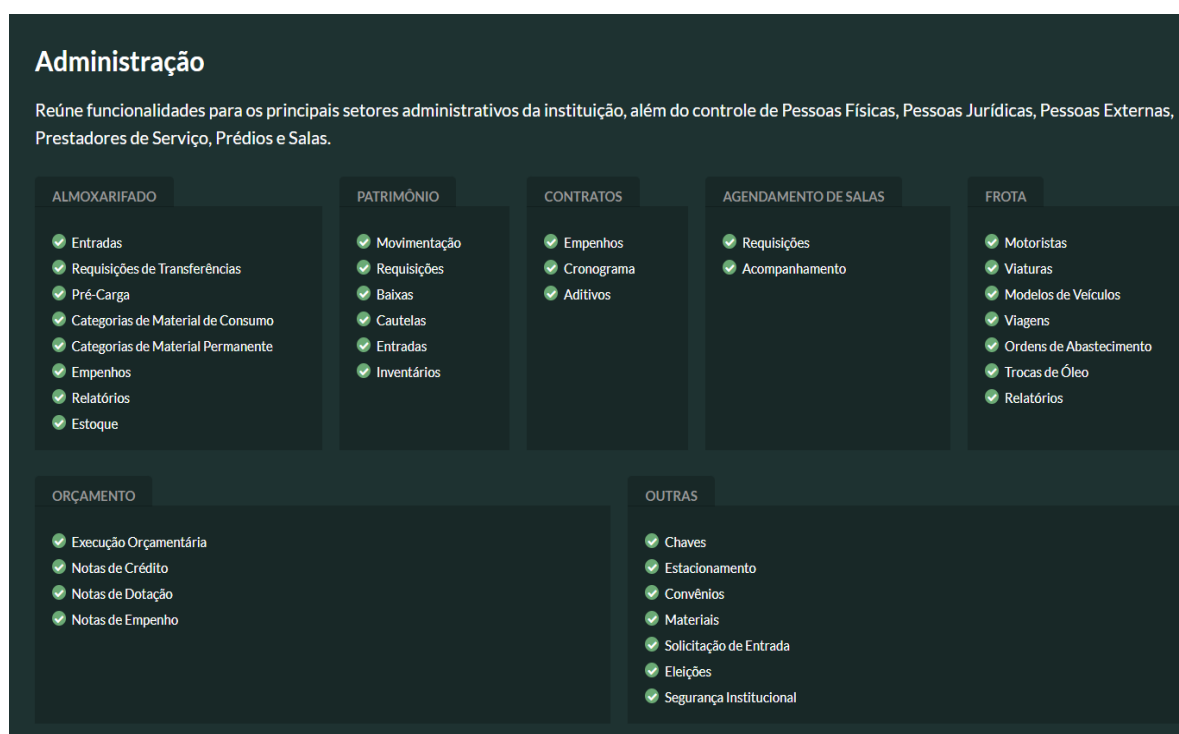
O SUAP é desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o qual faz uso, desde o ano de 2006, para atendimento de suas demandas como instrumento de gestão, sistema de informação e para dar suporte à estrutura organizacional da instituição. Trata-se de um sistema modularizado, atualmente está composto por 69 módulos agrupados em 10 áreas, e

que ao longo desses anos vem sendo aperfeiçoado, visando o atendimento das ações desenvolvidas pela Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Direções-Gerais dos *campi* (SUAP, 2023).

Com a expansão da RFEPCT, por meio da implantação de vários Institutos Federais em todo o Brasil, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação negociou com o IFRN sobre a possibilidade de disponibilizar o Sistema SUAP para os demais Institutos Federais (SUAP, 2023). Atualmente, 74 instituições conveniadas, incluindo Institutos Federais e outros órgãos, fazem uso desse sistema.

Nas atividades de gestão patrimonial utilizamos os módulos da área “Administração” (Figura 4) do sistema, que segundo (SUAP, 2023), engloba funcionalidades essenciais para os principais setores administrativos da instituição, abrangendo o controle de Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, Pessoas Externas, Prestadores de Serviço, Prédios e Salas. Dentro desse módulo, os submódulos mais utilizados pelo COAP são o Almoxarifado e o de Patrimônio.

**Figura 4 - Módulos da área “administração” do sistema SUAP em 2023**



Fonte: SUAP (2023)

Cada um desses módulos apresenta uma gama de atividades relacionadas diretamente à COAP (Figura 5), na aba relacionado às atividades de almoxarifado

ocorrem os cadastros dos empenhos, os registros das entradas de mercadorias na instituição, sendo elas de natureza permanente ou de consumo. Para a entrada de um material que seja de natureza permanente, ao entrar no *Campus*, o registro ocorrerá primeiramente no módulo Almojarifado e posteriormente ocorre o tombamento automático no sistema, gerando número de carga para o bem. O gestor então precisará entrar no módulo patrimônio para atribuir responsabilidade pela carga, bem como, fazer a localização deste bem móvel no *Campus*. Após esse processo, o servidor que ficará responsável pelo bem, precisa entrar no sistema para “aceitar” e “deferir”, a requisição gerada pelo coordenador da COAP. Esse processo deve coincidir com a verificação por parte do servidor responsável pela carga da localização do bem no lugar previamente designado pelo gestor de patrimônio, podendo ser alterado por ele na hora do aceite, caso entenda que utilizará o bem em outro local. Depois do deferimento por parte do servidor, o gestor de patrimônio pode gerar no sistema o “Termo de Transferência”, em que aparece as informações da transferência como servidor de origem. Nesse caso, como é a primeira transferência, será o gestor que realiza a entrada e atribuição de carga do bem no sistema. Já o servidor de destino passa a ser o responsável daquele bem, com registro da data e hora da realização do aceite da transferência.

Para a execução desse processo de incorporação de cada bem patrimonial, são utilizados os módulos da área de “administração” do SUAP: almojarifado e patrimônio, conforme demonstrado na Figura 5 que segue abaixo. Nesta figura, são destacados os módulos na cor verde e as principais funcionalidades de cada submódulo na cor amarela.

**Figura 5** - Módulos da área “administração” do SUAP - IFSul: almoxarifado e patrimônio em 2023



Fonte: SUAP (2023)

### 2.3.2 Gestão patrimonial na incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão

A gestão patrimonial envolve a incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Esses projetos, desenvolvidos em instituições acadêmicas e de pesquisa, frequentemente envolvem a aquisição de equipamentos, materiais e outros recursos necessários para a realização das

atividades propostas.

A incorporação dos bens móveis consiste em integrá-los ao patrimônio da instituição, de modo que sejam registrados, controlados e utilizados de maneira eficiente e responsável. Isso inclui a identificação e cadastramento dos itens, a definição de responsáveis pela sua guarda e utilização, a manutenção adequada, a inventariação regular, entre outras ações que visam garantir a conservação e o uso adequado desses bens. Coerente com a ideia inicial, Scott (2021) afirma que incorporação de bens se refere ao processo de inclusão e identificação de um bem permanente no acervo do patrimônio público de um órgão, realizado por meio de registro, cadastramento e afixação de placa de identificação.

Além disso, a gestão patrimonial envolve a definição de políticas e procedimentos para o descarte adequado de bens obsoletos, danificados ou sem utilidade, bem como a realização de inventários periódicos para verificar a existência e condição dos itens patrimoniais.

Neste sentido, a gestão patrimonial na incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão tem como objetivo garantir o controle, a conservação e a utilização eficiente desses recursos, contribuindo para o bom funcionamento e desenvolvimento das atividades acadêmicas e científicas que envolvem a EPT. Para melhor compreender o processo de controle desses bens, faz-se necessário retomar algumas definições acerca das categorias ensino, pesquisa e extensão.

#### 2.3.2.1 Ensino pesquisa e extensão, categorias indissociáveis na EPT

Na EPT, a tríade indissociável ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental. Essa tríade é baseada no conceito de que o ensino deve estar integrado à pesquisa e à extensão de forma inseparável, proporcionando uma educação mais rica, significativa e alinhada às necessidades da sociedade e do mundo do trabalho. Sobre o princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerado um elemento fundamental no âmbito acadêmico e responsável por promover uma aprendizagem mais significativa e relevante, Botomé (1996) argumenta que a extensão universitária não deve ser vista apenas como uma prática isolada que coloca os estudantes em contato com demandas sociais, deixando o ensino e a pesquisa alheios a essa reflexão e atuação transformadora das condições sociais.

Quando a extensão é a única responsável por essa interação, o ensino e a pesquisa se tornam alienados das realidades sociais (Santos; Rocha; Passaglio, 2016).

Ao conceber a extensão como uma fonte integradora na relação entre ensino e pesquisa, é possível observar benefícios fundamentais para a formação humana integral, conforme previstos nos princípios da EPT. Esses benefícios incluem:

a) Promoção da construção de conhecimento: facilitando a integração entre teoria e prática, ampliando o conhecimento teórico-prático e promovendo uma visão crítica da atuação profissional.

b) Troca de experiências e saberes: promovendo o engajamento comunitário, resultando na criação e recriação de novos saberes, contribuindo reciprocamente para a comunidade e proporcionando experiências além da sala de aula.

c) Aprendizagem mais significativa: permitindo uma compreensão mais profunda da relevância do conhecimento na prática, ao resolver problemas reais da comunidade. Isso promove a conscientização e contextualização das demandas sociais.

As categorias indissociáveis podem ser entendidas da seguinte forma:

**a) Ensino:** refere-se à atividade pedagógica de transmitir e produzir conhecimentos e habilidades aos estudantes, proporcionando-lhes uma formação técnica e profissional sólida, sem deixar de enfatizar a dimensão social transformadora. Na busca por fomentar a produção ativa e a construção do conhecimento pelos estudantes, e ao enfatizar a necessidade de superar a mera exposição oral e memorização de conteúdo, Freire (1996) ressalta que ensinar não se resume à mera transferência de conhecimento, mas também à criação das condições para sua própria produção e construção. Ainda segundo o autor, ensinar demanda a compreensão da realidade e requer a convicção de que a mudança é possível.

A instituição pesquisada (IFSul) tem como uma de suas finalidades previstas no capítulo 1.5.2.1 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com vigência de 2020 até 2024, promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior. Essa integração é uma característica importante dos Institutos Federais no Brasil, permitindo uma formação contínua e articulada em diferentes níveis de ensino (IFSul, 2020).

Para cumprir esse propósito, o IFSul atua na educação básica, no ensino superior e na qualificação profissional, oferecendo cursos de formação inicial e continuada para trabalhadoras e trabalhadores. Na educação básica oferece cursos

técnicos integrados, subsequentes e concomitantes, que são articulados ao ensino médio regular, incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos. No ensino superior oferece cursos de graduação (cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas) e cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) (IFSul, 2020).

Essa abrangência de cursos e níveis de ensino reflete o compromisso do IFSul em proporcionar uma educação completa e integrada, buscando atender às necessidades educacionais e profissionais da comunidade em que está inserido, contribuindo para o desenvolvimento regional e a formação de profissionais qualificados em diversas áreas.

**b) Pesquisa:** conforme Clark e Castro (2003, p. 67), “[...] pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente”. Portanto, trata-se de um processo de investigação sistemática para gerar novos conhecimentos e compreender melhor questões relevantes para a área de atuação. Na EPT, a pesquisa permite o desenvolvimento de soluções inovadoras, aprimoramento de técnicas e processos e a busca por respostas a problemas práticos, buscando sempre a formação de profissionais mais capacitados e conscientes de seu papel transformador na sociedade.

A atuação do IFSul na pesquisa e na inovação, de acordo com o PDI (2020-2024. cap. 1.5.2.2), está presente em todos os níveis de ensino. O objetivo é despertar a vocação científica nos estudantes e estimular a formação de novos pesquisadores. Para alcançar esse propósito, o IFSul desenvolve projetos de pesquisa e programas de pós-graduação em linhas de conhecimento que são relevantes e demandadas nas regiões em que a instituição atua (IFSul, 2020).

A instituição promove eventos e feiras que estimulam a iniciação científica, fomentando a participação dos estudantes em eventos científicos tanto em âmbito nacional quanto internacional. Isso possibilita a integração dos estudantes com outras redes escolares e amplia suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional.

O IFSul também leva em consideração o avanço tecnológico e as necessidades da sociedade ao realizar pesquisas científicas e tecnológicas. Busca-se, assim, direcionar os esforços para a solução de problemas práticos e para o desenvolvimento de tecnologias que beneficiem a comunidade e o país como um todo. Nesse sentido, a instituição trabalha de forma articulada com instituições de fomento e com o setor

produtivo, visando ao fortalecimento do campo científico e tecnológico e ao desenvolvimento regional (IFSul, 2020).

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFSul desempenha um papel importante ao incentivar ações relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, à inovação e ao empreendedorismo. Esse núcleo atua na integração entre a instituição, empresas e a comunidade, especialmente em questões relacionadas à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia. Com isso, busca-se contribuir para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do país (IFSul, 2020).

Os programas de pós-graduação oferecidos pelo IFSul têm um foco aplicado às necessidades da sociedade, proporcionando um estudo avançado em diversas áreas do conhecimento. Os cursos de mestrado e doutorado visam formar profissionais qualificados para atuar no ensino, pesquisa e desenvolvimento, bem como para produzir e disseminar conhecimento em seus respectivos campos de estudo.

Essas ações, alinhadas às demandas internas e das comunidades locais e regionais, têm como objetivo contribuir para o crescimento científico, econômico e social, consolidando a relevância do IFSul como instituição de ensino e pesquisa voltada para o desenvolvimento da sociedade.

**c) Extensão:** conforme Xavier *et al.* (2013, p. 13), “[...] extensão é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região”. Com isso, tem-se que a extensão envolve a interação da instituição de ensino com a comunidade externa, aplicando o conhecimento gerado por meio da pesquisa para beneficiar a sociedade. Na EPT, a extensão contribui para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região em que a instituição de ensino está inserida, por meio de projetos, serviços e atividades que atendam às demandas da comunidade.

No IFSul esta interação com a sociedade, está posta no PDI (2020-2024. cap. 1.5.2.3) e, tem como um de seus objetivos promover o desenvolvimento de ações de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional, científica e tecnológica. Essas ações são desenvolvidas em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, visando contribuir para a formação profissional e cidadã dos estudantes, bem como para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política (IFSul, 2020).

A extensão é uma parte essencial do processo educativo do IFSul e



desempenha um papel fundamental como instrumento de articulação entre a instituição e a sociedade. Por meio das ações de extensão, o conhecimento científico, cultural e tecnológico é fortalecido, promovendo uma maior interação entre a instituição de ensino e a comunidade (IFSul, 2020).

As atividades de extensão também têm um impacto significativo na formação dos estudantes, proporcionando-lhes uma maior interação com o ambiente profissional e o desenvolvimento do aprendizado prático. Essa vivência mais próxima da realidade profissional permite aos estudantes adquirirem maior conhecimento sobre suas áreas de atuação, ampliar sua formação profissional e cidadã, além de compreender as possibilidades de atuação na comunidade (IFSul, 2020).

Além disso, a extensão estimula e apoia processos educativos que levam à inovação social, à geração de trabalho e renda e à emancipação pessoal, com foco no desenvolvimento socioeconômico sustentável das regiões em que a instituição está inserida. Dessa forma, o IFSul contribui ativamente para o desenvolvimento local e regional, promovendo o engajamento da comunidade acadêmica em projetos que beneficiam a sociedade como um todo.

Em síntese, o processo educativo no IFSul, conforme proposto no PDI, está fundamentado nestes três pilares essenciais: ensino, pesquisa e extensão. Essas dimensões são formativas, emancipadoras e indissociáveis, não possuindo hierarquização, estabelecendo uma relação dinâmica e potencializadora. Esse modelo pedagógico busca contextualizar a formação humano-científico-tecnológica. Explorando a articulação e a indissociabilidade entre as dimensões educacionais, conforme delineado no PDI do IFSul, Xavier *et al.* (2013, p.13) aprofunda a temática sob a ótica da extensão. Para esta autora,

[...] tendo em vista que o processo educativo funda-se sobre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, como dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora. Ora a extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico. Em outros momentos, intensifica sua relação com a pesquisa, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela instituição, e, assim, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

No IFSul, esses pilares são orientados e dimensionados para promover o exercício da cidadania em diferentes tempos e lugares. A meta é ampliar os horizontes

das pessoas, visando reduzir as disparidades resultantes das exclusões sociais e fomentar um modelo pedagógico que promova a participação progressiva e integradora dos diversos segmentos da sociedade. Assim, a abordagem é fundamentada na perspectiva da transformação social (IFSul, 2020).

No âmbito da interação com a sociedade, o ensino, a pesquisa e a extensão buscam transpor os limites entre suas áreas de atuação, visando alcançar a tão defendida indissociabilidade. Nesse contexto, a instituição investe em ações que abrangem as três dimensões educacionais necessárias para a formação integral e abrangente dos membros da comunidade acadêmica do IFSul. Essa atuação também possibilita a transformação da própria instituição, ao propiciar a aquisição de conhecimentos por meio das práticas educacionais, de extensão e de pesquisa, em colaboração com a diversidade da sociedade (IFSul, 2020).

Sendo assim, podemos inferir que, as categorias ensino, pesquisa e extensão são imprescindíveis para uma formação humana integral, pois abordam diferentes aspectos fundamentais para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos estudantes. Aproximando os estudantes dos saberes produzidos pela sociedade, para além dos limites institucionais da escola, a extensão possibilita a integração do ensino e pesquisa com as demandas sociais. Essas ações buscam não apenas levar conhecimento à sociedade, mas também aprender com ela, compreender suas realidades e desafios, e colaborar para encontrar soluções relevantes e aplicáveis.

Quando essas categorias são trabalhadas de forma indissociável, a EPT adquire uma abordagem mais abrangente e significativa, promovendo a formação de profissionais não apenas tecnicamente qualificados, mas também conscientes de seu papel como agentes de transformação social. Nesse sentido,

[...] se entendermos a indissociabilidade como ato processual que traz em si a marca da omnilateralidade em devir, ela não terá outra função senão a de promover o processamento da interatividade crítica que rompe, por sua vez, com a cultura dissociativa entre o ensino, a pesquisa e a extensão (Rays, 2012, p. 1).

Além disso, a integração entre ensino, pesquisa e extensão fortalece a relação da instituição com a comunidade, possibilitando um intercâmbio de conhecimentos e experiências que enriquecem a formação dos estudantes e contribuem para o desenvolvimento sustentável da região.

É fundamental realizar uma gestão eficaz dos recursos provenientes da

execução dos projetos de pesquisa e extensão na EPT, assegurando seu uso responsável e alinhado aos objetivos institucionais dessa modalidade de ensino. Essa gestão é essencial para promover não apenas a eficiência, mas também a sustentabilidade dessas iniciativas. Ao gerir adequadamente os recursos financeiros, materiais e humanos envolvidos, torna-se possível que tais projetos não só atinjam seus objetivos, mas também maximizem seu impacto positivo na comunidade e no ambiente.

Nesta direção, a gestão patrimonial contribui diretamente para a conservação e preservação dos bens adquiridos e utilizados nos projetos, garantindo sua durabilidade e disponibilidade para a continuidade das atividades ou ainda para uso futuro. Ao implementar práticas eficazes de gestão patrimonial, é possível monitorar o estado dos recursos físicos, realizar manutenções preventivas e corretivas quando necessário, e estabelecer políticas para o uso responsável e sustentável desses bens. Isso não apenas protege o investimento feito na aquisição desses recursos, mas também assegura que possam ser aproveitados de forma eficiente ao longo do tempo.

Isto posto, ao reconhecer a importância da gestão patrimonial dos bens provenientes da execução dos projetos de pesquisa e extensão, busca-se promover o uso eficiente dos recursos públicos, contribuindo para práticas mais sustentáveis. Embora esse processo possa colaborar indiretamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, essa relação demanda maior reflexão e desenvolvimento, considerando as conexões entre gestão responsável, desenvolvimento sustentável e inclusão social.

### 3 METODOLOGIA

Tartuce (2006) define metodologia científica como o estudo sistemático dos métodos utilizados nas ciências, envolvendo regras e procedimentos estabelecidos para conduzir pesquisas. Método, originário do grego "methodos", é o caminho em direção a um objetivo, enquanto a ciência compreende um conjunto organizado de conhecimentos em um campo específico. Portanto, a metodologia científica refere-se ao estudo dos métodos empregados nas ciências, incluindo seus fundamentos, validade e relação com as teorias científicas. Em resumo, o método científico consiste em dados iniciais e operações ordenadas para formular conclusões conforme objetivos definidos (Gerhardt; Silveira, 2009).

Na mesma linha de raciocínio, Fachin (2006, p. 29) afirma que:

Todo trabalho científico deve ser baseado em procedimentos metodológicos os quais conduzem a um modo pelo qual se realiza uma operação denominada conhecer, outra agir e outra fazer. Tais operações são desempenhadas pelo ser humano a fim de desenvolver adequadamente um estudo.

Sendo assim, a metodologia de pesquisa é um conjunto de abordagens, técnicas e procedimentos utilizados para planejar, conduzir e analisar uma investigação. Ela discorre sobre o caminho que o pesquisador seguirá para responder às suas perguntas de pesquisa e alcançar os objetivos estabelecidos. Além disso, a metodologia de pesquisa varia dependendo do tipo de pesquisa, dos objetivos, da natureza dos dados coletados e das questões envolvidas.

Nesta direção, e considerando o seu propósito em analisar a gestão patrimonial do IFSul, evidenciando ferramentas e formas de controle no que se refere à incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanentes na Instituição, provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo a EPT, este trabalho de pesquisa foi desenvolvido por meio do método de pesquisa aplicada que, de acordo com Gil (2017), abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas no âmbito das sociedades em que o pesquisador vive.

Foi adotada uma abordagem predominantemente qualitativa e dialética, acompanhada por um tratamento quantitativo que considerou os movimentos e contradições próprios dos espaços educativos, examinando informações e conhecimentos sobre o grupo pesquisado, buscando compreender as experiências

vivenciadas por seus membros. De acordo com Minayo (1994, p. 21), a “[...] pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. Com esta abordagem, esperava-se contribuir com conhecimentos que pudessem ser empregados para resolução de problemas, por meio da formulação de programas e intervenções.

Além disso, foi desenvolvida com objetivos descritivos e exploratórios. De acordo com Triviños (2009), os estudos descritivos pretendem descrever fatos e fenômenos de uma determinada realidade e são recomendados quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas. Já as pesquisas exploratórias, mais flexíveis em seu planejamento, têm a finalidade de observar e compreender aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador (Gil, 2017).

Contou com a pesquisa bibliográfica, que fundamentou e orientou todo o trabalho, realizada com base em material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, materiais disponibilizados na internet (Marconi; Lakatos, 2017), ou seja, envolve “[...] todas as obras escritas, bem como a matéria constituída por dados primários ou secundários que possam ser utilizados pelo pesquisador ou simplesmente pelo leitor” (Fachin, 2006, p. 122). Também foi realizada análise de documentos (editais, manuais, resoluções, decretos, instruções normativas, bases de conhecimento do SUAP, relatórios de gestão) que, de acordo com Richardson (2017), tem a finalidade de estudar circunstâncias sociais nos documentos para chegar a conclusões sobre o objeto da pesquisa.

Ademais, foi feita pesquisa de campo, definida por Marconi e Lakatos (2003, p. 186), como “[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Na mesma linha de raciocínio, Gonsalves (2001, p. 67) define:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]

Assim, por meio dessa caracterização, esta pesquisa buscou não apenas

descrever, mas também compreender e propor soluções para os desafios enfrentados na gestão patrimonial do IFSul, contribuindo assim para o avanço do conhecimento e para a melhoria das práticas nesse campo.

### 3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

Esta pesquisa teve como lócus de análise as pró-reitorias, diretorias, departamentos e coordenadorias de pesquisa e extensão e os setores de patrimônio do IFSul. Nesta investigação foram envolvidas 14 (catorze) unidades gestoras (UG) do IFSul de 13 *campi* e a Reitoria, localizadas em diferentes municípios, já que a organização educacional pesquisada é multicampi, arranjo organizacional comum dos Institutos Federais brasileiros. A UG do *Campus* Gravataí não foi envolvida, uma vez que a responsável é a pesquisadora desta investigação.

Os sujeitos que participaram desta pesquisa foram os 14 servidores responsáveis pela atividade de gestão patrimonial na instituição, denominados coordenadores e agentes patrimoniais, que são servidores públicos lotados nas diversas unidades gestoras do IFSul, capazes de analisar com mais profundidade o fenômeno analisado e a realidade organizacional sobre os aspectos de controle patrimonial.

Além disso, estiveram envolvidos pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores responsáveis pelos setores de pesquisa e extensão de cada UG do IFSul. Isso reflete a diversidade na estrutura organizacional de cada unidade, a qual varia conforme a capacidade dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Para fins de ordem ética, é importante salientar que este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRS e recebeu parecer favorável de nº 6.281.959, em 04 de setembro de 2023, quanto à sua realização, conforme consta no ANEXO A deste projeto de pesquisa.

### 3.2 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

A recolha de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, realização de entrevistas estruturadas e análise de documentos.

a) Realização de entrevistas: foram realizadas entrevistas estruturadas com pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores de pesquisa e extensão, seguindo orientação de Gil (2008, p. 109), ou seja: “[...] só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado”. O roteiro da citada entrevista encontra-se no APÊNDICE B desta dissertação.

b) Aplicação de questionário: foi aplicado um questionário aos coordenadores e agentes patrimoniais que formam o universo desta pesquisa e que responderam um questionário por meio de formulário no *Google Forms* conforme consta no APÊNDICE C deste projeto. A escolha deste ambiente virtual se deu pela fácil disponibilidade e pela relativa garantia de segurança para o desenvolvimento da pesquisa. Convites foram enviados com uma breve apresentação da pesquisa, via *e-mail* individual para cada sujeito envolvido. Foram realizados testes de validação do instrumento, ou seja, foram aplicados o questionário inicialmente a dois participantes que responderam e emitiram um parecer, sendo analisado pela pesquisadora e posteriormente estendido aos demais participantes.

c) Análise de documentos: foram analisados documentos oficiais tais como editais, manuais, resoluções, decretos, instruções normativas, bases de conhecimento do SUAP, relatórios de gestão, etc.

A análise e interpretação dos dados foi realizada com base em Best (1972, p. 152), ou seja, “[...] representa a aplicação lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação”. “A importância dos dados está não em si mesmos, mas em proporcionarem respostas às investigações” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 167). Durante o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma análise das respostas do questionário, da entrevista e dos documentos envolvidos, desencadeando o processo de construção desta dissertação. Os resultados obtidos acompanhados da análise da pesquisa bibliográfica estão divulgados no capítulo 4 desta dissertação.

Na fase final do trabalho de campo, foram constituídas categorias e realizada a separação dos dados em unidades menores, permitindo identificar padrões e tendências para melhor analisar a gestão patrimonial no IFSul, evidenciando ferramentas e formas de controle no que se refere à incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Para Gil (2008), após a coleta de dados, a fase subsequente envolve a análise e interpretação. Embora esses dois processos possuem conceitos distintos, é importante ressaltar que estão intimamente interligados. Ainda segundo o autor,

a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 2008, p. 156).

Em relação aos procedimentos de produção de dados, inicialmente foram realizadas entrevistas estruturadas com pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores de pesquisa e extensão das unidades do IFSul. Gil (2008) define entrevista como sendo:

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008, p. 109).

Quanto à classificação destas entrevistas, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), elas podem ser consideradas estruturadas, nas quais o pesquisador elabora um roteiro de questões sobre o tema em estudo, porém, permite e ocasionalmente encoraja o entrevistado a discorrer livremente sobre assuntos que emergem como desdobramentos do tema principal. No que diz respeito ao nível de estruturação das entrevistas, foi optado pela abordagem classificada por Gil (2008) como entrevista informal. Segundo o autor, este tipo de entrevista é caracterizado por sua estrutura mínima, diferenciando-se apenas da conversação casual pelo objetivo principal de coletar dados. Ainda de acordo com o autor, o propósito dessas entrevistas é obter uma visão geral do problema em estudo, além de identificar aspectos relevantes da personalidade do entrevistado.

As entrevistas foram conduzidas por meio de videochamada e agendadas previamente na plataforma virtual *Google Meet*, de acordo com a disponibilidade de cada participante. Os tópicos abordados durante as entrevistas estão detalhados no APÊNDICE B desta dissertação. Os entrevistados que aceitaram participar possuíam



experiência na gestão dessas funções, bem como conhecimento na execução de projetos de pesquisa e extensão.

Para essa etapa de coleta de dados, os responsáveis pelos setores de pesquisa e extensão das 14 unidades do IFSul (13 *campi* e a reitoria) foram formalmente convidados por meio de *e-mails*, os quais continham em anexo o projeto de pesquisa e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Deste total, 9 aceitaram participar, perfazendo 64% da população, constituindo, dessa forma, a amostragem envolvida no estudo.

Além disso, como procedimentos de produção de dados, também foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas, envolvendo os coordenadores de almoxarifado e patrimônio das 14 unidades do IFSul (13 *campi* e a reitoria). Este instrumento é definido por Gil (2008) como:

[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (Gil, 2008, p. 121).

A aplicação se deu por meio de formulário no *Google Forms* (APÊNDICE C) desta dissertação, pois acredita-se ser o melhor ambiente virtual disponível para garantir a segurança na realização da pesquisa. Os servidores foram contactados por telefone e receberam o *link* de acesso ao questionário por *e-mail*. Trata-se de profissionais que possuem experiência na incorporação de bens móveis ao patrimônio. Deste total, 12 aceitaram participar, perfazendo 86% da população, constituindo, dessa forma, a amostragem envolvida no estudo.

A escolha da entrevista e do questionário como instrumentos de coleta de dados neste estudo se deve ao fato de que se trata de uma investigação do tipo descritiva, que, para Gil (2008, p. 28), “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”, com dimensão exploratória, em que se buscou “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2008, p. 27). Ainda segundo o autor, as pesquisas exploratórias são realizadas “[...] especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Entre as potencialidades dessas ferramentas está a capacidade de fornecer informações pertinentes que nos permitam alcançar os objetivos deste

estudo. Nessa perspectiva, foi desenvolvido o roteiro da entrevista e do questionário em que se buscou verificar as questões de pesquisa propostas para abordar o problema de pesquisa da investigação.

Para o tratamento de dados das entrevistas, realizou-se uma análise qualitativa do conteúdo transcrito. Para tanto, foi feita a separação dos dados em unidades menores, permitindo identificar padrões e tendências nas falas dos entrevistados a partir das questões abertas, sendo elas: recurso orçamentário e gestão desses recursos nos projetos; processo de incorporação no patrimônio; prestação de contas de projetos; desafios burocráticos, entendimentos, comunicação e clareza de informações em editais; necessidade de orientação e apoio administrativo; necessidade de recursos simplificados para gestão de projetos; sugestões para melhorias e facilitação de processos.

Para a análise do questionário, conduziu-se uma leitura prévia dedicando um momento à leitura dos documentos selecionados, de modo a permitir serem "[...] invadidos por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas", conforme proposto por Franco (2008, p. 52).

Em seguida, foi realizada uma análise reflexiva e interpretativa, selecionando as informações que correspondiam ao objetivo proposto. Descreveu-se cada questão de forma sucinta, com o intuito de tornar as descrições concisas. Em alguns momentos, as falas dos coordenadores e entrevistados foram transcritas integralmente.

Vale salientar que, por questões éticas, foram utilizados os termos: coordenador de patrimônio 1 (CP 1), entrevistado 1 (E1), coordenador de patrimônio 2 (CP 2), entrevistado 2 (E2), coordenador de patrimônio 3 (CP 3), entrevistado 3 (E3), coordenador de patrimônio 4 (CP 4) e assim por diante, para descrever os participantes da pesquisa. A próxima seção será dedicada à apresentação dos dados obtidos nesta pesquisa, com foco nos registros encontrados.

#### 4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS

Inicialmente, procedeu-se à transcrição dos áudios das entrevistas realizadas com 09 servidores ocupantes de cargos de pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores de pesquisa e extensão das unidades do IFSul, para isso, utilizou-se a ferramenta online de Inteligência Artificial (IA) *TurboScribe*. O

objetivo foi investigar o papel desses setores, as oportunidades oferecidas por meio de editais e as dificuldades enfrentadas por pesquisadores e extensionistas. Em seguida, realizou-se uma análise qualitativa do conteúdo transcrito, segmentando os dados em unidades menores para identificar padrões e tendências nas respostas às perguntas abertas, conforme detalhado no APÊNDICE B desta dissertação.

Ao analisar as transcrições, foi possível identificar questões-chave a partir das perguntas abertas e formar unidades de análise para compreender melhor as perspectivas e procedimentos relacionados à gestão de projetos de pesquisa, ensino e extensão, bem como à gestão patrimonial dos bens adquiridos. As unidades de análise destacadas refletem preocupações comuns, desafios e práticas dos 09 entrevistados dos *campi* do IFSul.

**Recurso orçamentário e gestão desses recursos nos projetos:** essa unidade de análise foi identificada a partir da primeira e segunda pergunta do roteiro da entrevista. No Quadro 1 abaixo, são apresentadas algumas respostas dos entrevistados para a primeira questão:

**Quadro 1** - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 1

<b>Pergunta 01:</b> Os recursos orçamentários destinados aos projetos de ensino, pesquisa e extensão costumam sempre prever orçamento para custeio e investimento?	
E 1	<i>Sim, mas investimento é muito pouco, então “quase nunca vem”.</i>
E 2	<i>Sim, geralmente é um total, desse total, parte vai para as bolsas e parte para custeio, eu acho que tem o valor máximo para material permanente [...]</i>
E 3	<i>[...] às vezes é parcial, dependendo do recurso que tem. Mas tem a previsão, só que ele realmente é muito curto. Esse recurso de investimento, principalmente.</i>
E 4	<i>Sim, vem um recurso sim, [...] mas vou ser sincera, raramente alguém usa. E o que nós fizemos? Quando chega lá pelo final do ano, metade do ano, um pouco mais, que os editais de fomento já foram selecionados e já identificaram o que vão comprar, a gente pede para transformar esse investimento em custeio, porque nós usamos muito mais o custeio do que o investimento.</i>
E 5	<i>Agora, falando dos projetos de extensão e pesquisa, os de fomento sempre têm uma certa quantia destinada ao custeio e outra, menor, voltada para investimento.</i>
E 6	<i>Sim, em geral, tem materiais permanentes e custeio [...]. Os editais internos do Campus aqui, por exemplo, às vezes eles são só para a bolsa [...]</i>
E 7	<i>Sim, sempre tem um orçamento para custeio e investimento nos editais de fomento geral.</i>
E 8	<i>Geralmente ele prevê um valor prévio por projeto contemplado para aquisição desses materiais. A pessoa que for fazer o projeto que vai ver qual a sua necessidade.</i>
E 9	<i>Sim, sempre prevê, custeio e investimento, tem um valor total para cada projeto.</i>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por entrevista (2024)

Analisando as respostas dos nove entrevistados que compõem o Quadro 1 sobre a previsão de recursos orçamentários para custeio e investimento em projetos de ensino, pesquisa e extensão, foi possível identificar algumas tendências e percepções comuns. A seguir, apresento uma análise dessas respostas:

Acerca da previsão de recursos, a maioria dos entrevistados (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E9) afirmou que os projetos geralmente previam recursos tanto para custeio quanto para investimento. As respostas sugerem que existe uma previsão formal para ambos os tipos de recursos, indicando uma estrutura orçamentária que contemplava essas necessidades.

Quanto à distribuição dos recursos, a divisão entre custeio e investimento foi mencionada por alguns entrevistados (E2, E5, E7), com uma percepção comum de que a parcela destinada a investimento é menor. O E1 e E3 ressaltaram que, embora exista uma previsão para investimento, o valor é frequentemente considerado insuficiente.

Com relação à percepção e utilização dos recursos, alguns entrevistados relataram os desafios com recursos de investimento. E1 e E3 destacaram a dificuldade na alocação efetiva de recursos de investimento devido ao valor reduzido, o que pode limitar a capacidade de realizar investimentos significativos. E4 mencionou uma prática comum de transformar recursos de investimento em custeio, conforme a necessidade, indicando uma maior necessidade ou preferência por custeio nas práticas diárias dos projetos.

Conclui-se que existia uma previsão formal de recursos para custeio e investimento nos projetos de ensino, pesquisa e extensão, conforme indicado pela maioria dos entrevistados. Apesar da previsão, o valor destinado a investimento é frequentemente percebido como insuficiente, levando à adaptação e flexibilidade na utilização desses recursos. A prática de converter recursos de investimento para custeio é comum, refletindo uma maior demanda por recursos de custeio. A distribuição e utilização dos recursos podem variar conforme o edital e as necessidades específicas de cada projeto, demonstrando uma abordagem adaptável na gestão orçamentária.

Essa análise revelou uma estrutura orçamentária que, apesar de bem-intencionada em prever recursos para ambas as categorias, enfrenta desafios na alocação eficaz dos recursos de investimento. A flexibilidade na gestão desses recursos é uma estratégia adotada para atender melhor às necessidades dos projetos.

Na sequência, são apresentadas no Quadro 2 as respostas dos entrevistados para a segunda questão analisada nesta unidade:

**Quadro 2 - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 2**

<b>Pergunta 02:</b> O controle desses recursos em sendo de investimentos fica com a reitoria ou é descentralizado para os <i>campi</i> ?	
E 1	<i>Não sei, acho que no Campus, no final da vigência do projeto fazemos a doação para o Campus, a prestação de contas é para a reitoria.</i>
E 2	<i>Hoje, os recursos estão vindo pelo cartão do pesquisador, vai ser depositado lá no teu cartão do pesquisador. Daí você vai ter disponibilidade para gastar esse dinheiro. Só que daí você tem que fazer três orçamentos e anexar tudo depois, quando tiver a prestação de contas, você tem que apresentar os orçamentos, os valores gastos [...].</i>
E 3	<i>A prestação é direta pra reitoria. Na verdade, a gente faz a intermediação dos projetos [...] algumas tramitações ali que são burocráticas e que de fato elas ficam centralizadas na reitoria [...].</i>
E 4	<i>Os recursos de TED não descentralizam, o item é comprado, recebido. O fiscal financeiro faz o recebimento e dá o aceite, e aí depois sim que o patrimônio é transferido para o Campus onde a ação foi realizada.</i>
E 5	<i>Acho que na reitoria, não sei ao certo, a prestação de contas é na reitoria, mas o recurso acho que é direto para o coordenador do projeto.</i>
E 6	<i>Isso! É a reitoria, porque como a verba vem deles, então o professor, se ele não conseguiu adquirir o bem, ele tem que devolver o valor, quando contemplado, ou ele tem que prestar contas [...].</i>
E 7	<i>Depende, se for com recurso próprio é no Campus, se for TED é na reitoria, a prestação de contas, do edital de fomento geral, é sempre na reitoria.</i>
E 8	<i>Acho que na reitoria, eles repassam o recurso ao coordenador do projeto se for contemplado.</i>
E 9	<i>[...] na reitoria, é creditado direto no cartão do coordenador do projeto, as bolsas são por PIX agora.</i>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por entrevista (2024)

Analisando as respostas dispostas no Quadro 2 dos nove entrevistados, sobre o controle dos recursos de investimentos nos projetos, foi possível identificar algumas tendências e percepções comuns. A maioria dos entrevistados (E3, E4, E6, E7, E8) indicou que a reitoria tem um papel central no controle dos recursos, especialmente no que diz respeito à prestação de contas. E3 e E4 explicaram que, apesar dos itens adquiridos serem utilizados nos *campi*, a centralização ocorre na fase de tramitação e prestação de contas. E2 mencionou que os recursos são disponibilizados diretamente aos pesquisadores por meio de um "cartão pesquisador", permitindo uma gestão mais direta dos recursos. E7 destacou que o controle dos recursos depende da origem do financiamento: recursos próprios são geridos pelos *campi*, enquanto os recursos de TED (Termo de Execução Descentralizada) são geridos pela reitoria.

Alguns entrevistados (E1, E5, E8) expressaram incerteza sobre o nível de

centralização ou descentralização, com respostas indicando uma falta de clareza ou variabilidade nos procedimentos. E1 e E5 mencionaram que, embora a prestação de contas seja feita à reitoria, os recursos são geridos diretamente pelos coordenadores dos projetos. Vários entrevistados (E2, E3, E6, E7) detalharam o processo de prestação de contas, que inclui a necessidade de anexar orçamentos e valores gastos, e devolver valores não utilizados. E3 ressaltou que, embora os *campi* façam a intermediação dos projetos, a prestação de contas é centralizada na reitoria.

Quanto ao controle e fiscalização, E4 explicou que os itens adquiridos por meio de TED não são descentralizados inicialmente, sendo transferidos ao patrimônio dos *campi* após o recebimento e aceite do fiscal financeiro. Este procedimento é uma etapa adicional de controle antes que os bens sejam transferidos aos *campi* onde o projeto foi desenvolvido.

Conclui-se que o controle dos recursos de investimentos, especialmente no que diz respeito à prestação de contas, é majoritariamente centralizado na reitoria. Em alguns casos, especialmente quando se trata de recursos próprios dos *Campi* ou uso de cartões pesquisador, há uma maior descentralização na gestão dos recursos. A incerteza mencionada por alguns entrevistados sugere que os procedimentos podem variar e não ser totalmente claros para todos os envolvidos. Essa análise revela uma estrutura de gestão de recursos que tende a ser centralizada, especialmente em termos de prestação de contas, mas que também permite uma certa flexibilidade e descentralização conforme a situação específica dos projetos e dos editais de fomento.

Neste sentido, finalizando esta unidade sobre recurso orçamentário e gestão desses recursos nos projetos, baseado nas respostas dos entrevistados às perguntas dispostas no Quadro 1 e Quadro 2, foi possível inferir que os editais de fomento geral para cadastro de projetos de pesquisa e extensão pelos *campi* são oferecidos anualmente e sempre preveem recursos de custeio e investimento, mesmo que em quantidade insuficiente para atender à demanda. Alguns entrevistados comentaram que é garantido pelo menos um projeto para cada *Campus*. Verificou-se também que esses recursos são liberados diretamente para o pesquisador e o extensionista por meio de um cartão, sendo necessário que prestem contas do valor utilizado ao final do projeto à reitoria. Caso algum bem de investimento tenha sido adquirido, o coordenador do projeto deve doar o bem à instituição onde o projeto foi desenvolvido.

**Processo de incorporação no patrimônio:** essa unidade de análise foi

identificada a partir das respostas dos entrevistados à terceira e quinta pergunta do roteiro da entrevista. Na sequência, no Quadro 3 são apresentadas algumas respostas dos entrevistados para essas questões.

**Quadro 3** - Análise das respostas dos entrevistados para as perguntas 3 e 5

<b>Pergunta 3</b> - Atualmente, como ocorre o controle da incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?	
E 1	<i>Então, [...] a entrada é lá na reitoria, vem como doação para dar entrada, depois é transferido para o Campus. [...] Aí comprei esse equipamento, era o equipamento permanente. E aí, no final da vigência, eu preenchi o termo de doação para por esse bem na relação do patrimônio.</i>
E 5	<i>Sobre a necessidade de incorporar bens com recurso de investimento: Eu não sabia, só fiquei sabendo quando o patrimônio entrou em contato comigo na prestação de contas.</i>
E 8	<i>Mas eu tava olhando ali no edital mais recente de fomento e tem um termo de doação. Imagino que seja por ali que o coordenador do projeto vai poder dar uma destinação a esse bem. Mas como funciona exatamente eu não sei. Não cheguei a lidar com esse procedimento ainda.</i>
<b>Pergunta 5</b> - Existe um fluxo padronizado para a incorporação de bens móveis na Instituição, e esse fluxo é aplicável a todas as fontes de recursos?	
E 1	<i>Eu acho que há um padrão, porque tenho essa sensação. Tem um manual. Eu considero isso como padrão. Um padrão, tá? É, pelo menos, uma orientação.</i>
E 3	<i>Eu não tenho todo, assim, 100% do fluxo, eu não sei te dizer hoje, tá. Eu sei que nós temos um setor no Campus, que é responsável pela gestão de patrimônio... Quando chega esse item, há uma tramitação interna para fazer o registro, né. Claro, eles vão consultar o pesquisador para ver se o item que chegou atende e tudo mais, para dar o ateste da nota fiscal, essas questões.</i>
E 5	<i>Pra mim como coordenador não sei desse fluxo, só no patrimônio mesmo.</i>
E 6	<i>Quando o material é permanente, no final do projeto, há uma, como é que eu posso dizer, uma tradição, assim, né? Eu não sei se isso está escrito em algum lugar, mas vai para patrimônio.</i>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por entrevista (2024)

Analisando as respostas dos entrevistados sobre o processo de gestão patrimonial e prestação de contas em projetos de pesquisa, ensino e extensão, foram identificados diversos aspectos relevantes:

Acerca da gestão patrimonial, o terceiro entrevistado mencionou a existência de um setor no *Campus* responsável pela gestão de patrimônio, onde os itens recebidos passam por um processo interno de registro e verificação para atestar a conformidade com as notas fiscais. Isso sugere um fluxo estruturado para a incorporação dos bens adquiridos. O primeiro entrevistado relatou que os itens adquiridos, eram inicialmente registrados na reitoria como doação e posteriormente transferidos para o patrimônio do *Campus* onde foi executado o projeto. Esse processo era formalizado por meio de um termo de doação preenchido pelo

coordenador do projeto no final da vigência.

O oitavo entrevistado mencionou a existência de um termo de doação no edital mais recente de fomento, mas demonstrou incerteza sobre como exatamente esse procedimento era conduzido. Isso sugere que pode haver variações na compreensão e aplicação desses termos entre os coordenadores de projeto.

Por fim, referente ao Fluxo e Práticas, o sexto entrevistado mencionou uma prática tradicional no *Campus* onde materiais permanentes são incorporados ao patrimônio da Instituição ao final do projeto, mesmo sem saber se existe uma diretriz escrita clara sobre isso, indicando a existência de práticas não formalizadas que orientam o processo de gestão patrimonial.

Além dessas respostas diretamente relacionadas às perguntas 03 e 05 da entrevista, foi identificada outra resposta para esta unidade de análise: *"Eu me lembro que foi comprado uma placa de vídeo para um computador, para melhorar essa questão de transmissão, e a minha falta de experiência ali, eu achei que isso fosse investimento e era custeio"* (E5). O entrevistado expressou uma experiência onde houve confusão entre investimento e custeio na compra de uma placa de vídeo, demonstrando a necessidade de melhor entendimento e orientação sobre a classificação correta dos bens conforme a natureza da despesa dos recursos orçamentários nos termos do edital.

Conclui-se que as respostas dos entrevistados revelam uma combinação de práticas formais e informais na gestão patrimonial e na prestação de contas de projetos. Enquanto alguns entrevistados demonstram familiaridade com os procedimentos e normas estabelecidas, outros indicam áreas de incerteza e necessidade de maior clareza nas diretrizes e orientações fornecidas pelos editais de fomento. A presença de práticas tradicionais não formalizadas também destaca a adaptação local na gestão dos projetos. Esses aspectos ressaltam a importância de um acompanhamento contínuo e de orientações claras para garantir uma gestão eficiente e transparente dos recursos e patrimônios adquiridos por meio dos projetos institucionais.

**Prestação de contas de projetos:** essa unidade de análise foi identificada a partir das respostas dos entrevistados no decorrer da entrevista, sem estar necessariamente relacionada a alguma pergunta do roteiro. No Quadro 4 apresentado na sequência são mostradas algumas respostas dos entrevistados para essa unidade.



**Quadro 4 - Análise das respostas dos entrevistados na categoria: “prestação de contas de projetos”**

<b>Unidade de análise:</b> prestação de contas de projetos	
E 2	<i>Tem um manual de... Depois eu vou te passar por lá. Esse manual, ele é um manual de prestação de contas, eu acho. [...] Um PDF bem curtinho, mas que ajuda bastante. Então ele fala assim, vamos supor que você ganha um recurso, né?</i>
E 3	<i>[...] Chegou num ponto que eu não estava conseguindo dar conta mais assim de responder tudo, mas não era nem a questão de não conseguir dar conta do processo, mas é que a gente chegava com a documentação, não estava claro entregava, não era, daí tu tinha que ir atrás de outra, daí não era, daí tu tinha que ir atrás de outra então ficava nessa coisa do vai e volta, esse era o problema se eu soubesse claramente o que eu precisava fazer, o que que ia ser aceito o que que não ia ser aceito eu entregava tudo já certinho na primeira só que estava assim muito batendo e voltando, batendo e voltando, batendo e voltando porque não estava claro ali o que que tinha que ser feito e aí eu queria te dizer isso assim, até como relato dos meus colegas [...].</i>
E 4	<i>Quando houver a previsão de repasse de recursos financeiros, investimento ou custeio, exceto bolsas, o coordenador deverá apresentar a proposta, concessão de auxílio financeiro ao extensionista, e o formulário detalhado dos itens e serviços a serem adquiridos, [...] depois, a gente tem aqui, a prestação de contas, e obviamente, quando ele comprar algo, ele tem que, na prestação de contas, apresentar a nota fiscal. [...] Na prestação de contas, né, tem que tá tudo bem claro, quem comprou, quem não comprou, se foi incorporado no Campus tudo direitinho no processo.</i>
E 7	<i>Eu, quando fiz a prestação de contas num projeto, foi bem tranquilo. Eu juntava os orçamentos da internet, botava numa pasta, depois baixei documentos. Foi só seguir as instruções do edital e eu não senti dificuldade nenhuma em fazer a prestação de contas.</i>
E 8	<i>E surgem essas questões de consumo e o que pode ser adquirido, né? Dentro do âmbito da prestação de contas também. Realmente, eu acho que há pouca clareza em relação a isso.</i>
E 9	<i>Então, a ferramenta para a prestação de conta, está basicamente completa, basta só mesmo a pessoa acessar e ter um pouco de entendimento.</i>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por entrevista (2024)

Com base nas respostas dos entrevistados, apresentadas no Quadro 4 acima, observou-se um cenário variado em relação à prestação de contas em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Evidenciou-se que inicialmente havia dificuldades significativas, especialmente relacionadas à falta de clareza nos requisitos e procedimentos necessários para a prestação de contas que podem ser destacados como pontos relevantes:

A existência de um manual de prestação de contas: o segundo entrevistado mencionou a presença de um manual de prestação de contas em formato de PDF, que ele considera útil, mesmo que breve, o que sugere que há uma tentativa de fornecer orientações básicas aos envolvidos no processo de prestação de contas.

Desafios na compreensão e execução: o terceiro entrevistado descreveu dificuldades significativas ao lidar com o processo de prestação de contas. Ele mencionou uma falta de clareza nos requisitos, o que resultava em um ciclo de

submissão e retorno de documentos. Isso indica que a falta de instruções claras pode levar a retrabalho e atrasos, além de possivelmente aumentar a frustração dos participantes.

**Procedimentos formais exigidos:** o quarto entrevistado mencionou procedimentos específicos que devem ser seguidos, como a apresentação de propostas, a concessão de auxílio financeiro e a necessidade de detalhamento dos itens adquiridos com nota fiscal na prestação de contas. Isso destaca a importância da clareza na prestação de contas, incluindo informações detalhadas sobre quem comprou os itens, se foram incorporados ao patrimônio da instituição e a inclusão dos números de patrimônio no processo. Tal procedimento indica um rigor na documentação e no controle dos bens adquiridos.

**Experiências diversificadas:** enquanto o terceiro entrevistado enfrentou desafios, o sétimo teve uma experiência tranquila ao seguir as instruções do edital, evidenciando que a clareza das diretrizes pode variar entre diferentes projetos ou entre os participantes, ressaltando a importância de diretrizes consistentes e acessíveis para todos os envolvidos.

**Percepção sobre questões emergentes:** o oitavo entrevistado apontou para questões emergentes relacionadas aos tipos de consumo e aquisições permitidas dentro do escopo da prestação de contas, sugerindo que existem áreas onde a clareza pode ser melhorada para evitar ambiguidades e interpretações divergentes.

**Ferramentas de apoio:** o nono entrevistado mencionou que a ferramenta para prestação de contas estava praticamente completa, indicando que há recursos disponíveis para auxiliar os participantes no processo. No entanto, a compreensão e o uso efetivo dessas ferramentas podem depender do nível de entendimento e familiaridade dos usuários com o sistema.

Conclui-se que, no geral, os relatos apontam para a importância de diretrizes claras e acessíveis para a prestação de contas em projetos de pesquisa e extensão. As respostas dos entrevistados revelam uma mistura de desafios enfrentados devido à falta de clareza nas diretrizes, juntamente com experiências positivas quando as instruções são seguidas corretamente. Melhorar a acessibilidade e a compreensão das diretrizes de prestação de contas pode potencialmente reduzir os problemas enfrentados e melhorar a eficiência geral do processo.

**Desafios burocráticos, entendimentos, comunicação e clareza de informações em editais:** essa unidade de análise foi identificada a partir das

respostas dos entrevistados à quarta pergunta do roteiro da entrevista. Foram identificadas outras respostas no decorrer da entrevista, não necessariamente relacionadas a essa pergunta, que contemplam o assunto analisado nesta unidade. No Quadro 5 constam algumas respostas fornecidas pelos entrevistados para essas questões:

#### Quadro 5 - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 4

<b>Pergunta 4</b> - Os editais de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que disponibilizam recursos de investimento aos pesquisadores, preveem a incorporação desses bens?	
E 2	<i>Mas não que a informação não esteja disponível, ela está, mas o pessoal acaba, assim, não dando a atenção devida. [...] No edital, se você lê com atenção, né, ele é claro. O que acontece é que às vezes as pessoas para não perderem o prazo leem rápido e acabam perdendo certas partes. Mas, por exemplo, o edital, ele te remete a instruções normativas, a esse manual, por exemplo.</i>
E 3	<i>Agora, eu não me lembro de cabeça se isso tá detalhado lá. Me lembro que ele mostra no edital, tem uma indicação do manual técnico lá de orçamento do governo, ele tem também uma indicação de um decreto, agora eu não me lembro qual o número do decreto, que trata da questão dos tipos de itens para aquisição, seja investimento ou custeio, mas eu não me lembro se ele trata exatamente dessa parte do registro, talvez até no próprio manual já coloca isso, eu não me lembro agora de cabeça.</i>
E 4	<i>Porque tu sabes que o maior problema é o pessoal não ler.</i>
E 8	<i>Não me pareceu claro. Olhando o edital de fomento da ProEx, eu procurei justamente pelas palavras-chave, né, material permanente, que é o que eles usam ali de vocabulário. E tem pouquíssima informação sobre isso. Mas talvez tenha, talvez tenha alguma instrução que o edital remeta que eu ainda não olhei.</i>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por entrevista (2024)

Com base nas respostas dos entrevistados, percebe-se uma diversidade de opiniões em relação à clareza dos editais de projetos de ensino, pesquisa e extensão quanto à incorporação de bens. O segundo entrevistado afirmou que as informações estão disponíveis no edital, mas que muitas vezes as pessoas não dão a devida atenção ao lê-lo. Ele mencionou que, ao ler o edital com atenção, as informações são claras, pois o documento remete a instruções normativas e manuais específicos.

O terceiro entrevistado, por outro lado, não conseguia se lembrar se os detalhes sobre a incorporação de bens estão explicitamente descritos no edital. Ele mencionou que o edital faz referência a um manual técnico de orçamento do governo e a um decreto específico, mas não tinha certeza se esses documentos tratam diretamente da questão do registro de bens.

O quarto entrevistado identificou que o maior problema é a falta de leitura por parte das pessoas. Ele sugeriu que a dificuldade em encontrar informações

específicas nos editais poderia ser atribuída ao fato de que muitos não leem o documento com a devida atenção.

E o oitavo entrevistado também expressou dificuldades em encontrar informações claras sobre a incorporação de bens nos editais. Ele mencionou que, ao procurar palavras-chave como "material permanente" no edital de fomento da PROEX, encontrou pouquíssima informação. No entanto, ele reconheceu que poderia haver instruções adicionais às quais o edital remete, mas que ele ainda não havia consultado.

Conclui-se que as respostas indicam uma percepção variada sobre a clareza dos editais. Enquanto alguns entrevistados acreditam que as informações estão disponíveis e claras, outros apontam para a dificuldade em encontrar informações específicas, seja por falta de leitura atenta ou pela ausência de detalhes explícitos nos documentos. Isso sugere uma necessidade de melhorar a apresentação das informações nos editais e de incentivar uma leitura mais cuidadosa dos mesmos.

Além das respostas diretamente relacionadas à pergunta 04, outras foram identificadas e inseridas na unidade de análise "Desafios burocráticos, entendimentos, comunicação e clareza de informações em editais". O segundo entrevistado destacou que muitas pessoas consideram os editais internos muito burocráticos. "*[...] É por isso que o pessoal diz que há muita burocracia no edital interno. [...] O problema que vejo aqui é que a maioria quer submeter o projeto, mas lê o edital rapidamente e acaba se perdendo nesses detalhes*" (E2). Ele observou que o problema reside no fato de que a maioria dos participantes lê os editais rapidamente e acaba se perdendo nos detalhes importantes.

*Eu percebi isso esse ano na coordenação de pesquisa, eu estudei um pouco mais de detalhe esse último edital, olhando, são muitos anexos, muitas coisas, então eu fiz uma classificação certinha pra conseguir depois revisar os projetos dos colegas, e uma coisa que eu percebi é que, assim, de um determinado item para frente, são só anexos informativos, ou, assim, documentos externos, mas são todos informativos (E3).*

O terceiro entrevistado, percebeu isso durante seu tempo na coordenação de pesquisa. Ao estudar o último edital em mais detalhes, ele notou a grande quantidade de anexos e documentos informativos, indicando que muitos desses anexos eram informativos externos e não faziam parte do núcleo do edital. Ele organizou esses anexos para poder revisar melhor os projetos dos colegas.

*Os colegas, em geral, acham que é uma questão burocrática. Muitas vezes deixam de submeter algum projeto por não entender a burocracia ou deixam de incluir um bem permanente, faz uma coisa mais simples, só com bolsa, porque é mais fácil depois. Aí tem lá toda uma legislação que fala dos itens que podem ser de investimentos, os consumos que não são financiados e tem a precisão de utilizar esses itens. Então, acho que isso dificulta bastante, porque sempre remete a alguma lei, manual ou IN fora do edital. [...] E o nosso próprio edital interno, que deveria ser mais simples, mais facilitado, ele cobra mais, às vezes, do que o edital externo (E6).*

O sexto entrevistado mencionou que, em geral, os colegas viam a burocracia como um grande desafio. Muitas vezes, eles deixavam de submeter projetos ou evitavam incluir bens permanentes, optando por projetos mais simples que envolviam apenas bolsas, pois eram mais fáceis de administrar. Ele comentou que a legislação sobre itens de investimento e consumo dificulta o processo, pois sempre remete a alguma lei, manual ou instrução normativa fora do edital. Ele também apontou que os editais internos da instituição eram, às vezes, mais rigorosos do que os externos.

*Toda câmara de pesquisa, a gente sempre volta a martelar no assunto que a burocracia para registro do projeto é enorme. A da prestação de contas eu não vejo tanta dificuldade. [...] Ah, isso é uma coisa bem interessante. Tem algumas coisas que são exigidas para a nossa instituição que são mais rigorosas do que o do próprio CNPQ. No âmbito da pesquisa (E7).*

Essa percepção foi reforçada pelo sétimo entrevistado ao comentar que, nas reuniões da câmara de pesquisa, sempre se discutia a grande burocracia para o registro dos projetos. Embora ele não visse tanta dificuldade na prestação de contas, notou que a instituição tinha exigências mais rigorosas do que o próprio CNPQ, especialmente no âmbito da pesquisa.

Essas respostas indicam que a burocracia, a complexidade e a falta de clareza nos editais são desafios significativos enfrentados pelos pesquisadores. A necessidade de simplificação e de maior clareza nas diretrizes é uma constante, com muitos participantes expressando frustração e dificuldades ao lidar com as exigências administrativas dos editais internos.

**Necessidade de orientação e apoio administrativo:** ao analisar as respostas dos entrevistados sobre a necessidade de orientação e apoio administrativo em projetos de pesquisa, ensino e extensão, observa-se diferentes perspectivas e desafios enfrentados pelos coordenadores e gestores. O terceiro entrevistado destacou a importância do apoio da reitoria para lidar com a alta demanda de prestação de contas em seu projeto:

*[...] nesse projeto eu fiquei como coordenador e foi um projeto que deu muita demanda de prestação de contas então assim, só a parte que eu tive que fazer já foi imensa, eu tive apoio da reitoria, senão eu acho que eu não conseguiria terminar de tanta coisa que era [...]* (E3).

Esta declaração sublinha a necessidade crítica de suporte administrativo para lidar com os procedimentos complexos de gestão financeira e documentação exigidos pelos projetos institucionais. Já o quinto entrevistado refletiu sobre sua própria falta de experiência inicial e a importância de aprender e receber suporte ao longo do processo: *"Falta de conhecimento, e experiência, temos que aprender junto e dar suporte, quando preciso, agora eu já tenho um pouco mais de conhecimento, estou mais seguro para apoiar os colegas"* (E5). Esta citação evidencia a curva de aprendizado enfrentada pelos coordenadores de projeto, destacando a necessidade de capacitação contínua e suporte para garantir uma gestão eficiente dos recursos.

O sexto entrevistado levantou a questão da infraestrutura de apoio técnico nos *campi* menores, indicando uma lacuna significativa na disponibilidade de recursos e suporte especializado:

*[...] o pior é que, por exemplo, aqui no nosso Campus é, eu acho, que o segundo ou terceiro maior, e a gente não tem essa rede. Não tem esse apoio? Aquela rede de apoio técnico, né? Os Campos pequenos ficaram com poucos técnicos, né? Então, fica bem complicado isso* (E6).

Essa observação sublinha os desafios enfrentados por instituições com infraestruturas limitadas, enfatizando a necessidade de investimentos em recursos humanos e tecnológicos para melhor suporte operacional. Por fim, o sétimo entrevistado mencionou a presença de suporte administrativo direto na instituição, destacando a importância de uma coordenação que auxilia os colegas em questões práticas como a elaboração do relatório final e prestação de contas: *"Por sorte, nós temos aqui a coordenação [...] que ajuda os colegas nessas dúvidas para esclarecer o que é o relatório final, a prestação de contas, etc."* (E7). Esta citação exemplifica a relevância de estruturas organizacionais internas que fornecem suporte direto e orientação para facilitar a gestão administrativa dos projetos.

Conclui-se que, as respostas dos entrevistados sublinham a importância crítica de orientação contínua, capacitação e apoio administrativo eficiente para garantir o sucesso na gestão de projetos institucionais. Esses aspectos são fundamentais para superar desafios como a complexidade da prestação de contas, a falta de experiência

inicial dos gestores e a necessidade de infraestrutura adequada nos *campi*.

**Necessidade de recursos simplificados para gestão de projetos:** com base nas respostas dos entrevistados, podemos observar diversas questões relacionadas à gestão de projetos, especialmente no que diz respeito à burocracia e à necessidade de simplificação dos processos.

*[...] Talvez até nesse sentido, acho que um fluxo mais simples para mostrar isso dentro do edital fosse interessante. Eu digo pra quem não conhece, eu sei que tem, eu estou há 9 anos na instituição, já fiz vários projetos de pesquisa, então eu conheço como é que tramita, como é que funciona assim, de forma geral pelo menos. Então eu sei que se eu fizer a compra, vou fazer a prestação de contas, vai ter o registro e tudo mais, agora não sei se isso tá bem claro de fato ali no edital (E3).*

O entrevistado sugere que há uma necessidade de simplificação nos fluxos de informação e nos procedimentos descritos nos editais. Ele destaca que, apesar de sua experiência de longa data na instituição e em projetos de pesquisa, ainda existe uma preocupação quanto à clareza das informações no edital. Isso sugere que mesmo profissionais experientes podem enfrentar dificuldades quando as diretrizes não são suficientemente claras ou simplificadas.

*[...] O esforço, para o pessoal, especialmente o professor, que vai executar a extensão, ele tem que ser minimizado na parte burocrática, para ele ter o interesse, ele vai executar a pesquisa extensão, ou o projeto e acaba perdendo muito tempo, com a parte burocrática, tá (E1).*

Já o primeiro entrevistado ressalta a importância de minimizar o esforço burocrático para os professores e pesquisadores que executam projetos de extensão. Ele menciona que a parte burocrática consome tempo significativo, o que pode reduzir o interesse e a motivação para participar desses projetos. Isso indica que a simplificação dos processos administrativos poderia não apenas facilitar a execução dos projetos, mas também aumentar o engajamento dos participantes.

O quinto entrevistado destacou uma melhoria percebida com a implementação de cotas de projetos por *Campus*. *"[...] Acho que poderia melhorar muito, já melhorou com essa questão de ter uma cota, pelo menos um projeto por Campus ser contemplado"* (E5). Ele mencionou que essa medida foi necessária para evitar uma concentração excessiva de recursos nos *campi* maiores, reforçando que poderia ser desastroso para os *campi* menores. Isso indica que políticas de distribuição mais equitativas podem contribuir para um ambiente mais justo na gestão de recursos.

Segundo o sétimo entrevistado a quantidade de projetos registrados vem diminuindo ano após ano, “[...] isso fica muito claro quando eu pego lá a listagem de projetos e vejo aquela linha caindo ano a ano da quantidade de projetos registrados. É muito burocrático” (E7). O que ele associa à alta burocracia envolvida. Ele destaca que, especialmente no início dos projetos, há muitas reclamações sobre a complexidade dos procedimentos finais. Isso sugere que a burocracia excessiva pode desencorajar a participação em projetos de pesquisa e extensão, afetando negativamente a continuidade e a sustentabilidade dessas iniciativas.

**Sugestões para melhorias e facilitação de processos:** essa unidade de análise foi identificada a partir das respostas dos entrevistados à sexta pergunta do roteiro da entrevista. Na sequência, no Quadro 6 constam algumas respostas dos entrevistados para essas questões:

**Quadro 6 - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 6**

(continua)

<b>Pergunta 6 -</b> Que tipo de produto ou recurso poderia ajudar na divulgação e orientação sobre a incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?	
E 1	<i>A prestação de contas mesmo, eu já conheço alguma coisa, e estou passando um pouquinho de trabalho para conseguir entender algumas definições ali com o pessoal na reitoria. Então, me parece que se tivesse algo mais esclarecedor, apontando onde estão as bases legais, qual é a flexibilidade que se tem, em que situação, ou até colocando alguns exemplos, talvez fosse interessante. Isso ajudaria muito mesmo.</i>
E 2	<i>Então, quando se faz uma compra, realmente surgem essas dúvidas: o que é permanente e o que, não é? Por exemplo, no ano passado, um professor realizou um projeto de jogo RPG na área de informática. Ele comprou alguns gibis, livrinhos e livretos, e não sabia que aquilo era considerado material permanente. Isso gerou algumas dúvidas. Então, saber exatamente o que é permanente e o que não é seria interessante.</i>
E 3	<i>Então, eu comecei a observar algumas coisas que são bem incongruentes, porque daria para fazer até um checklist certinho, assim: o projeto se encontra nessa condição? Sim ou não? Eu encontrei, se não me engano, quatro anexos que são obrigatórios para todos os projetos. Esses deveriam ser os quatro primeiros. Ah, depois você vem com as perguntas: o seu projeto tem tal situação? Precisa deste anexo. [...] Têm tal situação? Sim ou não? Se tiver um sim, é esse anexo. Então, acho que dá para reestruturar aquilo ali de uma forma bem interessante para facilitar o entendimento pessoal.</i>
E 4	<i>E o guia é um dos produtos educacionais a serem produzidos. É permitido na listagem dos produtos educacionais, e o guia é muito importante. Então, se você tem um guia de como fazer a prestação de contas de equipamentos e materiais permanentes, explicando como entra, como é comprado, de que forma tem que fazer a prestação de contas, e de que forma tem que ser colocado no patrimônio do Campus ou da reitoria, está lá.</i>
E 5	<i>Eu acho que já existe um manual. Neste manual, talvez não apareça... ah sim, esse processo de detalhar o que pode ser comprado como investimento e custeio. Acho que essa IN já diz onde pode comprar, mas o que comprar sempre fica em dúvida. Deixar claro quando se trata de uma coisa específica em que você terá apenas um orçamento não fica claro no edital.</i>



(Conclusão)

<b>Pergunta 6</b> - Que tipo de produto ou recurso poderia ajudar na divulgação e orientação sobre a incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?	
E 6	<i>Ah, olha. Se a gente tivesse um aplicativo, alguma coisa que a pessoa jogasse o item e aí aparecesse, isso é permanente ou isso é de consumo, sabe? Pra facilitar. Às vezes, tem aquelas listas enormes com exemplos, exemplos genéricos.</i>
E 7	<i>Talvez algum guia que ajudasse o pesquisador nas principais dúvidas dele na hora de prestação de contas.</i>
E 8	<i>Que falta? Eu também noto uma dificuldade de saber exatamente o que pode ser comprado, inclusive dentro desses projetos, né? Por exemplo, pode comprar barrinha de cereal para receber aluno que venha para assistir o projeto de extensão.</i>
E 9	<i>Talvez alguma coisa mais ilustrativa que o pessoal não cansa, né? Uma cartilha, alguma coisa, pelo menos detalhando o que seria investimento, em quadrinhos talvez.</i>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por entrevista (2024)

A partir das respostas dos entrevistados sobre sugestões para melhorias e facilitação de processos, várias ideias e necessidades foram destacadas. O primeiro entrevistado sugeriu um material esclarecedor com bases legais e exemplos práticos para tornar a prestação de contas mais clara. O segundo entrevistado relatou dúvidas comuns sobre materiais permanentes, ele destacou a necessidade de informações claras para evitar confusões sobre a natureza dos itens comprados. O terceiro propôs a criação de um checklist estruturado. Ele sugeriu que, ao identificar as condições específicas dos projetos, seria possível determinar de maneira clara quais anexos são necessários, facilitando assim o entendimento dos envolvidos.

O quarto enfatizou a importância de um guia detalhado para a prestação de contas, explicando todo o processo. Já o quinto mencionou a existência de um manual útil, mas que poderia ser mais detalhado sobre o que pode ser comprado como investimento e custeio. Ele sugeriu que o manual deveria esclarecer melhor essas questões, especialmente em casos específicos onde há apenas um orçamento.

O sexto sugeriu um aplicativo para identificar se um item é permanente ou de consumo, facilitando as decisões. O sétimo propôs um guia para responder às principais dúvidas dos pesquisadores na prestação de contas. O oitavo notou dificuldades em saber o que pode ser comprado, especialmente em projetos de extensão. Por fim, o nono entrevistado propôs a criação de material ilustrativo, como uma cartilha em quadrinhos, que detalhasse o que constitui investimento. Ele acreditava que algo visual e menos cansativo poderia ser mais eficaz para informar os envolvidos.

Conclui-se, que as respostas dos entrevistados evidenciaram uma necessidade

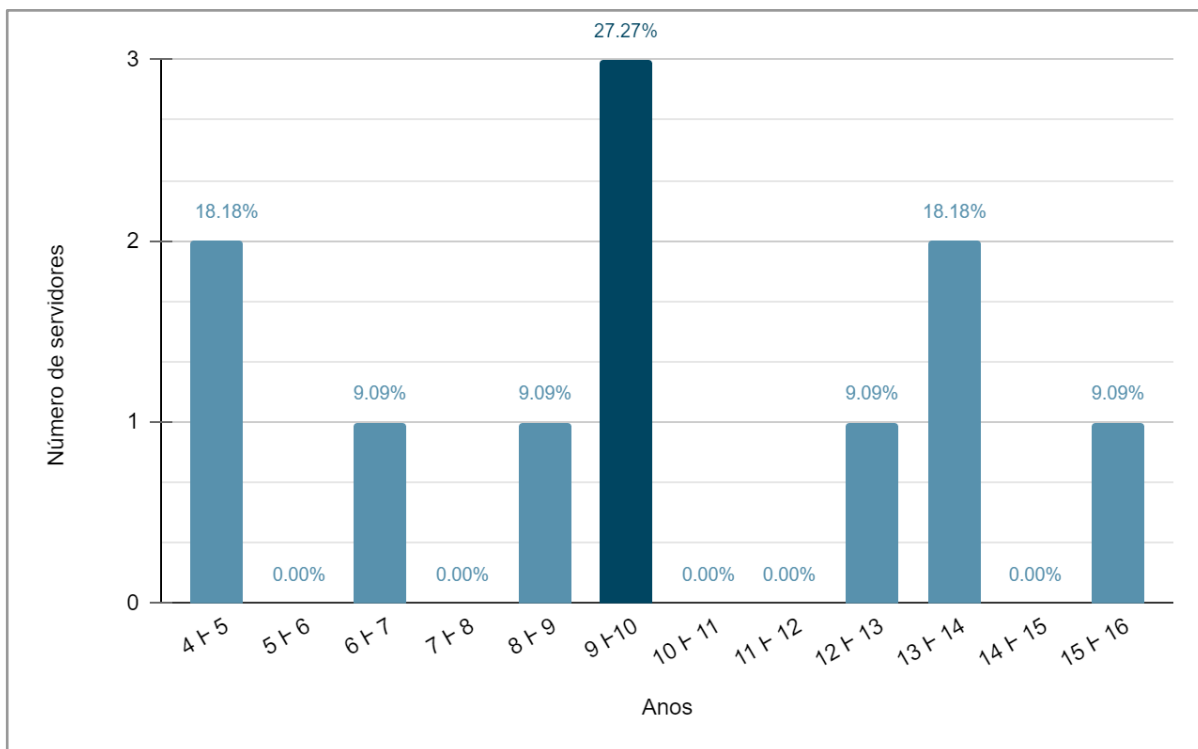
comum de clareza, orientação prática e ferramentas interativas que pudessem facilitar a compreensão e execução dos processos relacionados à prestação de contas e incorporação patrimonial. As sugestões variaram desde checklists estruturados, guias detalhados e aplicativos interativos até materiais ilustrativos que tornassem as informações mais acessíveis e compreensíveis para todos os envolvidos.

#### 4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO

Esta fase da coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário elaborado no *Google Forms* (APÊNDICE C), contendo perguntas fechadas e abertas, não obrigatórias, mas importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Ele foi estruturado em cinco (05) seções alinhadas aos objetivos específicos deste estudo. A primeira seção contemplou o perfil dos participantes da pesquisa. A segunda seção buscou caracterizar a gestão patrimonial dos bens móveis de natureza permanente adquiridos nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. A terceira seção procurou identificar as principais dificuldades e ferramentas utilizadas no processo de incorporação desses bens. Na quarta seção, foi possível identificar as concepções e o entendimento dos envolvidos em relação ao tema. Por fim, a quinta seção compreendeu questionamentos sobre a comunicação entre os setores no IFSul.

A primeira seção de perguntas mapeou o perfil dos coordenadores de patrimônio nos *campi* do IFSul. O questionário foi respondido por servidores de 12 unidades, incluindo: *Campus* Avançado Jaguarão, *Campus* Bagé, *Campus* Camaquã, *Campus* Charqueadas, *Campus* Lajeado, *Campus* Passo Fundo, *Campus* Pelotas-Visconde da Graça, *Campus* Santana do Livramento, *Campus* Sapiranga, *Campus* Sapucaia do Sul, *Campus* Venâncio Aires e a Reitoria.

Na sequência foi feita a seguinte pergunta aos participantes: “quantos anos faz que você ingressou no IFSul?” Para essa pergunta obtivemos 11 respostas, por não ser de caráter obrigatório um participante não achou relevante responder, vejamos agora no Gráfico 1 como ficou essa distribuição:

**Gráfico 1 - Distribuição do tempo de ingresso dos participantes no IFSul**

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do tempo de ingresso dos entrevistados no IFSul. Nota-se que a maioria dos servidores (27,27%) ingressou entre 9 e 10 anos atrás. Outros picos significativos de ingresso ocorreram entre 4 e 5 anos (18,18%) e entre 13 e 14 anos (18,18%) atrás. Os dados cobrem um intervalo de tempo de 4 a 16 anos, oferecendo uma perspectiva de longo prazo sobre as atividades desses servidores e demonstrando a experiência acumulada no funcionamento da instituição.

Ainda, para mapear o perfil dos coordenadores de patrimônio do IFSul, foram feitas as seguintes perguntas: “qual o seu cargo como técnico administrativo em educação (TAE)?” e “qual a sua formação?”. Em ambas as perguntas, assim como na pergunta anterior, foram obtidas 11 respostas, com apenas um participante não respondendo. Vejamos nas tabelas 1 e 2, apresentadas a seguir, como ficou essa distribuição:

**Tabela 1** - Distribuição dos cargos dos técnicos administrativos em educação dos coordenadores de patrimônio do IFSul

<b>Cargo TAE</b>	<b>Nº servidores</b>	<b>Servidores (%)</b>
Assistente em Administração	7	63,64
Assistente de aluno	1	9,09
Técnico em contabilidade	1	9,09
Tecnólogo	1	9,09
Técnico em assuntos educacionais	1	9,09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

**Tabela 2** - Distribuição da formação dos coordenadores de patrimônio do IFSul

<b>Formação TAE</b>	<b>Nº servidores</b>	<b>Servidores (%)</b>
Bacharel em Administração	1	9,09
Bacharel em Ciências Contábeis	1	9,09
Bacharel em Direito	1	9,09
Bacharel em Engenharia da Produção	1	9,09
Medicina Veterinária	1	9,09
Mestre	1	9,09
Tecnologia da informação	1	9,09
Tecnólogo em Gestão Pública	4	36,36
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

A análise da Tabela 1, referente ao cargo TAE dos coordenadores de patrimônio dos *campi* do IFSul, mostrou uma predominância de assistentes em administração, representando 63,64% do total. Isso sugere que a administração é a área mais comum entre os coordenadores. Além dos assistentes em administração, há uma variedade de outros cargos, como assistente de aluno, técnico em contabilidade, tecnólogo e técnico em assuntos educacionais, cada um representando 9,09%, indicando uma diversidade nas funções desempenhadas, embora em menor número. Por se tratar de uma coordenação com função gratificada, é possível a atuação de servidores de diferentes cargos.

Quanto à formação desses coordenadores, conforme disposto na Tabela 2, ela

se mostrou bastante diversificada, incluindo administração, ciências contábeis, direito, engenharia da produção, medicina veterinária e tecnologia da informação. No entanto, a formação em tecnólogo em gestão pública foi a mais representativa, com 36,36% dos coordenadores. As demais formações encontram-se distribuídas uniformemente, cada uma com 9,09%, sugerindo que, além da gestão pública, há uma ampla gama de especializações, indicando a diversidade de habilidades e conhecimentos entre os coordenadores.

Conclui-se, com base nas Tabelas 1 e 2, que no perfil dos coordenadores de patrimônio do IFSul predomina a área administrativa. A maioria dos coordenadores possui cargos administrativos, especificamente como assistente em administração, indicando uma forte orientação para funções administrativas. Observou-se também uma diversidade funcional e educacional, com uma notável diversidade tanto nos cargos quanto nas formações educacionais, o que sugere que os coordenadores trazem uma variedade de competências e experiências para o cargo. Pode-se inferir que a formação em tecnólogo em gestão pública é a mais comum, indicando uma tendência de especialização em gestão pública, essencial para a administração dos recursos patrimoniais da instituição.

Na segunda seção do formulário, que teve como objetivo caracterizar a gestão patrimonial dos bens móveis de natureza permanente adquiridos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, a primeira pergunta feita aos participantes foi sobre como é realizada a gestão desses bens permanentes no *Campus* em que trabalham. Foram oferecidas quatro alternativas de resposta, elaboradas com base nas informações inferidas a partir das entrevistas com os coordenadores de pesquisa e extensão.

Após a análise das respostas, constatou-se que todos os 12 participantes descreveram um procedimento uniforme. Segundo as respostas obtidas, o processo consiste em os coordenadores dos projetos de ensino, pesquisa ou extensão entrarem em contato com o coordenador de patrimônio e solicitarem a incorporação do bem adquirido, apresentando a nota fiscal correspondente.

A unanimidade das respostas indicou que há um procedimento padronizado e bem estabelecido para a incorporação dos bens permanentes. Essa uniformidade sugere que os *campi* do IFSul possuem políticas claras e disseminadas entre os coordenadores de projetos e de patrimônio, facilitando a gestão e o controle dos bens adquiridos.

No entanto, a terceira seção, que serviu para identificar as principais dificuldades e ferramentas utilizadas no processo de incorporação desses bens, indicou que, apesar de existir um padrão no decorrer desse processo, há dificuldades a serem superadas. Quando questionados sobre quais são as principais dificuldades que enfrentam na incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão, os 12 coordenadores de patrimônio dos *campi* do IFSul se manifestaram conforme consta no Quadro 7:

**Quadro 7** - Dificuldades no processo de incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão segundo os coordenadores de patrimônio dos *campi* do IFSul

<b>Quais são as principais dificuldades que você enfrenta na incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Nº servidores</b>
O/A coordenador/a do projeto de ensino, pesquisa e extensão não comunica ao setor de patrimônio a aquisição de bens com recursos de investimentos;	4
O/A coordenador/a do projeto de ensino, pesquisa e extensão comunica o setor de patrimônio, mas falta uma documentação adequada dificultando a identificação e o registro preciso dos bens móveis a serem incorporados.	1
Regulamentações e normas, nem sempre está claro os responsáveis pela incorporação dos bens que podem variar a depender da origem dos recursos e onde está abrigado este financiamento.	5
Cada projeto tem sua forma de prestação de contas	1
Não há problema na incorporação, pois os responsáveis foram orientados	1

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

A análise das respostas representadas no Quadro 7 revela diversas situações enfrentadas pelos servidores. As dificuldades mais frequentemente citadas foram a falta de clareza nas regulamentações e normas e a falta de comunicação dos coordenadores dos projetos ao setor de patrimônio, que juntas somaram 75% das respostas.

Na sequência foi questionado aos participantes se os procedimentos para incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão são padronizados no seu *Campus*. Na Tabela 3 que segue abaixo é apresentada a distribuição dessas respostas:

**Tabela 3** - Padronização dos procedimentos para incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão nos *campi* do IFSul

Opções de respostas	Nº servidores	Servidores (%)
Nunca	1	8,33
Raramente	1	8,33
Às vezes	2	16,67
Muitas vezes	0	0,00
Sempre	8	66,67
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

Com base na Tabela 3, é possível observar que a maioria absoluta dos servidores (66,67%) respondeu que os procedimentos são "sempre" padronizados, enquanto as respostas mais negativas ("nunca", "raramente" e "às vezes") totalizam 33,33%. Isso mostra que, embora a maioria perceba a padronização, ainda há uma parcela considerável que não a vê como uma prática constante.

Para as respostas à pergunta representada na tabela acima, que foram "raramente", "às vezes", "muitas vezes" ou "sempre", foi solicitado aos coordenadores de patrimônio participantes deste estudo que descrevessem qual o procedimento adotado. A pergunta não era de caráter obrigatório, obtendo 10 respostas nesta questão, conforme citado abaixo:

*Após identificação do bem e realizados os encaminhamentos de descrição e nota fiscal, é criado o processo eletrônico para anexar a documentação e o processo é encaminhado para a coordenadoria de almoxarifado e patrimônio da Reitoria, quando se tratam de projetos com recursos provenientes da reitoria. Esta realiza a entrada no sistema e encaminha para demais trâmites na contabilidade (CP 1).*

*Às vezes se descobre, que algum item existente no Campus, faz parte de um projeto, pois o mesmo está em nome da pessoa responsável pelo projeto, e como seu uso é no Campus, se solicita incorporar ao patrimônio para controle, solicitando a NF para os dados básicos do item a ser incorporado (CP 2).*

*Nos editais, há a previsão para incorporação dos bens permanentes adquiridos com recursos do projeto. O professor ao final do projeto, ao fazer a prestação de contas, deve preencher o Termo de Doação, anexar as notas fiscais e encaminhar para IF-COMAP na Reitoria, para que os bens sejam incorporados ao patrimônio (CP 6).*

*Ao receber e-mail solicitando a incorporação, respondemos citando os documentos necessários para tal, inclusive fotos, local em que se encontra e responsável pela carga, e dependendo do caso, o edital do projeto onde há*

*referência a incorporação do bem. Com essas informações iniciamos o processo para incorporação (CP 7).*

*O coordenador do projeto abre o processo solicitando a incorporação e anexa todos os documentos necessários e fotos. Envia para o coordenador de pesquisa ou extensão, solicitando ciência e encaminhamento para o setor do patrimônio, que faz a incorporação dos bens. Após é fixada a placa patrimonial e encaminhada a carga para o responsável (CP 9).*

Além dessas cinco respostas, para o CP 3, o procedimento adotado envolve consulta ao chefe imediato, e para o CP 8, o coordenador do projeto informa todos os dados do projeto junto com a nota fiscal. Já o CP 10 relatou que esse processo inicia com a comunicação com o setor de patrimônio para incorporação, ocorrendo sempre pelo SUAP, conforme afirmado pelo CP 11. Por fim, segundo relatado pelo CP 12, este processo deve ser padronizado, mas é feito de forma desordenada, com falta de conhecimento do coordenador do projeto no *Campus* onde ele trabalha.

Conclui-se que os procedimentos de incorporação de bens móveis de projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvem a criação de processos eletrônicos, comunicação com a coordenadoria de patrimônio e documentação detalhada, incluindo notas fiscais e termos de doação. A coordenação entre os diversos setores e a padronização dos procedimentos são essenciais para garantir a correta incorporação dos bens ao patrimônio institucional.

Para detalhar ainda mais as respostas dos coordenadores na pergunta representada pela “Tabela 3 - Procedimentos para incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão”, após descreverem os procedimentos adotados nos *campi*, foi perguntado a eles se consideram que esses procedimentos estão sendo adequados para incorporar o bem adquirido por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Na Tabela 4 apresentada na sequência são mostradas as respostas dos dez coordenadores que marcaram essa questão:



**Tabela 4** - Adequação dos procedimentos para incorporação de bens móveis adquiridos por projetos de ensino, pesquisa e extensão segundo os coordenadores de patrimônio dos *campi* do IFSul

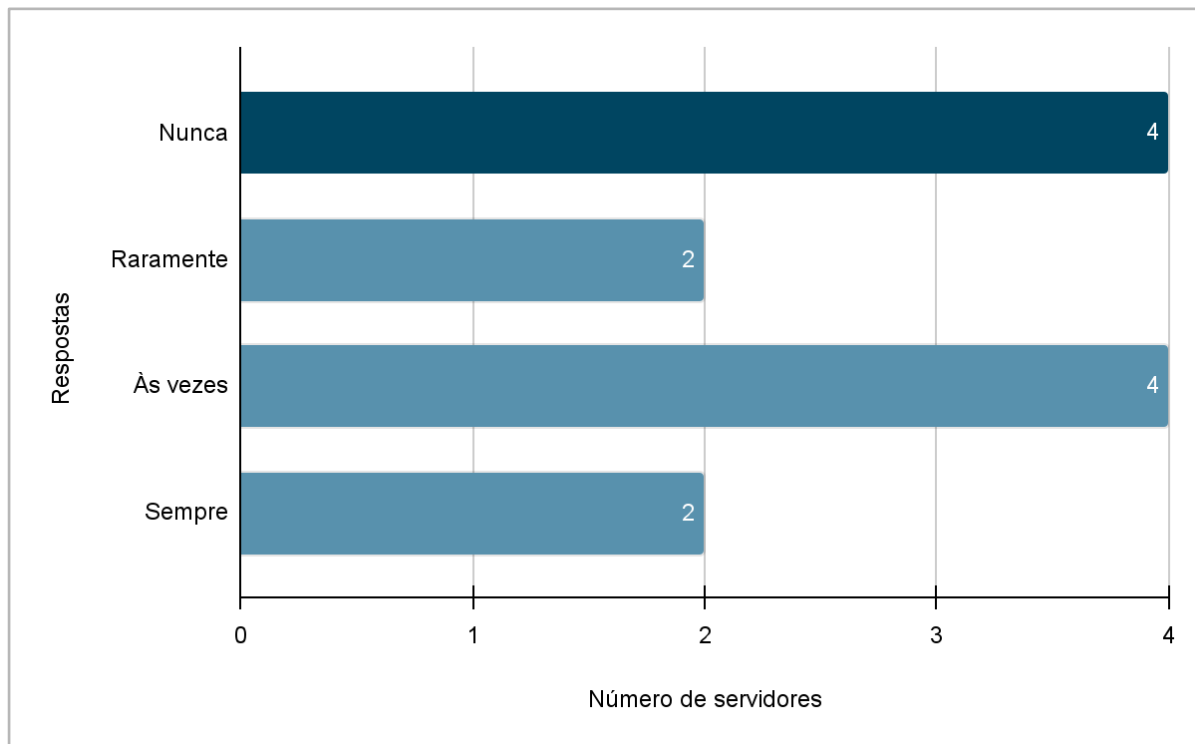
<b>Opções de respostas</b>	<b>Nº servidores</b>	<b>Servidores (%)</b>
Discordo totalmente	0	0,00
Discordo	2	20,00
Indeciso	0	0,00
Concordo	6	60,00
Concordo totalmente	2	20,00
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

Como pode ser visto, na avaliação dos coordenadores, 20% discordam dos procedimentos, enquanto 60% concordam e 20% concordam totalmente. Não houve registro de discordância total ou indecisão entre os respondentes. Esses resultados indicam uma maioria favorável, mas com uma parcela significativa que vê espaço para melhorias nos procedimentos existentes.

Na quarta seção de perguntas foi possível identificar as concepções e o entendimento dos envolvidos em relação ao tema. Para isso, foi perguntado aos participantes se os coordenadores (professores ou técnicos administrativos) de projetos de ensino, pesquisa e extensão costumam procurar o setor de patrimônio para esclarecer dúvidas sobre a categoria de despesa (custeio ou investimento) dos bens móveis que serão adquiridos nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. No Gráfico 2 constam as respostas fornecidas pelos 12 participantes:

**Gráfico 2** - Frequência de consultas ao setor de patrimônio por coordenadores de projetos de ensino, pesquisa e extensão



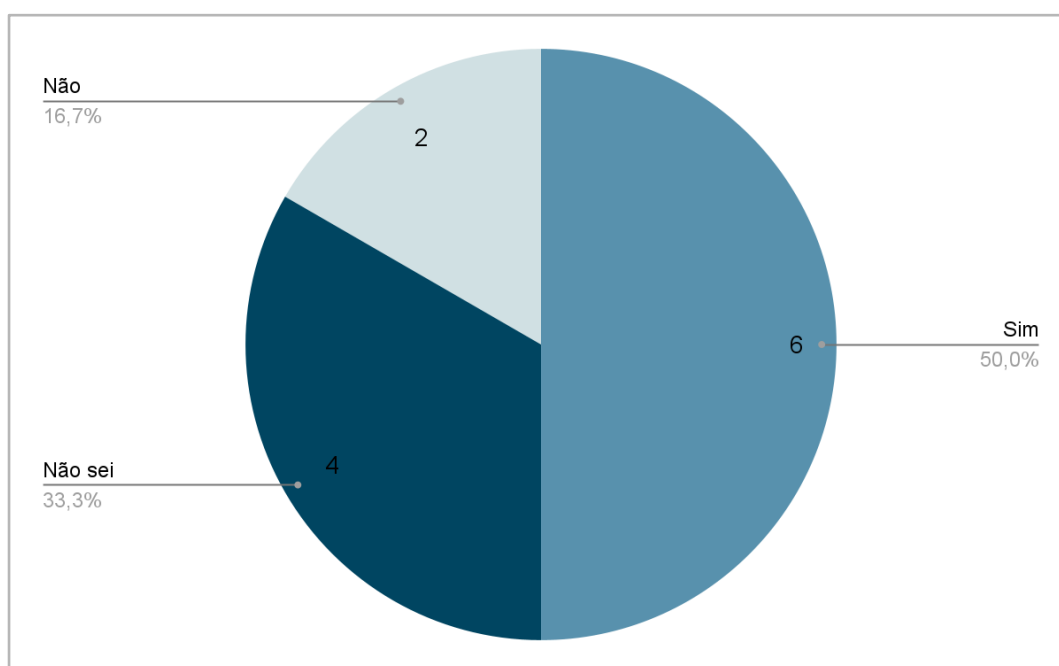
**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

Destarte, pode-se inferir que a maioria dos coordenadores (8 de 12) indicou que procuram o setor de patrimônio em algum momento para esclarecer dúvidas sobre a categoria de despesa dos bens móveis adquiridos nos projetos de ensino, pesquisa e extensão (respostas "Sempre", "Às vezes" e "Raramente" combinadas). Por outro lado, um número significativo (4 de 12) indicou que nunca procuram o setor de patrimônio para essa finalidade. Essa distribuição sugere que há uma divisão na prática de procurar esclarecimentos sobre a categoria de despesa entre os coordenadores de projetos de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, alguns o fazem regularmente, enquanto outros não veem essa necessidade.

A fim de detalhar as respostas dos coordenadores de patrimônio para a pergunta representada no Gráfico 2, foi questionado em que fase da execução do projeto ocorre a consulta quanto à categoria de despesa (custeio ou investimento) dos bens móveis permanentes. Dos 8 que responderam essa questão, dois relataram que a consulta acontece no momento da inscrição no edital. Para um dos participantes, a consulta decorre durante a execução dos projetos, após a aprovação. A maioria, cinco participantes, respondeu que essa consulta quanto à natureza da despesa é realizada no final do projeto, no momento da prestação de contas.

Fechando esta seção de perguntas, foi questionado aos participantes se os coordenadores (professores ou técnicos administrativos) de projetos de ensino, pesquisa e extensão em suas unidades possuem conhecimento sobre a necessidade de incorporar os bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio desses projetos. Doze participantes responderam a essa pergunta e as respostas seguem abaixo no Gráfico 3:

**Gráfico 3** - Conhecimento dos coordenadores de projetos de ensino, pesquisa e extensão sobre a necessidade de incorporação de bens móveis permanentes adquiridos nos projetos



**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

Com base no gráfico apresentado acima, podemos observar que metade (50%) dos participantes da pesquisa considera que os coordenadores de projetos têm conhecimento sobre a necessidade de incorporação de bens móveis permanentes adquiridos nos projetos. Já um terço dos participantes (33,3%) não tem certeza quanto ao conhecimento dos coordenadores de projetos, enquanto 16,7% deles consideram que os coordenadores não têm conhecimento sobre essa necessidade.

Por fim, a quinta seção compreendeu questionamentos sobre a comunicação entre os setores no IFSul. Foi perguntado aos participantes se o setor de patrimônio de sua unidade recebe informações antecipadas sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão em andamento na Instituição quando há previsão de aquisição de bens com recursos de investimento. Onze pessoas responderam a essa questão,

sendo que 6 (54,5%) disseram que nunca receberam essas informações antecipadamente, 3 (27,3%) responderam que raramente e apenas 2 (18,2%) afirmaram que às vezes.

Para detalhar essas respostas, foi perguntado aos que responderam "nunca", "raramente" e "às vezes" em que momento o setor de patrimônio é acionado para auxiliar no tratamento adequado desses bens móveis adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. No Quadro 8 apresentado na sequência, constam as respostas obtidas dos doze participantes que responderam a essa questão:

**Quadro 8** - Momento de acionamento do setor de patrimônio para tratamento de bens móveis adquiridos por projetos de ensino, pesquisa e extensão

<b>Se a resposta da pergunta anterior foi “nunca”, “raramente”, “às vezes” ou “muitas vezes”, em que momento o setor de patrimônio é acionado para auxiliar no tratamento adequado destes bens móveis adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Nº servidores</b>
Após a aprovação do projeto em edital, e quando o projeto prevê recurso de investimento que envolve a aquisição de bens patrimoniais, o coordenador do projeto inicia o processo de contato com o setor de patrimônio.	0
Na aquisição do bem móvel com recursos de investimento, durante a execução dos projetos de ensino, pesquisa e extensão;	0
Na prestação de contas dos projetos de ensino, pesquisa e extensão;	11
Ocorreram em diferentes etapas de projetos. Tanto na aprovação como na prestação de contas.	1

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados por questionário (2024)

A análise dos dados revelou que a maior parte dos servidores, 91,7%, indicam que o setor de patrimônio é acionado na prestação de contas dos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Apenas uma pequena fração, 8,3%, mencionou que o acionamento ocorre em diferentes etapas dos projetos, tanto na aprovação como na prestação de contas. Nenhum servidor relatou que o setor foi acionado após a aprovação do projeto em edital ou durante a execução do projeto com a aquisição de bens móveis.

#### 4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para apresentar as discussões sobre os dados coletados foram retomados os objetivos que orientaram a pesquisa. Para tanto, foi analisada a gestão patrimonial do

IFSul, destacando as ferramentas e formas de controle necessárias para a incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. A partir dessa sistematização, pretende-se elaborar um produto educacional que oriente os profissionais em EPT e contribua para a padronização do fluxo e a incorporação desses bens, que se encontra apresentado de forma detalhada na próxima seção.

Para isso, foi discorrido sobre a trajetória histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Brasil, bem como da instituição objeto da pesquisa, o IFSul. Além disso, analisou-se a EPT como uma oportunidade de formação integral na escola pública e os desafios atuais dessa modalidade de ensino. Abordou-se também aspectos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, considerados categorias indissociáveis da EPT, bem como a gestão patrimonial na EPT, incluindo a necessidade de incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Sobre gestão escolar, Abreu (2014) sugere que uma boa gestão do espaço físico e do patrimônio da escola é essencial para criar um ambiente escolar que melhore a qualidade do ensino. Ele destaca que as instalações, equipamentos, tecnologias e materiais da escola formam uma base importante para o trabalho de gestores, funcionários, professores e estudantes, promovendo bem-estar, identidade escolar e melhorando os processos de aprendizagem. A gestão patrimonial, aplicada ao contexto educacional, envolve o controle eficiente dos ativos físicos e financeiros da escola, como edifícios, equipamentos, recursos tecnológicos e orçamento.

Reconhecendo que esses conceitos carregam significados e sentidos próprios na EPT, buscou-se atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, estabelecendo objetivos específicos com uma função intermediária e instrumental que permitem, por um lado, alcançar o objetivo geral e, por outro, aplicá-lo a situações particulares, conforme sugerido por Marconi e Lakatos (2003). A partir desses objetivos, caracterizou-se a gestão patrimonial realizada nos *campi*, especificamente dos bens adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Foram identificadas as dificuldades encontradas nesse processo e indicadas as ferramentas e formas de controle necessárias para a incorporação patrimonial desses bens. Além disso, investigou-se a concepção dos servidores responsáveis pela coordenação e execução desses projetos na instituição quanto à necessidade de incorporação desses bens, bem como os procedimentos necessários para incluí-los no patrimônio.

Os resultados da pesquisa com coordenadores de patrimônio e das entrevistas com pró-reitores, diretores, chefes de departamento e coordenadores de pesquisa e extensão do IFSul revelaram vários desafios e necessidades. Uma das principais dificuldades identificadas foi a falta de clareza nas normas e regulamentações, com 41,7% dos coordenadores de patrimônio apontando esse problema no processo de incorporação de bens. De forma similar, nas entrevistas realizadas, os coordenadores de pesquisa e extensão destacaram a necessidade de diretrizes claras e acessíveis para a prestação de contas e gestão patrimonial.

A comunicação insuficiente entre coordenadores de projetos e o setor de patrimônio, assim como a complexidade burocrática dos editais, foram destacadas como grandes obstáculos. Além disso, a falta de orientação e capacitação contínua foi apontada tanto no questionário quanto nas entrevistas, indicando a necessidade de apoio administrativo eficiente.

A variação nos desafios enfrentados na prestação de contas sugere a necessidade de um recurso que ofereça diretrizes claras e práticas. As sugestões para melhorias incluem a criação de *checklists* estruturados, guias detalhados e aplicativos interativos. Um guia de referência pode incorporar essas ferramentas, tornando as informações mais acessíveis e compreensíveis.

Quanto à uniformidade nos procedimentos de incorporação de bens, embora sejam padronizados, a pesquisa mostrou que ainda há espaço para melhorias, com 20% dos coordenadores de patrimônio discordando da adequação dos procedimentos atuais. A pesquisa também revelou que a maioria dos coordenadores de projetos de ensino, pesquisa e extensão busca o setor de patrimônio para esclarecer dúvidas, principalmente na fase de prestação de contas. Com base nos dados coletados e nas necessidades identificadas, um guia prático para extensionistas e pesquisadores, com foco em esclarecer dúvidas sobre a aquisição de bens permanentes em projetos, apresenta-se como uma solução para melhorar a gestão patrimonial, facilitar a prestação de contas e promover maior eficiência e clareza nos procedimentos administrativos no que se refere aos bens permanentes adquiridos em projetos de ensino, pesquisa e extensão no IFSul.

Como benefício, esse guia pode centralizar e simplificar informações, promovendo uma comunicação mais eficaz e reduzindo a burocracia. Ele poderá servir como uma ferramenta educativa, fornecendo orientações detalhadas e claras para os extensionistas e pesquisadores. Além disso, o guia pode ajudar a uniformizar

e padronizar os procedimentos para incorporação de bens adquiridos em projetos de pesquisa e extensão, reduzindo as discrepâncias e facilitando o cumprimento das exigências administrativas. Também pode fornecer as informações necessárias para que todos os coordenadores se sintam confiantes em seguir os procedimentos corretos, sem a necessidade constante de consultas, aliviando a carga administrativa e oferecendo um recurso de autoajuda que facilite o processo de prestação de contas e incorporação de bens.

Na próxima seção, dedicada ao produto educacional, além do levantamento do que já foi publicado no ProfEPT sobre os assuntos relacionados ao tema em estudo e da revisão de literatura dos conceitos básicos que envolvem a criação desses materiais educativos, são detalhados aspectos sobre a criação do **“Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica”**. Serão abordados ainda, o percurso desde a concepção até a avaliação final pelo grupo destinatário deste material.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

O curso de Mestrado Profissional em EPT tem como objetivo a formação em EPT, para a produção de conhecimento, bem como o desenvolvimento de produtos, os quais possam integrar os “[...] saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (IFES, 2017b). Desta forma, integra os espaços educativos de organização e implementação, com um enfoque de atuação que objetiva promover a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir a formação integral do estudante (IFES, 2017a).

Para garantir que o desenvolvimento de produtos e conhecimentos esteja alinhado com as necessidades e avanços da área, é fundamental compreender o panorama atual das pesquisas e produções acadêmicas. Nesse sentido, para melhor compreender o contexto do estudo proposto, verificar sua relevância e levantar o que já foi publicado sobre o assunto, realizou-se uma busca avançada no site do Observatório do ProfEPT em relação às pesquisas já realizadas. Este observatório auxilia na gestão, diagnóstico, autoavaliação, exibição de resultados e acompanhamento de egressos do programa, reunindo em um único lugar o sistema de informações das dissertações e produtos educacionais de todos os egressos do programa de mestrado em rede no país (Observatório ProfEPT, 2023).

Para obter êxito na busca, utilizou-se, primeiramente, o recurso de busca avançada com os seguintes descritores: gestão pública, gestão patrimonial e ensino, pesquisa e extensão. Esse recurso permitiu que os três descritores fossem utilizados separadamente. Diante disso, foram encontrados sete documentos: uma dissertação com o descritor “gestão pública”, duas dissertações com o descritor “gestão patrimonial” e quatro dissertações com o descritor “ensino, pesquisa e extensão”. Para a leitura e compreensão dos textos, delimitou-se o resumo como espaço de respostas, de encontro com os achados. No Quadro 9 que segue abaixo consta a relação dos trabalhos que foram encontrados.



**Quadro 9** - Trabalhos encontrados no Observatório do ProfEPT (2023) relacionados à gestão pública, gestão patrimonial e ensino, pesquisa e extensão de 2019 a 2023

Descritor	Ano da defesa	Autor	Instituição	Título da dissertação	Produto educacional
"Gestão pública"	2022	Milene Bobsin	IFSC	Gestão pública e trabalho técnico-administrativo em educação: um estudo sobre o Instituto Federal de Santa	Trabalho e qualidade de vida no IFSC
"Gestão patrimonial"	2019	Regina Celia De Lima	IFPR	Gestão patrimonial: elaboração de um produto educacional de regulação de bens móveis em instituições federais de ensino	Manual de gestão e procedimentos patrimoniais em instituições federais de ensino
	2022	Darling Geruza Rio De Souza	IFSUL	Conhecer para conservar: a participação dos alunos dos cursos de ensino médio integrado na gestão patrimonial do <i>Campus Charqueadas</i>	Documentário Conhecer para Conservar
"Ensino, pesquisa e extensão"	2019	Joseane Duarte Santos	IFRN	Proposta de um aplicativo educacional sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão para estudantes ingressantes no ensino médio integrado	Conhecer para compreender: o ensino médio integrado
	2020	Andressa Freire Ramos	IFES	A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT: uma proposta para o planejamento integrador no IFES - <i>Campus Colatina</i>	O guia indissociável entre ensino pesquisa e extensão: dialogando sobre uma prática integradora
	2020	Lucas Vinicius Dias	IFG	Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (PIEPE) no IFG	Transparência de informação EPE: redução de inconformidades na comunicação de documentos institucionais
	2023	Jefferson Bissat Amim	IFAC	Boas práticas para submissão de projetos de ensino, pesquisa e extensão no SEI: uma proposta para o Instituto Federal do Acre	Cartilha para abertura de processos de projetos de ensino, pesquisa e extensão no SEI

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados em Observatório ProfEPT (2023)

Após a análise das produções acadêmicas encontradas, percebe-se que, embora o assunto seja abordado nessas pesquisas, o problema de pesquisa desta investigação não é tratado especificamente em nenhum deles. Isso reforça a relevância do estudo e sua importância para o ProfEPT, visto que se trata de um tema e problema de pesquisa ainda pouco explorados.

Outrossim, segundo o Documento Orientador de APCN - Área 46 - Ensino (Brasil, 2022), o mestrando deve desenvolver um processo ou produto educativo que seja aplicado em condições reais de sala de aula ou em outros espaços de ensino, podendo estar em formato artesanal ou protótipo. Exemplos desses produtos incluem sequência didática, aplicativo computacional, jogo, vídeo, conjunto de videoaulas, equipamento, entre outros. A dissertação deve necessariamente incluir um relato fundamentado da aplicação do produto educacional desenvolvido. Ainda, de acordo com esse documento, a produção técnica/tecnológica na Área de Ensino, entendida como os produtos e processos educacionais, pode ser utilizada por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais. São considerados produtos educacionais as seguintes categorias:

- i) **Material didático/instrucional** (propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros);
- ii) **Curso/Oficina de Formação Profissional** (cursos, oficinas, entre outros), com proposta detalhada, que tenha relação com a APCN);
- iii) **Tecnologia social** (produtos, dispositivos ou equipamentos; processos, procedimentos, técnicas ou metodologias; serviços; inovações sociais organizacionais; inovações sociais de gestão, entre outros);
- iv) **Software/Aplicativo** (aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros);
- v) **Evento Organizados** (exposições científicas, olimpíadas, expedições, feiras e mostras científicas e atividades de divulgação científica);
- vi) **Acervo** (curadoria de mostras e exposições realizadas, acervos produzidos, curadoria de coleções, entre outros);
- vii) **Produto de comunicação** (produto de mídia, criação de programa de rádio ou TV, campanha publicitária, entre outros);
- viii) **Manual/Protocolo** (guia de instruções, protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica; manual de operação, manual de gestão, manual de normas e/ou procedimentos, entre outros);
- ix) **Carta, mapa ou similar** (Brasil, 2022, p. 10, grifo nosso).

Quanto à classificação do conteúdo do produto educacional desta pesquisa, trata-se de um manual/protocolo, uma tipologia prevista em documentos da área de Ensino desde 2013 (BRASIL, 2013; 2019a; 2022), e também no Grupo de Trabalho (GT) de Produção Técnica da CAPES (BRASIL, 2019b). Definido pelo GT, como sendo:

Conjunto das informações, decisões, normas e regras que se aplica a determinada atividade, que encerra os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício, ou procedimento. Pode ser um guia de instruções que serve para o uso de um dispositivo, para correção de problemas ou para o estabelecimento de procedimentos de trabalho. No formato de compêndio, livro/guia pequeno ou um documento/normativa, impresso ou digital, que estabelece como se deve atuar em certos procedimentos (Brasil, 2029b, p. 54).

Após definir a categoria do Produto Educacional (PE), torna-se necessário estabelecer os critérios de conteúdo a serem abordados no material educativo. Segundo Kaplún (2003), material educativo é um recurso que facilita a experiência de aprendizado, funcionando como uma mediação no processo de ensino e aprendizagem. Ainda de acordo com o autor, essa definição, embora aparentemente simples, traz várias implicações. A mais relevante é:

[...] a que diz que um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apóia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perspectivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes, etc. (Kaplún, 2003, p. 46).

Isto posto, um material educativo vai além da simples transmissão de conhecimento; é um instrumento que promove o desenvolvimento integral do usuário. Neste contexto, para a elaboração do produto educacional resultante desta pesquisa, foram considerados os três eixos propostos pelo autor para análise e construção de mensagens educativas: o eixo conceitual, o pedagógico e o comunicacional. A seguir, encontra-se detalhado o que foi contemplado em cada um desses eixos no PE desenvolvido a partir da pesquisa, onde buscou-se a melhor forma de atender às respostas encontradas para o problema proposto.

**Eixo conceitual:** para alinhar o eixo conceitual do material, foi necessário um profundo conhecimento da matéria em questão. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e documental desempenhou um papel fundamental. Posteriormente, foi necessário selecionar as ideias centrais que seriam abordadas no produto, integrando os principais conceitos de gestão patrimonial e de projetos de ensino, pesquisa e extensão para contextualizá-lo e alinhá-lo com a proposta.

A escolha dos conceitos está alinhada com a teoria Ausubeliana sobre conceitos e ancoragem, em que “[...] novas ideias e informações podem ser aprendidas e retidas na medida em que conceitos relevantes e inclusivos estejam

adequadamente claros e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo [...]” (Moreira, 2023, p. 147), os quais servem como âncoras para a assimilação de novas ideias e conceitos. Essas âncoras não apenas integram o novo material, mas também são modificadas pela sua incorporação, resultando em um processo de interação dinâmico entre conceitos estabelecidos e novos conhecimentos (Moreira, 2023). Para tanto, foi essencial considerar a relevância desses conceitos para o tema abordado, bem como sua aplicabilidade pelo público-alvo.

**Eixo pedagógico:** para estabelecer um ponto de partida e um ponto de chegada em termos de abordagem para o destinatário do material, buscou-se compreender as etapas dos projetos de ensino, pesquisa e extensão. A partir dessas premissas, foi considerada a gestão patrimonial como parte integrante desse processo e essencial na prestação de contas desses projetos. Na pesquisa de campo, buscou-se compreender o entendimento real dos envolvidos sobre o tema. Para isso, ao desenvolver o produto a teoria de aprendizagem de David Ausubel foi essencial, atribuindo significado ao conhecimento a partir da interação com os conhecimentos prévios dos participantes da pesquisa. Com isso, espera-se que, ao final, se estabeleça uma aprendizagem mais significativa.

Moreira (2012, p. 54), ao discutir a concepção de alguns educadores sobre a superação da Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, enfatiza que “[...] o conhecimento prévio é a variável isolada que mais influencia a aquisição significativa de novos conhecimentos”. Com isso, o **“Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica”** encontra-se articulado aos seguintes conceitos do teórico elencados por Moreira (2023):

a) Organização do conhecimento: o produto foi elaborado de forma a apresentar os conceitos relevantes da pesquisa de maneira clara, sequencial e hierarquizada, seguindo uma ordem lógica para a progressão do aprendizado. Para isso, destacaram-se as etapas do processo, garantindo uma construção gradual do conhecimento e permitindo que os usuários desenvolvam uma estrutura cognitiva organizada para compreender e aplicar os procedimentos de maneira eficaz.

b) Subsunçores: no produto, foram aplicados os subsunçores identificados na pesquisa de campo, utilizando-se os relevantes, o que facilitou a assimilação dos procedimentos de incorporação dos bens móveis, por meio da conexão com o conhecimento prévio dos usuários.

c) Material relevante e não-arbitrário: o guia foi desenvolvido de forma a apresentar os procedimentos administrativos e patrimoniais de maneira aplicável e contextualizada, demonstrando sua relevância para o processo de incorporação dos bens móveis. Isso contribuiu para aumentar a motivação e a compreensão dos usuários em relação ao produto.

**Eixo comunicacional:** o eixo comunicacional do PE desempenha um papel essencial na forma como as informações são transmitidas aos usuários. Para tanto, foi utilizada uma linguagem acessível tanto para os professores quanto para os técnicos administrativos, uma vez que esses projetos podem ser desenvolvidos e coordenados por qualquer um desses profissionais da EPT.

Após fazer um levantamento de produtos já publicados sobre o tema e de trazer uma revisão de literatura quanto a estrutura pedagógica pretendida para o material fundamentada nos três eixos propostos por Kaplún (2003) para análise e construção de mensagens educativas e na teoria Ausubeliana atribuindo significado ao conhecimento a partir da interação com os conhecimentos prévios descritos na Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, descrita por Moreira (2023), na sequência é tratado da estrutura proposta para o “Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica”. O guia completo encontra-se demonstrado no APÊNDICE A desta dissertação.

Quanto à estrutura do guia, ele foi desenvolvido a partir de cinco seções previamente definidos e alinhadas ao estudo:

**Seção 1 - Elementos iniciais do PE:** essa seção apresenta o Guia, o público-alvo e o sumário. Em seguida, são abordados a Introdução, os objetivos, as finalidades e os possíveis benefícios do produto educacional.

**Seção 2 - EPT e ensino, pesquisa e extensão:** nessa seção a EPT é conceituada no contexto da promoção da formação humana integral na escola pública. Além disso, são definidos os conceitos de ensino, pesquisa e extensão, destacando a indissociabilidade dessas categorias na EPT e sua importância para o processo educacional.

**Seção 3 - Gestão patrimonial:** essa seção apresenta um resumo do MCASP, a principal regulamentação para a classificação orçamentária na aquisição de bens permanentes. Também inclui checklists baseados nas fases previstas nos editais internos do IFSul para a aquisição desses bens em projetos de pesquisa e extensão,

além de orientações sobre como incorporá-los ao patrimônio da instituição ao término do projeto.

**Seção 4 - Orientações, dicas e contatos:** apresenta orientações para a gestão de recursos e o uso do Cartão BB Pesquisa, as principais penalidades previstas nos últimos editais de pesquisa e extensão no IFSul, além das informações de contato para suporte administrativo dos setores da Reitoria do IFSul, responsáveis por receber e acompanhar a execução dos processos relacionados aos editais internos dos *campi*.

**Seção 5 - Elementos finais do PE:** nesta seção, são apresentadas as considerações finais do PE, as referências e os agradecimentos.

Como benefícios do “Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica”, é possível destacar que esse produto poderá:

- Centralizar e simplificar informações, promovendo uma comunicação mais eficaz e reduzindo a burocracia.
- Servir como uma ferramenta educativa, fornecendo orientações detalhadas e claras para extensionistas e pesquisadores.
- Ajudar a uniformizar os procedimentos, facilitando o cumprimento das exigências administrativas.
- Padronizar os procedimentos para incorporação de bens permanentes adquiridos em projetos de pesquisa e extensão, reduzindo as discrepâncias.
- Fornecer as informações necessárias para que todos os coordenadores de projetos se sintam confiantes em seguir os procedimentos corretos, sem a necessidade constante de consultas.
- Aliviar a carga administrativa, oferecendo um recurso de autoajuda que facilite o processo de prestação de contas e incorporação de bens decorrentes da execução de projetos.

Este guia de referência é considerado um material de gestão destinado aos professores e demais profissionais da EPT que desenvolvem projetos de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino. Ele oferece orientações claras e práticas para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica, esclarecendo dúvidas na aquisição de bens permanentes decorrentes da execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Ele visa centralizar e simplificar

informações, promovendo uma comunicação eficaz e reduzindo a burocracia. Além disso, busca uniformizar e padronizar os procedimentos administrativos, garantindo que todos os envolvidos sigam corretamente os procedimentos necessários e prestem contas conforme a legislação vigente, sem a necessidade constante de consultas.

Este produto pode ser aplicado em qualquer instituição de ensino pública que disponha de recursos para a execução de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Os projetos de ensino, pesquisa e extensão são fundamentais para promover a integração entre a prática e a teoria, característica central da EPT. No entanto, tão importante quanto garantir recursos para o desenvolvimento desses projetos é assegurar o uso adequado do dinheiro público e a transparência na prestação de contas à sociedade.

## 5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO

A avaliação do “Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica” foi conduzida por meio da aplicação de um questionário aos professores e técnicos administrativos dos *campi* do IFSul. A participação neste processo foi voluntária, porém de extrema importância. As questões foram respondidas com base na análise do produto educacional proposto pela pesquisadora, sob a perspectiva de um sujeito, potencial usuário do produto educacional e que trabalha com a execução de projetos de pesquisa e extensão, os quais por vezes resultam na aquisição de bens permanentes incorporados ao patrimônio da Instituição. O questionário foi desenvolvido utilizando o formato de formulário no *Google Forms* (APÊNDICE D) e organizado nos cinco componentes definidos por Leite (2018):

- **Atração:** verificou se os conteúdos do material são atrativos e foram entendidos pelo grupo destinatário.
- **Compreensão:** perguntou se os conteúdos do material foram entendidos pelo grupo destinatário.
- **Envolvimento:** averiguou se o destinatário reconheceu o material como relevante para ele.
- **Aceitação:** confirmou se o enfoque, conteúdos e linguagem foram aceitos pelo grupo.
- **Mudança de ação:** buscou verificar se o material estimula uma mudança de

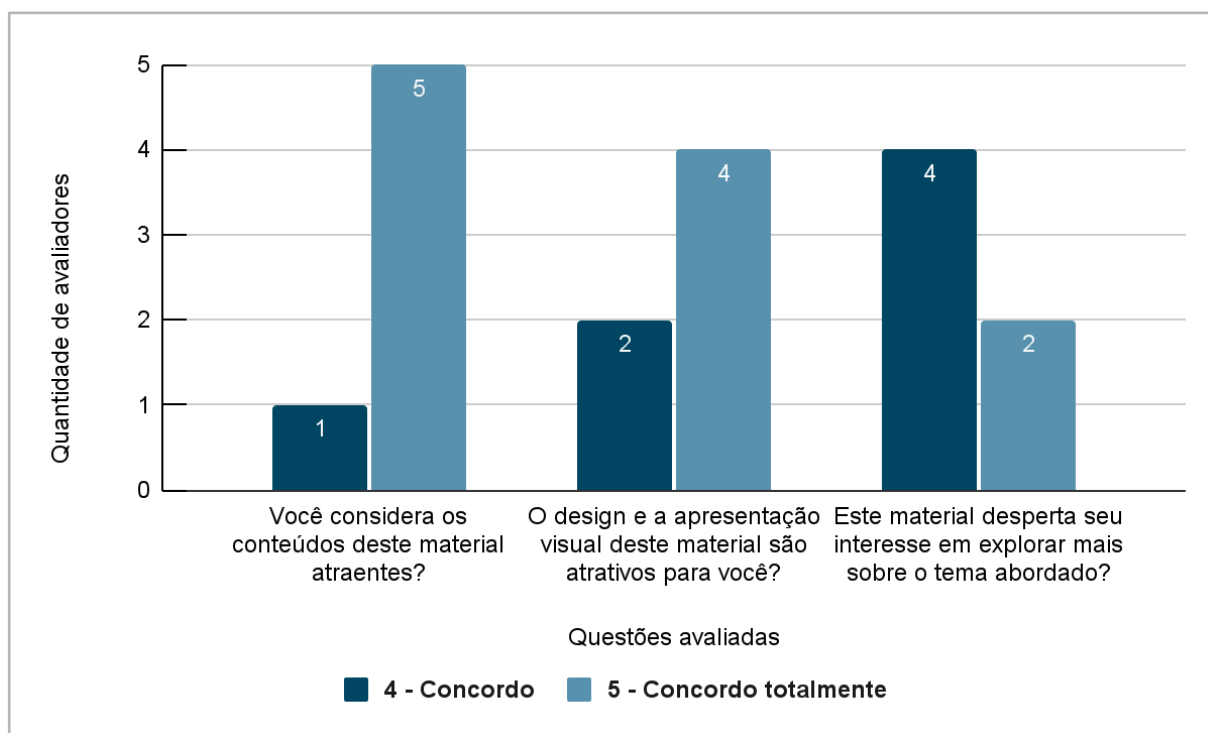
atitude e perspectiva.

Para cada componente, foram elaboradas quatro questões: três fechadas, onde os participantes atribuíram notas de 1 a 5 conforme a escala a seguir - discordo totalmente (1), discordo (2), Indeciso (3), concordo (4) e concordo totalmente (5) - e uma questão aberta, na qual puderam registrar comentários e sugestões de melhorias para o respectivo componente avaliativo.

Para o processo de produção dos dados de avaliação do PE, 15 servidores do IFSul foram contactados por *e-mail* e receberam o PE, juntamente com o link de acesso ao questionário. Inicialmente, foi dado um prazo de 20 dias para o preenchimento. Trata-se de profissionais com experiência na execução de projetos de pesquisa e extensão, que tiveram projetos aprovados nessas áreas nos últimos quatro anos. Desse total, 6 aceitaram participar, correspondendo a 40% da população, constituindo, dessa forma, a amostra envolvida na avaliação.

Para o primeiro componente, **Atração**, buscou-se verificar se o conteúdo do PE é atrativo e foi entendido pelo grupo destinatário. Vejamos agora, no Gráfico 4, como foi a avaliação com base nas respostas às três questões desse componente:

**Gráfico 4 - Avaliação da atração do PE: conteúdo, design e interesse dos avaliadores do IFSul**



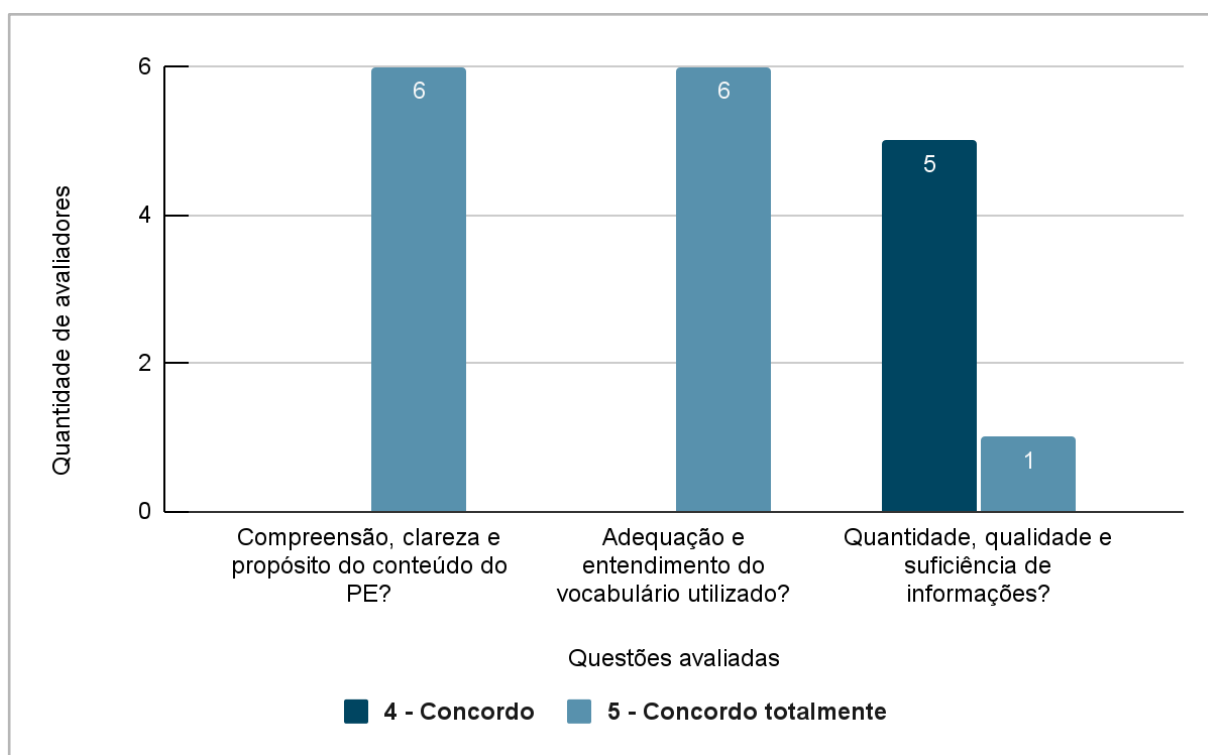
Fonte: Autoria própria, a partir de dados coletados na avaliação do PE (2024)



Com base nas respostas dos 6 avaliadores, o feedback sobre a “Atração” do PE foi altamente positivo em termos de conteúdo, design e interesse gerado. A maioria considerou o conteúdo muito atrativo, indicando que o material cumpriu bem seu papel. O design e a apresentação visual também foram bem avaliados, embora com margem para pequenas melhorias. Quanto ao interesse em explorar mais o tema, a maioria demonstrou interesse, mas nem todos estavam completamente envolvidos.

No segundo componente **Compreensão** foi possível identificar se o conteúdo do material foi entendido pelo grupo ao qual se destina. Vejamos agora, no Gráfico 5, as respostas fornecidas pelos 6 avaliadores às três questões desse componente:

**Gráfico 5 - Avaliação da compreensão do PE: clareza, propósito, vocabulário, qualidade e quantidade do conteúdo**



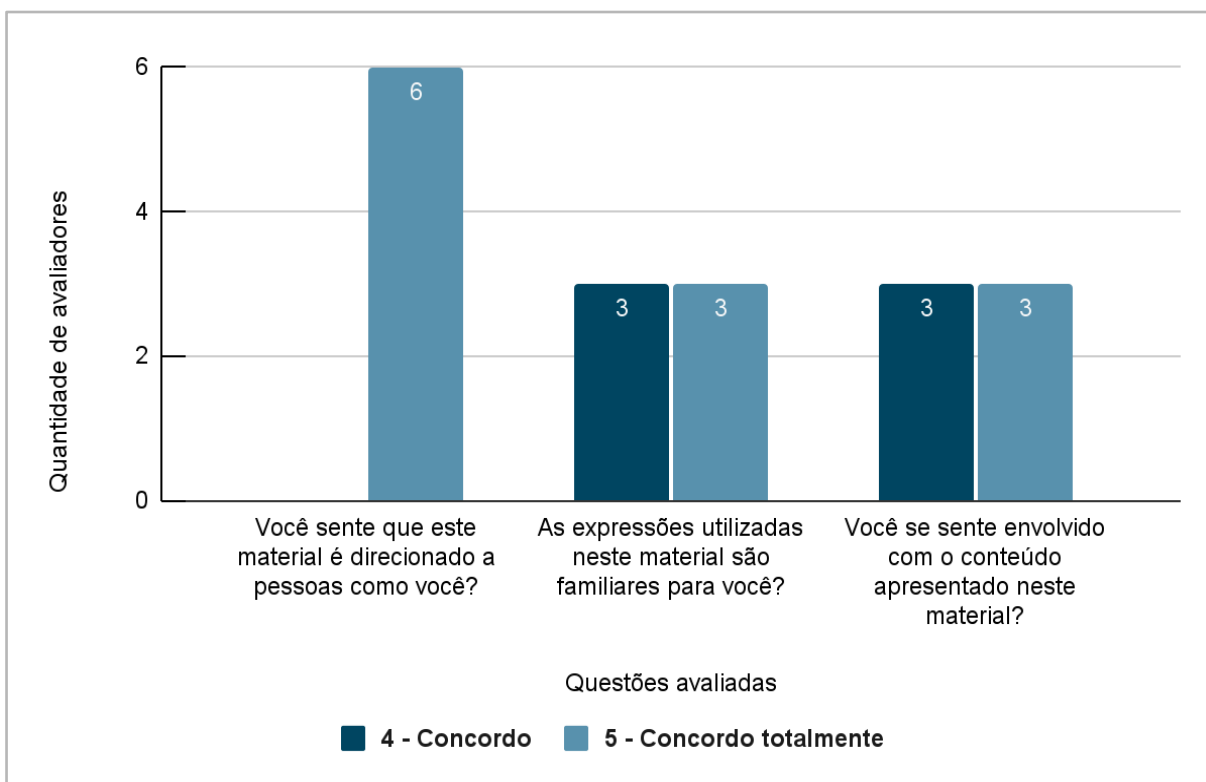
**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados na avaliação do PE (2024)

As respostas dos 6 avaliadores no componente "Compreensão" demonstraram uma percepção extremamente positiva. Todos os avaliadores "concordaram totalmente" quanto à clareza e propósito do conteúdo, assim como à adequação e entendimento do vocabulário utilizado, indicando que o material foi claro e acessível. Quanto à quantidade, qualidade e suficiência das informações, 5 avaliadores "concordaram totalmente" e 1 "concordou", o que sugere uma ligeira margem para aprimoramento nesse aspecto, embora a percepção geral tenha sido altamente

satisfatória.

Para o componente **Envolvimento**, o terceiro avaliado no PE, averiguou-se se o destinatário reconheceu o material como relevante para si. Vejamos agora, no Gráfico 6, como foi a avaliação com base nas respostas às três questões desse componente:

**Gráfico 6 - Avaliação do envolvimento com o conteúdo do PE**



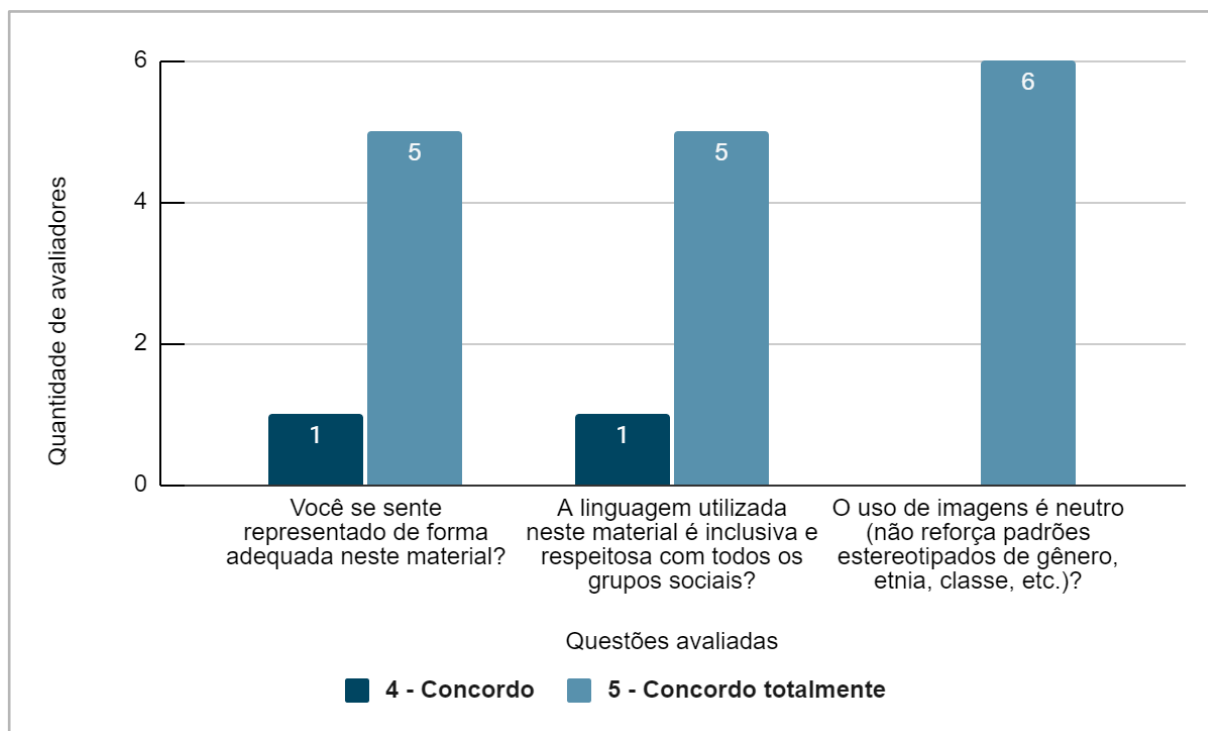
**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados na avaliação do PE (2024)

As respostas dos 6 avaliadores no componente "Envolvimento" mostram uma percepção majoritariamente positiva em relação ao material. Todos os avaliadores "concordaram totalmente" que o material é direcionado a pessoas como eles, indicando uma forte identificação com o conteúdo. Em relação à familiaridade das expressões utilizadas, 3 avaliadores "concordaram totalmente" e 3 "concordaram", sugerindo que, embora o vocabulário tenha ressoado bem com a maioria, ainda há espaço para melhorias na adaptação do discurso para um público mais amplo. Por fim, quanto ao envolvimento com o conteúdo apresentado, novamente 3 avaliadores "concordaram totalmente" e 3 "concordaram", indicando um equilíbrio nas percepções. Isso sugere que, embora o material tenha gerado um bom nível de envolvimento, pode haver oportunidades para aprofundar ainda mais essa conexão

com o público.

No componente **Aceitação**, confirmou-se que o enfoque, os conteúdos e a linguagem foram aceitos pelo grupo. Vejamos agora, no Gráfico 7, as respostas fornecidas pelos 6 avaliadores às três questões desse componente:

**Gráfico 7 - Avaliação da aceitação do conteúdo do PE**



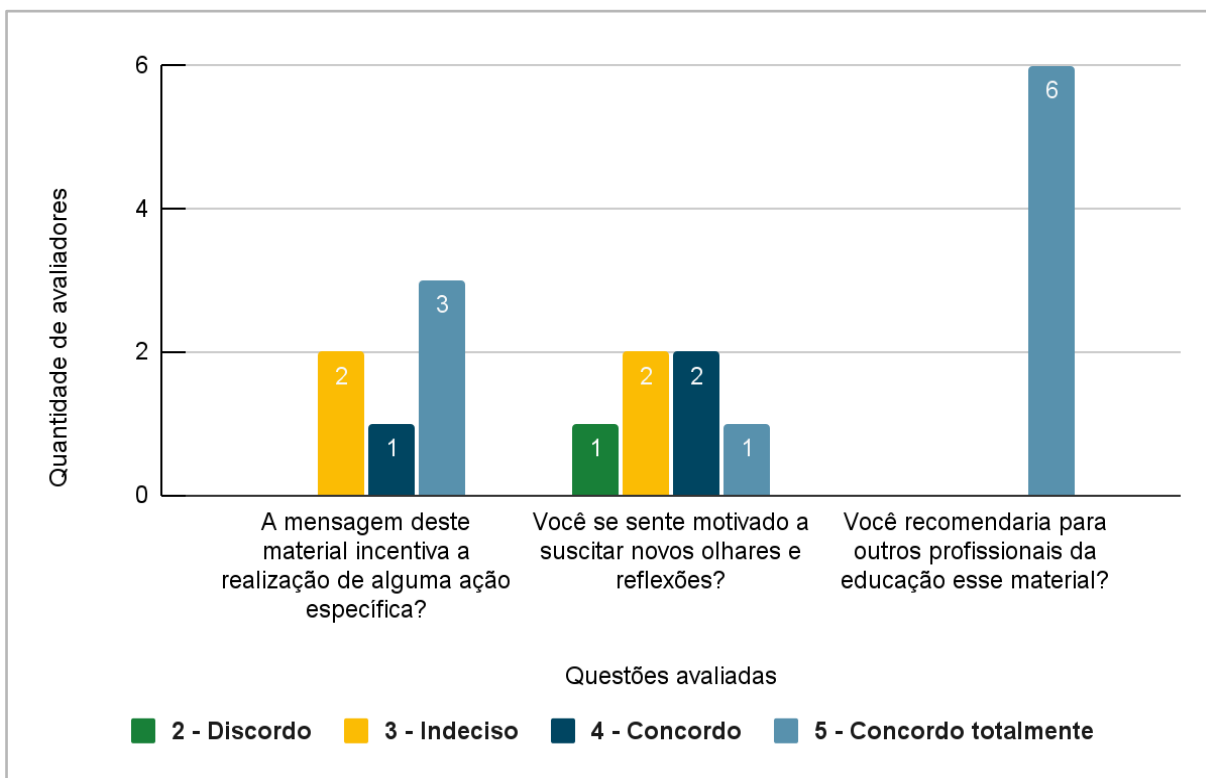
**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados na avaliação do PE (2024)

As respostas dos 6 avaliadores no componente "Aceitação" mostraram uma percepção predominantemente positiva. A maioria (5 avaliadores) "concordou totalmente" que se sentiu adequadamente representada no material, embora 1 avaliador tenha apenas "concordado". Em relação à linguagem, 5 avaliadores também "concordaram totalmente" que ela é inclusiva e respeitosa, com um avaliador apresentando uma visão mais cautelosa. Todos os avaliadores "concordaram totalmente" que o uso de imagens é neutro, sem reforçar estereótipos de gênero, etnia ou classe. De maneira geral, o componente de Aceitação foi bem avaliado, embora ainda existam oportunidades para garantir que todos os avaliadores se sintam completamente representados.

Por fim, o último componente, **Mudança de Ação**, verificou junto aos participantes se o material estimulou uma mudança de atitude e perspectiva. Vejamos agora, no Gráfico 8, como foi a avaliação com base nas respostas às três questões

desse componente:

**Gráfico 8 - Avaliação da Mudança de Ação no PE**



**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados na avaliação do PE (2024)

As respostas dos 6 avaliadores no componente "Mudança de Ação" revelaram percepções mistas sobre a eficácia do material em estimular ações. Na primeira pergunta, sobre se a mensagem incentiva a realização de ações específicas, 2 avaliadores estavam "indecisos", 1 "concordou" e 3 "concordaram totalmente", indicando uma divisão nas opiniões e sugerindo que o material pode não ser igualmente claro para todos em sua proposta de ação. Na segunda pergunta, sobre a motivação para suscitar novos olhares e reflexões, 1 avaliador "discordou", 2 estavam "indecisos", 2 "concordaram" e 1 "concordou totalmente". Isso também sugere uma variedade de respostas, com uma leve tendência para a concordância, mas com um número significativo de avaliadores indecisos. Por outro lado, todos os avaliadores "concordaram totalmente" que recomendariam o material para outros pesquisadores e extensionistas, o que demonstra um reconhecimento da qualidade e relevância do conteúdo, mesmo que o impacto imediato nas ações e reflexões pessoais não tenha sido tão uniforme. Em resumo, enquanto o material é bem visto para recomendação, sua capacidade de provocar mudanças de atitude e ação parece variar entre os

avaliadores.

Vejam no Quadro 10, apresentado abaixo, uma síntese das avaliações dos cinco componentes analisados.

**Quadro 10** - Síntese dos resultados da avaliação do PE pelos avaliadores do IFSul, 2024

<b>Componente avaliado</b>	<b>Síntese das avaliações</b>
<b>Atração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O conteúdo, design e apresentação visual do material foram considerados altamente atrativos, cumprindo bem seu papel.</li> <li>• Embora a maioria demonstrasse interesse em explorar mais o tema, nem todos estavam completamente engajados.</li> </ul>
<b>Compreensão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os avaliadores reconheceram a clareza e o propósito do conteúdo, bem como a adequação do vocabulário utilizado, considerando o material claro e acessível.</li> <li>• Em relação à quantidade, qualidade e suficiência das informações, 5 avaliadores "concordaram totalmente".</li> </ul>
<b>Envolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A identificação com o conteúdo foi forte, com todos os avaliadores concordando que o material é relevante para eles.</li> <li>• Quanto à familiaridade das expressões, houve uma divisão nas respostas, sugerindo que o vocabulário poderia ser mais adaptado para um público mais amplo.</li> <li>• O nível de envolvimento com o conteúdo foi considerado bom, mas há oportunidades para aprofundar essa conexão.</li> </ul>
<b>Aceitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A maioria dos avaliadores sentiu-se adequadamente representada no material e considerou a linguagem inclusiva e respeitosa.</li> <li>• O uso de imagens foi avaliado como neutro, sem reforçar estereótipos.</li> </ul>
<b>Mudança de Ação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As percepções sobre a eficácia do material em estimular ações foram mistas. Enquanto alguns avaliadores sentiram que o material incentivava ações específicas, outros estavam indecisos.</li> <li>• Em relação à motivação para novas reflexões, houve uma variedade de respostas, com muitos avaliadores indecisos.</li> <li>• Contudo, todos concordaram que recomendariam o material para outros pesquisadores e extensionistas, reconhecendo a qualidade e relevância do conteúdo.</li> </ul>

**Fonte:** Autoria própria, a partir de dados coletados na avaliação do PE (2024)

Em resumo, o PE foi bem recebido em termos de atratividade, clareza e aceitação. No entanto, foram identificadas áreas que poderiam ser aprimoradas, especialmente no que diz respeito ao engajamento e à capacidade de provocar mudanças de atitude e ação entre os avaliadores. Essas observações ficam como recomendações para consideração em estudos futuros.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos encaminhar para a conclusão deste estudo, é relevante revisitar o que nos inspirou a iniciar esta pesquisa. O problema de pesquisa proposto emergiu da trajetória profissional e educacional da pesquisadora, assim como das afinidades e atividades práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho. Para isso, buscou-se analisar a gestão patrimonial do IFSul, especialmente no que se refere à incorporação de bens móveis permanentes provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão na EPT.

Assim, a problemática central deste estudo foi definida da seguinte forma: considerando a gestão patrimonial do IFSul e sua importância para a EPT, quais ferramentas e formas de controle seriam necessárias para garantir a incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão? Partiu-se do pressuposto de que essas ferramentas e formas de controle poderiam contribuir para o desenvolvimento de um produto educacional que orientasse e auxiliasse na padronização do fluxo e na incorporação desses bens.

Para isso, considerou-se o processo de análise da gestão patrimonial do IFSul, com foco específico na incorporação de bens móveis permanentes adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão na EPT. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de natureza aplicada, de caráter descritivo, com uma dimensão exploratória, desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, complementada por uma análise quantitativa. Foram utilizadas análise documental, pesquisa bibliográfica e um estudo de campo. Além disso, foram estabelecidos objetivos específicos, que incluíram a caracterização da gestão patrimonial no contexto da EPT, a identificação das dificuldades nos processos de incorporação, a indicação de ferramentas e formas de controle necessárias, a investigação da percepção dos coordenadores de projetos sobre a incorporação patrimonial e a proposição da criação de um produto educacional para padronizar e facilitar a incorporação desses bens.

Os conceitos centrais deste estudo foram fundamentados na compreensão da gestão patrimonial em instituições públicas, responsável por controlar o patrimônio público, que engloba todos os bens de interesse público que podem ser utilizados pela coletividade. Este estudo enfatizou a importância da gestão patrimonial na administração pública para assegurar o uso adequado dos recursos escassos e a

eficiência na prestação de serviços à sociedade. O referencial teórico adotado incluiu estudos sobre a origem e trajetória histórica da RFEPCT no Brasil, destacando a importância da EPT como oportunidade de formação integral na escola pública. Foram discutidos também os desafios atuais dessa modalidade educacional, abordando aspectos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, essenciais para o desenvolvimento da EPT. A gestão patrimonial é explorada dentro desse contexto, enfatizando a necessidade de incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão como um tema central desta pesquisa.

Conhecer as bases conceituais da EPT nos evidenciou a importância de adotar uma abordagem educacional que não apenas transmita conhecimentos técnicos, mas também promova o desenvolvimento integral das pessoas. A formação humana omnilateral, conforme discutida por diversos autores, destacam a necessidade de considerar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano: intelectual, ética, social, política, econômica, cultural e emocional. Essa abordagem visa não apenas preparar os estudantes para o mundo do trabalho, mas também desenvolver habilidades socioemocionais, pensamento crítico, ética profissional e consciência social, garantindo acesso equitativo a uma educação de qualidade para todos.

Sabendo disso, foram discutidos sobre os aspectos pragmáticos que envolvem a implementação desses princípios na EPT, incluindo a articulação entre teoria e prática, de modo a preparar os estudantes não apenas para a execução técnica, mas também para a compreensão dos contextos sociais, éticos e ambientais de suas atividades profissionais.

A investigação sobre a gestão patrimonial no IFSul, com foco nos bens móveis adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, evidenciou desafios significativos e oportunidades de melhoria. Os objetivos específicos foram analisados em conjunto com os resultados encontrados, e isso revelou que a gestão patrimonial no IFSul, no que tange aos bens móveis, parece estar funcional, mas com lacunas consideráveis, principalmente em relação à clareza nas normas e regulamentações. As principais dificuldades identificadas foram a falta de clareza nas normas e regulamentações (apontadas por 41,7% dos coordenadores de patrimônio), a complexidade burocrática, e a comunicação insuficiente entre coordenadores de projetos e o setor de patrimônio.

As sugestões para melhorias por parte dos entrevistados incluíram a criação

de checklists estruturados, guias detalhados e aplicativos interativos, evidenciando que ferramentas práticas podem auxiliar nesse processo. Os resultados indicaram ainda que, embora os coordenadores de projetos reconhecessem a importância da incorporação dos bens, muitos enfrentam desafios significativos, principalmente relacionados à falta de conhecimento e de diretrizes claras e acessíveis.

Por fim, com base nos dados coletados, a criação do "Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica" foi identificada como uma solução viável para enfrentar os desafios encontrados. Este guia fornece orientações claras e práticas sobre a aquisição e incorporação de bens permanentes em projetos de pesquisa e extensão, facilitando a prestação de contas e promovendo maior eficiência nos processos administrativos.

Destinado aos professores e demais profissionais da EPT que executam projetos nas instituições de ensino, o guia tem como principal objetivo oferecer suporte na aquisição de bens permanentes decorrentes da execução de projetos, bem como orientar sobre a correta prestação de contas conforme a legislação vigente. Além disso, serve como um recurso estratégico para facilitar a gestão patrimonial e promover a eficiência administrativa dentro das instituições de ensino.

Espera-se que este material forneça orientações claras e práticas para extensionistas e pesquisadores da EPT, esclarecendo dúvidas e promovendo uma comunicação eficaz ao centralizar e simplificar informações. Além disso, o guia pode reduzir a burocracia, melhorar a compreensão dos principais conceitos e procedimentos e promover maior eficiência e clareza nos processos administrativos do IFSul.

Este produto educacional pode ser aplicado em qualquer instituição de ensino pública que disponha de recursos para a execução de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Esses projetos são essenciais para integrar prática e teoria, o que é fundamental na EPT. Além de buscar recursos para o desenvolvimento desses projetos, é igualmente necessário garantir o uso adequado do dinheiro público e assegurar uma prestação de contas transparente à sociedade.

Entende-se que o percurso seguido na pesquisa adotou os princípios do materialismo histórico-dialético, considerando a intervenção prática e a busca por soluções concretas para os desafios estudados. Esse processo proporcionou uma base teórica sólida, permitindo uma compreensão crítica das contradições presentes



e a exploração de alternativas inovadoras.

Por fim, embora esta pesquisa represente um avanço significativo na orientação e eficiência administrativa, reconhece-se sua incompletude. Este trabalho não esgota todas as complexidades envolvidas na gestão patrimonial e na EPT. Pelo contrário, ele abre espaço para que outros pesquisadores aprofundem suas investigações nessa área, utilizando as discussões e diretrizes aqui apresentadas como base. Acredita-se que futuras pesquisas poderão expandir e refinar os conhecimentos sobre a gestão de bens permanentes, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos processos administrativos e a eficácia dos projetos de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de EPT.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Cláudio Renato Souza. **A formação de gestores e as competências para a gestão do espaço físico e do patrimônio da escola: o caso da superintendência regional de ensino de Sete Lagoas/MG.** 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/636/1/claудиorenatosouzaabreu.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ADRIÃO, Theresa *et al.* Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0930108.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ANPEd, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Nota de repúdio às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica**, publicada em 20 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://anped.org.br/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

AZEVEDO, Dedora. Revisão de literatura, referencial teórico, fundamentação teórica e framework conceitual em pesquisa – diferenças e propósitos. **Working paper**, 2016. Disponível em: <https://unisinus.academia.edu/DeborahAzevedo/Papers>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BARBOSA, Diogo Duarte. **Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas.** Brasília: Gestão Pública, 2013.

BARCELLOS, Bruno Maldonado *et al.* **Gestão patrimonial e logística no setor público.** Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017.

BARROS, José D.'Assunção. A delimitação do tema na pesquisa em ciências humanas. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, [S. l.], v. 19, n. 3, 2011. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/akropolis/article/view/4029>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BERNARDES, José Francisco. **Gestão patrimonial: materiais permanentes e bens móveis.** Florianópolis: IU/UFSC, 2009.

BEST, John W. **Como investigar en educación.** 2. ed. Madrid: Morata, 1972.

BELLO, José Luíz de Paiva. **Metodologia científica: manual para elaboração de textos acadêmicos, monografias, dissertações e teses.** Rio de Janeiro—2007. Disponível em: [https://docs.ufpr.br/~niveam/micro%20da%20sala/aulas/tecnicas\\_de\\_pesquisa/metcomp\\_muito%20bom.pdf](https://docs.ufpr.br/~niveam/micro%20da%20sala/aulas/tecnicas_de_pesquisa/metcomp_muito%20bom.pdf). Acesso em: 25 jul. 2023.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes; São Carlos: Edufsc; Caxias do Sul: Educs, 1996.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm). Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. LDB – **Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htmf](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htmf). Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Parecer nº 16/99 – CEB/CNE, de 05 de outubro de 1999**. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE\\_CEB16\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf). Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Dispõe sobre a Educação Profissional e Tecnológica, regulamentando os arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jul. 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 dez. 2008b. Disponível em: [lei-11892-29-dezembro-2008-585085-normaatualizada-pl.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892-29-dezembro-2008-585085-normaatualizada-pl.pdf) (camara.leg.br). Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Diretrizes e normas técnicas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, p. 59-59, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL, CAPES. Ministério da Educação. **Documento de área 46.** Ensino. Brasília, DF: CAPES, 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Administracao\\_doc\\_area\\_e\\_comisso\\_16out.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Administracao_doc_area_e_comisso_16out.pdf). Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, nº 253, p. 10, 31 dez. 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área - Área 46:** Ensino. 2019a (Ensino). Brasília, DF: CAPES, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL, CAPES. Ministério da Educação. **Grupo de trabalho Produção Técnica.** Brasília, DF: CAPES, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador de APCN - Área 46:** Ensino. 2022. Brasília, DF: CAPES, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/ENSINO\\_ORIENTACOESAPCN\\_publicar.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/ENSINO_ORIENTACOESAPCN_publicar.pdf). Acesso em 12 jun. 2024.

BRASIL; MEC; CNE. **Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: [rcp001\\_21 \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/rcp001_21). Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico.** 2023a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2023b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Notícias. **Educação Profissional e Tecnológica**. Governo federal anuncia 100 novos *campi* de Institutos Federais. Brasília. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CLARK, Otávio Augusto Câmara; CASTRO, Aldemar Araujo. A pesquisa. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, v. 17, p. 67-69, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pob/a/Y7Zwy8rNNVf6TS6Sv78v6SN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 out. 2023.

CONIF. **Instituto Federal Sul-rio-grandense. Histórico**. 2022. Disponível em: <https://portal.redefederal.org.br/sul/rs/instituto-federal-sul-rio-grandense>. Acesso em: 22 jan. 2024.

DA SILVA, Cláudio Nei Nascimento *et al.* Determinantes metodológicos que entram na configuração dos mestrados profissionais no Brasil. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, p. 123-142, 2022. Disponível em: Vista do Determinantes metodológicos que entram na configuração dos mestrados profissionais no Brasil (novapaideia.org). Acesso em: 20 fev. 2024.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação profissional e tecnológica em revista**, v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>. Acesso em: 12 set. 2023.

ESCOTT, Clarice Monteiro. Educação Profissional e Tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. jan/dez, p. 1–16, 2020. DOI: 10.29286/rep.v29ijan/dez.11145. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11145>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Rony Cláudio de Oliveira *et al.* O mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional: considerações preliminares. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 74-89, 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/359>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, v. 2, p. 267-274, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS. Plageder, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas/SP: Alínea, 2001.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. 14. ed. São Paulo: Loyola. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **O Instituto Federal Sul-rio-grandense**. 2023a. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/instituto>. Acesso em: 19 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **CAMPUS LAJEADO. Memorial do IFSul Campus Lajeado**. 2023b. Disponível em: [http://www.lajeado.ifsul.edu.br/img\\_lajeado/2023/Memorial-2023.pdf](http://www.lajeado.ifsul.edu.br/img_lajeado/2023/Memorial-2023.pdf). Acesso em: 28 de set. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Conselho Superior**. 2023c. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/conselhos/conselho-superior>. Acesso em: 03 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Estatuto do IFSul**. 2023d. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/115-estatuto-do-ifsul>. Acesso em: 03 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024)**. Pelotas-

RS: IFSul, julho de 2020. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/remocoes/item/1334-pdi-2020-2024-ifsul>. Acesso em: 25 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Regimento Interno do Campus Gravataí**. 2017. Resolução CONSUP nº 85/2017. Alterado Resoluções CONSUP nº 24/2019 e 162/20222017. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral/item/87-regimento>. Acesso em: 03 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). 2017a. **Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica - EPT**. Disponível em: <https://profepf.ifes.edu.br/areadeconcentracao>. Acesso em: 19 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). 2017b. **O ProfEPT: objetivos do ProfEPT**. Disponível em: <https://profepf.ifes.edu.br/sobreprofepf?start=1>. Acesso em: 19 jun. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v.27, n.9, p. 46-60, maio/ago. 2003. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 18 mar. 2024.

KUMMER, Mauro José. **Patrimônio público, materiais e logística**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil, 2011. Disponível em: <https://ava.ifpr.edu.br/enrol/index.php?id=498>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades. **CIAIQ 2017**, v. 1, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1405>. Acesso em: 12 set. 2023.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **CIAIQ 2018**, 2018, v. 1. Disponível em: [https://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/225609/mod\\_forum/intro/1656-Texto%20Artigo-6472-1-10-20180621%20\(1\).pdf](https://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/225609/mod_forum/intro/1656-Texto%20Artigo-6472-1-10-20180621%20(1).pdf). Acesso em: 12 jun. 2024.

LENZA, Pedro (Org). **Contabilidade Geral: esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em gestão pública**. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.

LIMA, Regina Célia. **Gestão patrimonial: elaboração de um produto educacional de regulação de bens móveis**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e

Tecnológica, Instituto Federal do Paraná - IFPR. Curitiba-Pr, 2019. 251p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433111>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, v. 1, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Atualização de João B. Medeiros. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MARTINS, Patrícia Vieira. Administração e Controle Patrimonial. **Curso: Administração e Controle Patrimonial**, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/449198-Administracao-e-controleparimomial-novembro-2012-curso-egem-escola-de-gestao-municipal-ministrante-patriciavieira-martins.html>. Acesso em: 15 out. 2023.

MARTINS, André Silva; PINA, Leonardo Docena. Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020052, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8657754. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657754>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MCASP. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 10. ed. - Brasília. 2023. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:48458](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458). Acesso em: 10 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 21, p. 9-29, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2023.

MOREIRA, Marco Antonio. Al final qué es aprendizaje significativo? **Revista Currículum**. v. 25, mar. 2012 p. 29–56. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96956/000900432.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 out. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.



Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549273001.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

NETO, Aloisio Ribeiro Caminha; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. O debate da filosofia crítica da tecnologia no ensino médio integrado profissional: estratégias para uma educação humana, crítica e libertadora. **Itinerarius Reflectionis**, v. 18, n. 1, p. 01-19, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/64199>. Acesso em: 2 out. 2023.

OBSERVATÓRIO PROFEPT. **Consulta de egressos/dissertações/produtos educacionais**. 2023. Disponível em: <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>. Acesso em: 28 set. 2023.

OLIVEIRA, Antonio Carlos Leite de; LUZ, Érico Eleutério da. **Contabilidade Societária** - 1. ed. Curitiba, PR: Iesde Brasil S/A, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. Revista **Educação Especial**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 71–85, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>. Acesso em: 29 ago. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

SANTOS, João Henrique de Sousa; ROCHA, Bianca Ferreira; PASSAGLIO, Kátia Tomagnini. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. Disponível: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>. Acesso: 20 set. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.

SCOTT, Maria Eliane. **Análise dos aspectos patrimoniais dos bens móveis na prefeitura municipal de Gravataí**. 2021. Trabalho de Conclusão (Bacharel em Administração Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, Praia Grande, Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/232137>. Acesso em 14 out. 2023.

SEDAP. **IN no. 205, de 08 de abril de 1988**. Publicada no Diário Oficial da República Federativa do Brasil nº 067, de 11 de abr.1988, seção 1, p. 6109-6113. Disponível em: [http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205\\_88.htm](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205_88.htm). Acesso em: 10 out. 2023.

SUAP. **Sistema Unificado de Administração Pública**. Módulos; História; Conveniadas [...]. 2023. Disponível em: Conheça o SUAP ([ifrn.edu.br](http://ifrn.edu.br)). Acesso em: 04 out. 2023.

WIKIPÉDIA. **Notório saber**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%B3rio\\_saber#:~:text=Not%C3%B3rio%20Saber%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%B3rio_saber#:~:text=Not%C3%B3rio%20Saber%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 28 out. 2024.

TARTUCE, Terezinha de Jesuz Afonso. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

TAUCHERT, Adriana. Campus do IFSul em São Leopoldo receberá investimento milionário; veja o que já se sabe sobre início das atividades. **Jornal NH - ABC+**. Novo Hamburgo. 2024. Disponível em: <https://www.abcmais.com/brasil/rio-grande-do-sul/investimento-no-campus-do-ifsul-em-sao-leopoldo-sera-de-r25-milhoes/amp/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

TORRES JUNIOR, Fabiano; SILVA, Lino Martins da. A importância do controle contábil e extra-contábil dos bens permanentes adquiridos pela Administração Pública Federal. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2003. DOI: 10.12979/rcmccuerj.v8i2.5596. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/5596>. Acesso em: 05 jun. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

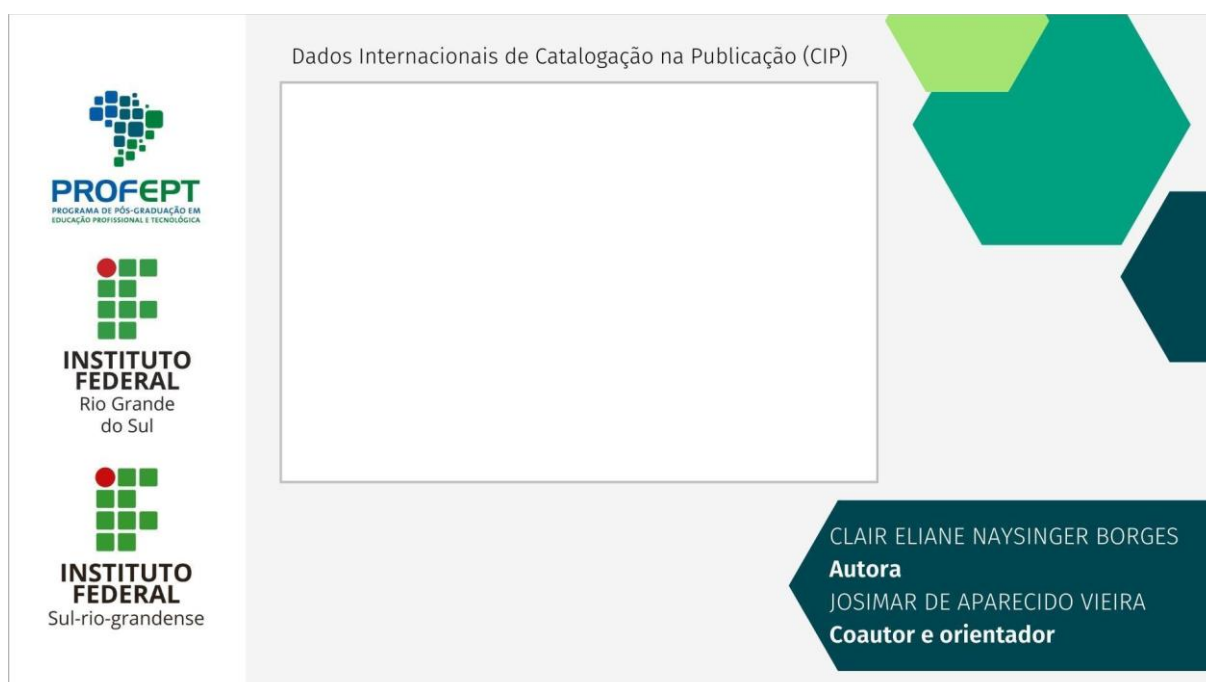
UM DIA após o outro. Intérprete: Tiago Iorc. Compositor: Tiago Iorc. In: **TROCO Likes**. Intérprete: Tiago Iorc. Rio de Janeiro: Som Livre, 2015. CD. Faixa 1.


URBANETZ, Sandra Terezinha; CASSIANO, Elisete Lopes; BETTONI, Vanessa. O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) e o significado dessa oferta de formação em Pós-Graduação no Brasil. **Movimento-revista de educação**, Niterói, v. 7, n. 14, p. 124-138, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/43914>. Acesso em: 20 fev. 2024.

XAVIER, Ana Cláudia Galvão *et al.* Concepções, diretrizes e indicadores da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica-EPCT. In: **Extensão tecnológica: rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013. p. 12–21. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/extensaotecnologica-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2013.pdf>. Acesso 20 set. 2023.

## APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção, são apresentadas as imagens das páginas do Guia, que foi elaborado na plataforma *online* de *design* gráfico **Canva** e está disponível em formato PDF.





## Sumário

- Apresentação e público-alvo
- Introdução
- Objetivos e finalidades
- Benefícios
- Educação profissional e tecnológica
- Ensino, pesquisa e extensão
- Classificação da despesa
- *Checklists* para aquisição de bens permanentes
- Orientações para a incorporação dos bens ao patrimônio
- Orientações para gestão de recursos e uso do Cartão BB Pesquisa
- Penalidades previstas nos editais internos do IFSul
- Contatos
- Considerações finais
- Referências


## Seção 01

### Elementos iniciais do Produto Educacional (PE):

essa seção apresenta o Guia, o público-alvo e o sumário. Em seguida, são abordados a Introdução, os objetivos, as finalidades e os possíveis benefícios do produto educacional.

[Voltar ao slide do Sumário](#)






INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL  
CAMPUS PORTO ALEGRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CLAIR ELIANE NAYSINGER BORGES

GESTÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:  
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Porto Alegre  
2024

 **Público-alvo:**

Professores e demais profissionais da EPT que desenvolvem projetos de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino. Podendo ser aplicado em qualquer instituição de ensino pública que disponha de recursos para a execução de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

## Apresentação

Este Guia, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – *Campus* Porto Alegre, faz parte do trabalho de pesquisa intitulado "Gestão patrimonial na educação profissional e tecnológica: incorporação de bens móveis de projetos de ensino, pesquisa e extensão". Este produto educacional é um requisito parcial para a obtenção do título de mestra/mestre em Educação Profissional e Tecnológica e está vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

[Voltar ao slide do Sumário](#)

05

## Introdução

Este guia foi elaborado a partir de uma pesquisa detalhada sobre a gestão patrimonial no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), realizada no contexto de uma dissertação de mestrado. A pesquisa teve como foco a incorporação de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Durante o estudo, foram identificadas diversas dificuldades enfrentadas pelos coordenadores de patrimônio e de projetos no processo de gestão desses bens, como a falta de clareza nas normas, a comunicação insuficiente entre setores e a complexidade burocrática dos procedimentos. Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa incluíram entrevistas semiestruturadas e a aplicação de questionários com os envolvidos. Com base nas necessidades identificadas, este guia tem como objetivo centralizar e simplificar as informações, oferecendo orientações práticas e acessíveis para pesquisadores e extensionistas.

[Voltar ao slide do Sumário](#)

06

## Objetivos e finalidades

Este guia tem como objetivo oferecer orientações claras e práticas para extensionistas e pesquisadores da EPT, esclarecendo dúvidas na aquisição de bens permanentes decorrentes da execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Ele visa centralizar e simplificar informações, promovendo uma comunicação eficaz e reduzindo a burocracia. Além disso, busca uniformizar e padronizar os procedimentos administrativos, garantindo que todos os envolvidos sigam corretamente os procedimentos necessários e prestem contas conforme a legislação vigente, sem a necessidade constante de consultas.

[Voltar ao slide do Sumário](#)

07

## Benefícios

Como benefícios do “Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica”, é possível destacar que esse produto **poderá**:



[voltar ao slide do Sumário](#)



Centralizar e simplificar informações, promovendo uma comunicação mais eficaz e reduzindo a burocracia.



Ajudar a uniformizar os procedimentos, facilitando o cumprimento das exigências administrativas.



Aliviar a carga administrativa, oferecendo um recurso de autoajuda que facilite o processo de prestação de contas e incorporação de bens decorrentes da execução de projetos.



Padronizar os procedimentos para incorporação de bens adquiridos em projetos de pesquisa e extensão, reduzindo as discrepâncias.



Fornecer as informações necessárias para que todos os coordenadores se sintam confiantes em seguir os procedimentos corretos, sem a necessidade constante de consultas.



Servir como uma ferramenta educativa, fornecendo orientações detalhadas e claras para extensionistas e pesquisadores.

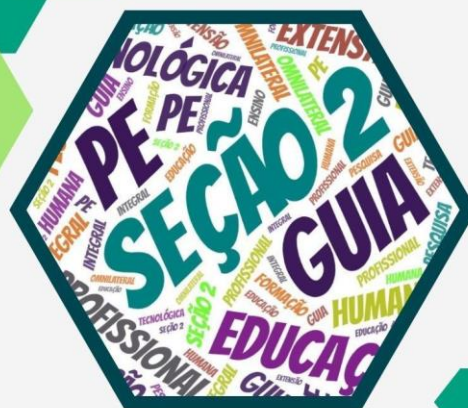
08

## Seção 02

### EPT e ensino, pesquisa e extensão:

nessa seção a EPT é conceituada no contexto da promoção da formação humana integral na escola pública. Além disso, são definidos os conceitos de ensino, pesquisa e extensão, destacando a indissociabilidade dessas categorias na EPT e sua importância para o processo educacional.

[Voltar ao slide do Sumário](#)



09

## Educação profissional e tecnológica (EPT):

promovendo a formação humana integral na escola pública

A EPT é uma modalidade educacional que busca a formação humana omnilateral. Frigotto (2012, p. 267) destaca que a educação omnilateral significa, “[...] a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”. Dessa forma, a formação omnilateral abrange a educação e a emancipação do ser humano em todos os sentidos da vida, sendo considerada um componente essencial para a EPT, pois tem o propósito de preparar os sujeitos para o mundo do trabalho, proporcionando conhecimentos teóricos, práticos e tecnológicos. Ainda segundo o autor, “[...] essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (Frigotto, 2012, p. 267).

[Voltar ao slide do Sumário](#)



10

Assim sendo, a formação humana omnilateral refere-se ao desenvolvimento integral dos seres humanos em todas as suas dimensões. É uma abordagem educacional que busca ir além da simples transmissão de conteúdos técnicos e habilidades específicas, promovendo uma visão integral do ser humano e desenvolvendo suas potencialidades.

Quer saber um pouco mais sobre formação humana omnilateral, assista ao vídeo abaixo:  
<https://www.youtube.com/watch?v=wx2BW62jjQY>



[Voltar ao slide do Sumário](#)

Para aprofundar sobre o tema, leia: Educação Omnilateral de Gaudêncio Frigotto, p. 267-274, disponível em:  
<https://www.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/t191.pdf>



11

## Ensino, pesquisa e extensão categorias indissociáveis na EPT

Na EPT, a tríade indissociável ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental, baseada no conceito de que o ensino deve estar integrado à pesquisa e à extensão de forma inseparável, proporcionando uma educação mais rica, significativa e alinhada às necessidades da sociedade e do mundo do trabalho.

*"[...] se entendermos a indissociabilidade como ato processual que traz em si a marca da omnilateralidade em devir, ela não terá outra função se não a de promover o processamento da interatividade crítica que rompe, por sua vez, com a cultura dissociativa entre o ensino, a pesquisa e a extensão" (Rays, 2012, p. 1, grifo nosso).*



12



## Ensino, pesquisa e extensão

categorias indissociáveis na EPT

[Voltar ao slide do Sumário](#)



### ENSINO

Freire (1996) ressalta que ensinar não se resume à mera transferência de conhecimento, mas também à criação das condições para sua própria produção e construção. Ainda segundo o autor, ensinar demanda a compreensão da realidade e requer a convicção de que a mudança é possível.



### PESQUISA

Clark e Castro (2003, p. 67), "[...] pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente".



### EXTENSÃO

Xavier (2013, p. 13), "[...] extensão é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região".



13

## Ensino, pesquisa e extensão

Saiba um pouco mais sobre a indissociabilidade dessas categorias na EPT

Quer saber um pouco mais sobre a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, assista ao vídeo abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=NvRaUoGdP7Q>



Para aprofundar sobre o tema, leia: *Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade* de Oswaldo Rays, disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>



[Voltar ao slide do Sumário](#)

14

**Você, como extensionista e pesquisador, sabe a importância de seus projetos para o ensino?**  
Eles são essenciais para:

[Voltar ao slide do Sumário](#)



**Aprendizagem significativa:** resolvem problemas reais da comunidade, promovendo a compreensão da relevância do conhecimento e conscientização das demandas sociais.



**Troca de experiências:** engajam a comunidade, criando e recriando saberes e proporcionando vivências além da sala de aula.



**Construção de conhecimento:** integram teoria e prática, ampliando o conhecimento e promovendo uma visão crítica profissional.

15

## Seção 03

### Gestão patrimonial:

essa seção apresenta um resumo do MCASP, a principal regulamentação para a classificação orçamentária na aquisição de bens permanentes. Também inclui *checklists* baseados nas fases previstas nos editais internos do IFSul para a aquisição desses bens em projetos de pesquisa e extensão, além de orientações sobre como incorporá-los ao patrimônio da instituição ao término do projeto.

[Voltar ao slide do Sumário](#)



16

## Classificação da despesa

[Voltar ao slide do Sumário](#)

Tendo reconhecido a importância dos projetos de pesquisa e extensão para o ensino, é essencial também entender algumas questões práticas relacionadas à aquisição de bens nesses projetos. Uma pergunta necessária nesse contexto é:

***Você sabe a diferença entre material permanente e de consumo?***

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP, 2023, p. 115), Entende-se como material de consumo e material permanente:

### MATERIAL DE CONSUMO

Aquele que, em razão de seu uso corrente perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos.

### MATERIAL PERMANENTE

Aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

17

**Além disso, para a classificação da despesa, na aquisição de materiais devem ser adotados alguns parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo.**

Assim, um material é considerado de consumo caso atenda um, e **pelo menos um**, dos critérios a seguir:

### Critério da Durabilidade

Se em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;

### Critério da Fragilidade

Se sua estrutura for quebradiça, deformável ou danificável, caracterizando sua irrecuperabilidade e perda de sua identidade ou funcionalidade;

### Critério da Perecibilidade

Se está sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou se deteriora ou perde sua característica pelo uso normal;

[Voltar ao slide do Sumário](#)

18

## Critério da Incorporabilidade

Se está destinado à incorporação a outro bem, e não pode ser retirado sem prejuízo das características físicas e funcionais do principal. Pode ser utilizado para a constituição de novos bens, melhoria ou adições complementares de bens em utilização, ou para a reposição de peças para manutenção do seu uso normal que contenham a mesma configuração;

## Critério da Transformabilidade

Se foi adquirido para fim de transformação.

Orientação disponível no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 10ª edição.

[Acesse na íntegra o MCASP](#)



[Voltar ao slide do Sumário](#)

10ª edição

MCASP

Publicado em  
Dezembro  
2023

Manual de  
Contabilidade Aplicada  
ao Setor Público

19

## Principais dúvidas de extensionistas e pesquisadores quanto à natureza das despesas dos materiais.

### Aquisição de livros e demais materiais bibliográficos

De acordo com a MCASP (2023, p. 116), “esses materiais apresentam características de material permanente (durabilidade superior a dois anos, não são quebradiços, não são perecíveis, não são incorporáveis a outro bem, e não se destinam à transformação)”. Portanto, devem ser incorporados ao patrimônio da Instituição.

A exceção prevista no “art. 18 da Lei nº 10.753/2003, que considera os livros adquiridos para bibliotecas públicas como material de consumo” (p. 116), não se aplica aos Institutos Federais (IFs). Isso ocorre porque **Biblioteca**

**Pública** refere-se a “uma unidade bibliotecária destinada indistintamente a todos os segmentos da comunidade, com acervos de interesse geral, voltados essencialmente à disseminação da leitura e hábitos associados entre um público amplo definido basicamente em termos geográficos, sem confundir com as bibliotecas destinadas a atender um segmento da comunidade com um propósito específico” (MCASP, 2023, p. 117).

### Aquisição de pen-drive, canetas ópticas e similares

“A aquisição será classificada como material de consumo, [...] tendo em vista que são abarcadas pelo critério da fragilidade” (MCASP, 2023, p. 117).



[Acesse na íntegra o MCASP](#)



[Voltar ao slide do Sumário](#)

20

## Checklists para aquisição de bens permanentes

Após entender a diferença entre material de consumo e material permanente, é importante estar atento a alguns pontos ao adquirir um bem permanente em projetos de pesquisa ou extensão, evitando problemas na prestação de contas.

Orientações baseadas no Manual de Uso dos Recursos Financeiros e Prestação de Contas, disponível como anexo nos editais internos do IFSul. Acesse pelo link: <http://www.ifsul.edu.br/auxilio-pesquisadores>

[Voltar ao slide do Sumário](#)

### 1 Recurso financeiro

A execução dos recursos financeiros de investimento e custeio no âmbito do IFSul é realizada por meio do Cartão Pesquisador do Banco do Brasil, o “BB Pesquisa”. Se você ainda não tem o seu, providencie-o o quanto antes. Lembre-se de que não é necessário ter um projeto aprovado para solicitar o cartão; o ideal é obtê-lo antes de submeter um projeto. Para isso, o coordenador do projeto deve preencher o formulário disponível no site do Banco do Brasil, acessível através do link abaixo:



Cartão Pesquisador

Para orientações detalhadas sobre o preenchimento, acesse o Manual de Uso dos Recursos Financeiros e Prestação de Contas, disponível nos anexos dos Editais de Projetos de Pesquisa e Extensão no IFSul.

21

### 2 Orçamentos

Os orçamentos exigidos para a aquisição de bens permanentes e materiais de consumo em projetos de pesquisa e extensão devem seguir algumas orientações:

[Voltar ao slide do Sumário](#)

- Quantidade de orçamentos:** Devem ser apresentados pelo menos três orçamentos para cada item a ser adquirido;
- Mesmas especificações:** Todos os orçamentos devem ser baseados nas mesmas especificações técnicas do produto ou serviço, incluindo características como modelo, quantidade e qualidade;
- Inclusão do frete:** O valor do frete deve ser incluído nos orçamentos, e deve estar claramente especificado;
- Orçamento à vista e escolha do menor valor:** Os orçamentos devem ser para pagamento à vista, sempre que possível, deve-se optar pelo orçamento de menor valor total, já incluindo o frete;
- Datas e validade dos orçamentos:** Os orçamentos devem ser datados e as datas devem ser anteriores à compra. Verifique a validade dos orçamentos, garantindo que sejam recentes e ainda aplicáveis no momento da aquisição.

Seguir essas orientações ajuda a garantir a conformidade com as normas institucionais e a transparência na aplicação dos recursos.

22

### 3 Nota fiscal de compra

[Voltar ao slide do Sumário](#)

Para garantir a inclusão do bem no patrimônio e facilitar a prestação de contas, alguns dados precisam constar na nota fiscal emitida pelo fornecedor do bem adquirido na execução de um projeto de pesquisa e extensão, são eles:

A imagem mostra uma DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) com várias partes destacadas por linhas vermelhas e rótulos explicativos:

- IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:** Destaca o campo "Identificação da empresa 'vendedor'".
- DANFE:** Destaca o código de barras e o número de identificação.
- DESTINATÁRIO - REMETENTE:** Destaca o campo "Nome do coordenador do projeto" e o campo "CNPJ da empresa 'vendedor'".
- DESTINATÁRIO:** Destaca o campo "CPF 'Comprador'".
- VALORES:** Destaca os campos "Valor do frete conforme orçamento", "Valor total produtos e frete", "Valor dos produtos", "Valor de cálculo de ICMS", "Valor de cálculo de IPI", "Valor de cálculo de PIS", "Valor de cálculo de COFINS", "Valor de cálculo de CSLL", "Valor de cálculo de IRPJ", "Valor de cálculo de IRPF", "Valor de cálculo de IPTU", "Valor de cálculo de IPTM", "Valor de cálculo de IPTC", "Valor de cálculo de IPTD", "Valor de cálculo de IPTU", "Valor de cálculo de IPTM", "Valor de cálculo de IPTC", "Valor de cálculo de IPTD".
- DESCRIÇÃO DO PRODUTO:** Destaca os campos "Descrição do produto conforme orçamento", "Quantidade", "Valor unitário" e "Valor total dos produtos".

- **Nome do destinatário:** Sempre o beneficiário do recurso, o portador do "Cartão Pesquisador do Banco do Brasil".
- **CNPJ da empresa:** CNPJ da empresa de onde você adquiriu o bem.
- **Valor do frete:** Se houver, deve ser especificado na nota.
- **Valor do produto:** O menor valor dos três orçamentos apresentados.
- **Valor total da nota fiscal:** Valor do desembolso total, incluindo o frete se houver.
- **Descrição do produto:** Conforme consta no orçamento.
- **Valor unitário:** Caso sejam adquiridos mais de um produto com a mesma descrição, deve ser apresentado o valor unitário do produto.

23

### 4 Ateste da nota fiscal no SUAP

[Voltar ao slide do Sumário](#)

Após compreender o conceito de bem permanente, você realizou a compra comparando os preços de três fornecedores e escolheu a proposta mais econômica, incluindo o frete, se aplicável. O pagamento foi feito com o cartão "BB Pesquisa" e o bem foi recebido junto com a nota fiscal. O próximo passo é validar essa nota, efetuando o "atesto" no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

- O SUAP é um software desenvolvido por uma instituição pública (IFRN) para instituições públicas, utilizado para diversos fins administrativos nas instituições federais.
- Possui 69 módulos agrupados em 10 áreas.

- O IFSul utiliza diversos módulos de variadas áreas como instrumento de gestão, sistema de informação e suporte à estrutura organizacional para o desenvolvimento das atividades na reitoria e nos Campus.
- A área de administração possui 14 módulos que reúnem funcionalidades para os principais setores administrativos da instituição. (Suap 2024)

Com a tramitação eletrônica dos processos, o atesto não é mais realizado com a assinatura do requerente diretamente na nota fiscal. Para comprovar o recebimento da mercadoria, é necessário elaborar um **Documento de Ateste** no módulo "Documentos Eletrônicos" do SUAP.

24

## Documento eletrônico para ateste da nota fiscal

[Voltar ao slide do Sumário](#)

- No suap acesse a área e módulos: **DOCUMENTOS/PROCESSOS**>>>Documentos Eletrônicos >>> Documentos >>> Adicionar Documento de Texto.
- Tipo do Documento:** Formulários PROAP/COMAP
- Modelo:** Ateste de nota fiscal - material
- Assunto:** Ateste nota(s) Fiscal(is) nº xxxx
- Sector Dono:** O setor onde o coordenador do projeto está vinculado no SUAP
- Nível de Acesso:** Público

Preencha os dados da nota fiscal, incluindo o número, o nome da empresa e o CNPJ. No campo "número do empenho", solicite essa informação ao setor responsável pelo edital ao qual o seu projeto está vinculado.

Preencha a tabela de ateste com a quantidade, a descrição, a sala onde o bem foi alocado e o nome do responsável pela carga patrimonial.

A descrição do bem patrimonial deve ser breve, mas incluir detalhes importantes para identificação, como tipo, marca, modelo, cor, medidas e número de série.

O responsável pela carga patrimonial será o servidor incumbido dos bens na sala onde o item foi alocado, assumindo-o em sua carga.

Este servidor deve ocupar uma função gratificada ou um cargo de direção.

Não é necessário ser o coordenador do projeto.

O documento eletrônico de ateste deve ser concluído, assinado com senha no SUAP, finalizado e salvo em formato PDF para ser anexado ao projeto

**ATESTES DE NOTA FISCAL - MATERIAL**

Declaro através deste documento que conferi e recebi definitivamente, conforme Art. 140, II, b, da Lei 14.133/2021, o material relacionado à Nota Fiscal de nº \_\_\_\_\_, Empenho \_\_\_\_\_, Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_.

QUANDO SE TRATAR DE MATERIAL PERMANENTE, PREENCHER A TABELA ABAIXO  
(Inserir/excluir linhas e mesclar células conforme necessidade):

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	SALA

RESPONSÁVEL PELA CARGA PATRIMONIAL: \_\_\_\_\_

**25**

## 5 PATRIMONIALIZAÇÃO

[Voltar ao slide do Sumário](#)

Incorporação ao patrimônio dos bens adquiridos com recursos de investimentos em projetos de pesquisa e extensão.

Para a incorporação ao patrimônio dos itens adquiridos com recursos de investimento os "materiais permanentes", é necessário preencher o **TERMO DE DOAÇÃO - INVESTIMENTO**, disponível como anexo dos editais, e submetê-lo no SUAP. Esse termo deve ser assinado e anexado ao processo de prestação de contas. Ele será utilizado, juntamente com a nota fiscal, para a incorporação dos itens ao patrimônio ao término do projeto.

Cada setor possui o seu modelo de termo, mas as informações requeridas são as mesmas:

- Título do Projeto de Pesquisa/Extensão**
- Coordenador do Projeto:** Nome do coordenador do projeto, que deve ser o mesmo constante na nota fiscal do produto e o beneficiário do recurso recebido.
- Valor total do recurso de investimento recebido no Edital**
- Localização do bem:** Onde o item será armazenado no *Campus*.
- Nome do responsável pela carga patrimonial:** O servidor designado que assumirá o item em sua carga patrimonial, devendo ocupar uma função gratificada ou cargo de direção.
- Número da nota fiscal**
- Descrição do item**
- Quantidade**
- Valor unitário do bem**
- Valor total da nota fiscal**

**26**

## Orientações para a incorporação dos bens ao patrimônio

[Voltar ao slide do Sumário](#)

### Passo 01

O Coordenador do projeto envia um *e-mail* ou memorando ao setor de patrimônio do seu *campus*, solicitando a incorporação dos bens adquiridos ao patrimônio da Instituição, anexando a nota fiscal, o ateste da nota fiscal de material - SUAP e o termo de doação.

### Passo 02

O setor de patrimônio abre um processo eletrônico no SUAP para a incorporação do bem recebido como doação, realiza a entrada do material, localiza-o e atribui a carga patrimonial, conforme os dados informados no documento de ateste. Em seguida, encaminha o processo à contabilidade, comunicando a doação recebida e solicitando os procedimentos contábeis cabíveis.

### Passo 03

O setor de contabilidade registra a doação no SIAFI, baixa o saldo a comprovar do pesquisador e devolve o processo ao setor de patrimônio.

### Passo 4

O setor de patrimônio é responsável por fixar a placa patrimonial, verificar se o responsável pela carga realizou o aceite no sistema SUAP e, em seguida, finalizar o processo.

27

## Seção 04

### Orientações, dicas e contatos:

apresenta orientações para a gestão de recursos e o uso do Cartão BB Pesquisa, as principais penalidades previstas nos últimos editais de pesquisa e extensão no IFSul, além das informações de contato para suporte administrativo dos setores da Reitoria do IFSul, responsáveis por receber e acompanhar a execução dos processos relacionados aos editais internos dos *Campi*.

[Voltar ao slide do Sumário](#)



28



## Orientações para gestão de recursos e uso do Cartão BB Pesquisa

[Voltar ao slide do Sumário](#)

Para garantir a conformidade com os Editais de pesquisa e extensão e uma gestão eficiente dos recursos, siga atentamente as orientações abaixo sobre remanejamento de despesas e uso do Cartão BB Pesquisa. Estas dicas visam evitar problemas na prestação de contas e assegurar a correta aplicação dos recursos.



São proibidos os remanejamentos de despesas entre categorias (de investimento para custeio e vice-versa).

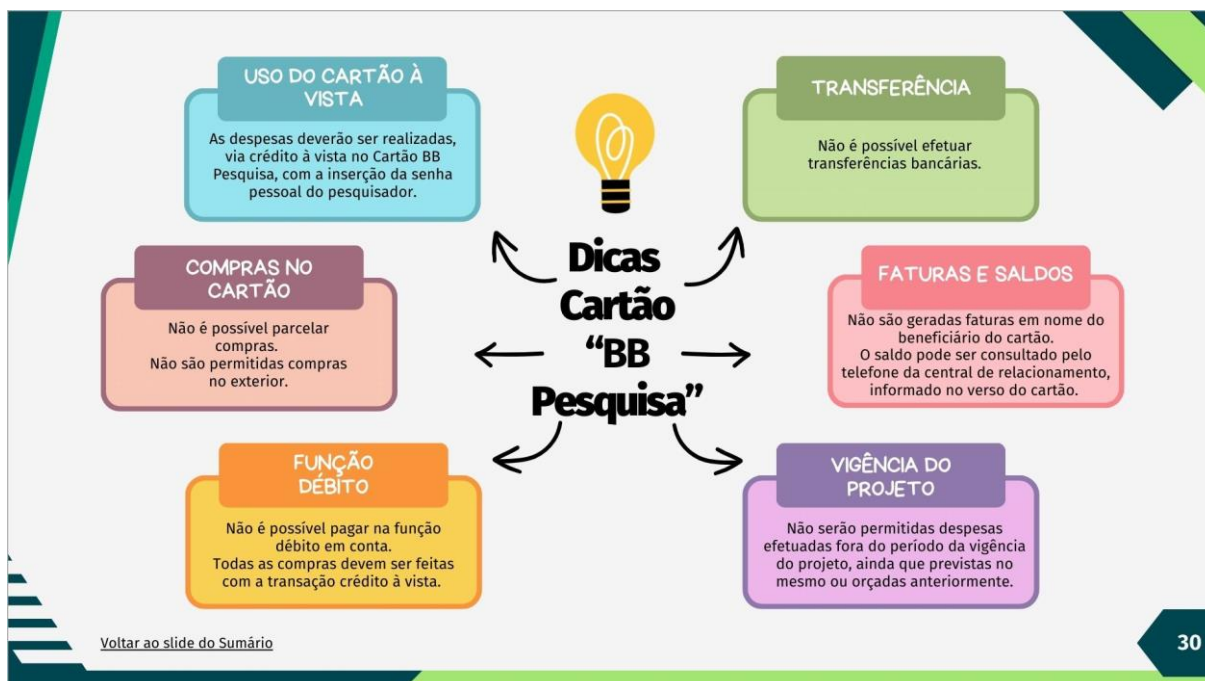


Caso ocorra a aquisição de material permanente (investimento), o coordenador deverá preencher o Termo de Doação e incluí-lo na aba "Anexos" do projeto no SUAP.



O(a) pesquisador(a) deve usar os recursos financeiros exatamente como previsto no Edital, tanto para custeio quanto para investimento. Despesas extras não serão ressarcidas.

29



30

## Penalidades previstas

nos últimos editais de pesquisa e extensão no IFSul

PROPESP	PROEX
O/A pesquisador/a que não utilizar o recurso, devolvendo sua totalidade após a data limite de execução do projeto, ficará suspenso, por 02 (dois) anos consecutivos, de participar de editais desta natureza realizados pela PROPESP.	O Extensionista que não entregar a prestação de contas ficará impedido de participar de futuros editais da Pró-reitoria de Extensão e Cultura.
O/A pesquisador/a que utilizar valor menor ou igual a 50% do recurso recebido até o final do projeto também ficará suspenso, por 01 (um) ano consecutivo, de participar de editais desta natureza realizados pela PROPESP.	Se, na análise da prestação de contas, for constatada utilização de recursos em desacordo com o previsto no Regulamento, o extensionista deverá ressarcir a União os valores indevidos.
Se, na análise da prestação de contas, for constatada utilização de recursos em desacordo com o previsto no Regulamento, o/a pesquisador/a deverá ressarcir a União os valores indevidos.	

[Voltar ao slide do Sumário](#)

31

## Contatos

Em caso de dúvidas, entre em contato com o setor responsável pelo seu projeto de pesquisa e/ou extensão. Ao lado, estão listados os contatos dos setores na Reitoria do IFSul, que são responsáveis por receber e acompanhar a execução dos processos relacionados aos editais internos dos *Campi* do IFSul.



Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação - PROPESP e  
Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação  
E-mail: [if-propesp@ifsul.edu.br](mailto:if-propesp@ifsul.edu.br)

Coordenadoria Administrativa da  
PROPESP - COADPES  
E-mail: [if-coadpes@ifsul.edu.br](mailto:if-coadpes@ifsul.edu.br)

Pró-reitoria de Extensão e Cultura -  
PROEX  
Coordenadoria administrativa da  
PROEX - COADEX  
E-mail: [if-proex@ifsul.edu.br](mailto:if-proex@ifsul.edu.br)

[Voltar ao slide do Sumário](#)

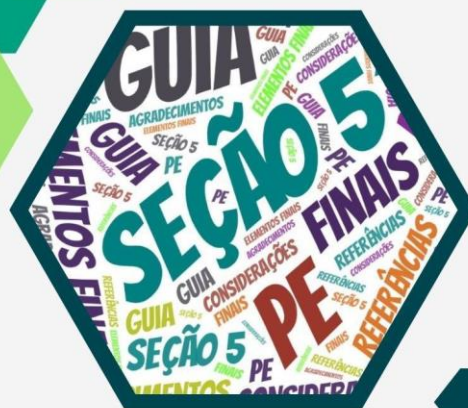
32

## Seção 05

### Elementos finais do PE:

nesta seção, são apresentadas as considerações finais do PE, as referências e os agradecimentos.

[Voltar ao slide do Sumário](#)



33

## Considerações finais

Este guia foi desenvolvido a partir da investigação sobre a gestão patrimonial no IFSul, com foco nos bens móveis adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa revelou desafios significativos e oportunidades para melhorias. Embora a gestão patrimonial esteja operacional, foram identificadas lacunas consideráveis, principalmente em relação à clareza das normas e regulamentações. As principais dificuldades apontadas foram a falta de clareza nas normas, a complexidade burocrática e a comunicação insuficiente entre coordenadores de projetos e o setor de patrimônio.

Baseando-se nas sugestões dos entrevistados, que destacaram a necessidade de ferramentas práticas, como checklists estruturados e guias detalhados, este guia tem como objetivo fornecer suporte aos coordenadores de projetos e profissionais da EPT. Ele oferece orientações claras sobre a aquisição e incorporação de bens permanentes, facilitando a prestação de contas conforme a legislação vigente.

Espera-se que este guia contribua para a simplificação dos processos administrativos, reduzindo a burocracia e melhorando a compreensão dos principais conceitos e procedimentos relacionados à gestão patrimonial. Além disso, visa promover uma comunicação mais eficaz e servir como um recurso valioso para a gestão patrimonial nas instituições de ensino.

Acredita-se que o material aqui apresentado não apenas esclareça dúvidas e facilite o trabalho dos pesquisadores e extensionistas, mas também incentive outros profissionais a aprofundarem seus estudos sobre a gestão patrimonial na EPT. As discussões iniciadas neste guia devem servir como uma base sólida para futuras pesquisas e melhorias na área.

[Voltar ao slide do Sumário](#)

34

## Referências

ALVES, Brenia Kesia Ribeiro; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **A educação na perspectiva da formação omnilateral e emancipatória**. YouTube, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wx2BW62jjQY>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria nº 448 de 13 de setembro de 2002**. Divulga o detalhamento da natureza das despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:8754](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:8754). Acesso: 30 jul. 2024.

CLARK, Otávio Augusto Câmara; CASTRO, Aldemar Araujo. A pesquisa. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, v. 17, p. 67-69, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pob/a/Y7Zwy8rNNVf6T565v78v6SN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, v. 2, p. 267-274, 2012. Disponível em: <https://www.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

JESUS, Marco Aurelio de. **Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão**. YouTube, 03 ago. 2019. Produzido pelo IFRO, Campus Zona Norte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NvRaUoGdP7Q>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MCASP. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 10. Ed. - Brasília. 2023. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:48458](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458). Acesso em: 26 jul. 2024.

MOREIRA, Marco Antonio. Al final qué es aprendizaje significativo? **Revista Currículum**, v. 25, mar. 2012 p. 29-56. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96956/000900432.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 Out. 2023.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, [S. L.], v. 1, n. 1, p. 71-85, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/articulo/view/5034>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SUAP. **Sistema Unificado de Administração Pública**. Módulos; História; Conveniadas [...]. 2024. Disponível em: Conheça o SUAP (ifrn.edu.br). Acesso em: 04 ago. 2024.

XAVIER, Ana Cláudia Galvão *et al.* Concepções, diretrizes e indicadores da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica-EPCT. **Extensão tecnológica: rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proex/documentos/conf-2013-extensao-tecnologica-rede-federal-1.pdf>. Acesso 20 set. 2023.

[Voltar ao slide do Sumário](#)

35

[Voltar ao slide do Sumário](#)

Finalizando este guia, é essencial reconhecer que a aprendizagem significativa é construída sobre a base dos conhecimentos prévios dos participantes, como destacado por Moreira (2012), ao discutir a concepção de alguns educadores sobre a superação da Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel.

Assim, as orientações aqui apresentadas visam apoiar a aquisição de bens permanentes com base em experiências e saberes já existentes, enriquecendo a prática de extensionistas e pesquisadores na Educação Profissional e Tecnológica.

Agradeço sinceramente a todos que dedicaram seu tempo à leitura deste guia. Espero que ele se torne uma ferramenta útil no aprimoramento de suas atividades e contribua para a melhoria contínua das práticas institucionais.



36

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENADORES DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DOS *CAMPI* DO IFSUL

**Roteiro de entrevista estruturada para os pró-reitores, diretores, chefes de departamentos ou coordenadores, de ensino, pesquisa e extensão do IFSul.**

**Prezado servidor/a,**

Esta entrevista faz parte do trabalho de pesquisa que estou desenvolvendo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que frequento no IFRS – *Campus* Porto Alegre, denominado “Gestão patrimonial na educação profissional e tecnológica: incorporação de bens móveis de projetos de ensino, pesquisa e extensão”. Suas respostas serão utilizadas para analisar a gestão patrimonial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), evidenciando ferramentas e formas de controle no que se refere à incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Agradeço por sua contribuição.

1. Os recursos orçamentários destinados aos projetos de ensino, pesquisa e extensão costumam sempre prever orçamento para custeio e investimento?
2. O controle desses recursos em sendo de investimentos fica com a reitoria ou é descentralizado para os *campi*?
3. Atualmente, como ocorre o controle da incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?
4. Os editais de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que disponibilizam recursos de investimento aos pesquisadores, preveem a incorporação desses bens?

5. Existe um fluxo padronizado para a incorporação de bens móveis na Instituição, e esse fluxo é aplicável a todas as fontes de recursos?

6. Que tipo de produto ou recurso poderia ajudar na divulgação e orientação sobre a incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

## **APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES DE PATRIMÔNIO DOS CAMPI DO IFSUL**

**Questionário para os responsáveis pela gestão e controle dos bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão do IFSul.**

**Prezado servidor/a,**

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estou desenvolvendo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que frequento no IFRS – *Campus* Porto Alegre, denominado “**Gestão patrimonial na educação profissional e tecnológica: incorporação de bens móveis de projetos de ensino, pesquisa e extensão**”. Suas respostas serão utilizadas para analisar a gestão patrimonial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), evidenciando ferramentas e formas de controle no que se refere à incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Agradeço por sua contribuição.

1. Se possuir interesse no convite, por favor, leia e caso esteja de acordo, consinta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a seguir

(  ) Abrir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(  ) Não tenho interesse em participar

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(Imagem do TCLE)

#### **Consentimento, após esclarecimento**

Concordo em participar da pesquisa intitulada: “Gestão patrimonial na educação profissional e tecnológica: incorporação de bens móveis de projetos de ensino, pesquisa e extensão”.

Recebi uma via online deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade

de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

2. Você consente participar da pesquisa?

( ) Eu consinto participar da pesquisa

( ) Não concordo

3. Qual o seu endereço de *e-mail*? .....

Seu endereço de *e-mail* é importante para validarmos o seu consentimento e para enviar os resultados da pesquisa após o término do estudo.

### **Perfil do participante da pesquisa**

4. Qual o *Campus* do IFSul você trabalha?

( ) *Campus* Avançado Jaguarão

( ) *Campus* Avançado Novo Hamburgo

( ) *Campus* Bagé

( ) *Campus* Camaquã

( ) *Campus* Charqueadas

( ) *Campus* Lajeado

( ) *Campus* Passo Fundo

( ) *Campus* Pelotas

( ) *Campus* Pelotas-Visconde da Graça

( ) *Campus* Santana do Livramento

( ) *Campus* Sapiranga

( ) *Campus* Sapucaia do Sul

( ) *Campus* Venâncio Aires

( ) Reitoria

5. Quantos anos faz que você ingressou no IFSul?

( ) De 6 meses a 1 ano

( ) De 1 ano a 2 anos

( ) De 2 anos a 3 anos

( ) De 3 anos a 4 anos

( ) De 4 anos a 5 anos

( ) De 5 anos a 6 anos

( ) De 6 anos a 7 anos



- ( ) De 7 anos a 8 anos
- ( ) De 8 anos a 9 anos
- ( ) De 9 anos a 10 anos
- ( ) Outro. ....

6. Qual o seu cargo como técnico administrativo?

- ( ) Administrador
- ( ) Assistente em administração
- ( ) Assistente de aluno
- ( ) Contador
- ( ) Técnico em contabilidade
- ( ) Tecnólogo-formação
- ( ) Pedagogo-área
- ( ) Técnico em assuntos educacionais
- ( ) Não sou técnico administrativo em educação(TAE)
- ( ) Outros Qual? .....

7. Qual a sua formação?

- ( ) Técnico de nível médio
- ( ) Bacharel em Ciências Contábeis
- ( ) Bacharel em Administração
- ( ) Tecnólogo em Gestão Pública
- ( ) Curso de licenciatura
- ( ) Outro. Qual?.....

8. Se a resposta na pergunta 7 foi “Técnico de nível médio”, qual o curso que você frequentou:

.....

9. Se a resposta na pergunta 7 foi “Curso de licenciatura”, qual o curso que você frequentou?

- ( ) Ciências Biológicas
- ( ) Ciências Sociais
- ( ) Educação Física

- ( ) Filosofia
- ( ) Física
- ( ) Geografia
- ( ) História
- ( ) Letras
- ( ) Matemática
- ( ) Pedagogia
- ( ) Outro. Qual?.....

**Caracterizar a Gestão Patrimonial dos bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão**

10. Como é realizada a gestão patrimonial dos bens permanentes adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão no *Campus* em que você trabalha?

- ( ) O/a coordenador/a do projeto de ensino, pesquisa e extensão entra em contato com o coordenador/a do patrimônio e solicita a incorporação do bem adquirido, apresentando nota fiscal;
- ( ) O/a coordenador/a do patrimônio entra em contato com o coordenador do projeto e solicita nota fiscal do bem adquirido para incorporar ao patrimônio;
- ( ) Não existe controle de patrimônios obtidos com projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- ( ) É adotado outro procedimento para incorporar como patrimônio o bem adquirido por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão;

11. Se a resposta na pergunta 10 foi “É adotado outro procedimento para incorporar como patrimônio o bem adquirido por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão”, relate como é realizado a referida incorporação:

.....  
 .....

**Identificar dificuldades e ferramentas**

12. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta na incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

- ( ) O/A coordenador/a do projeto de ensino, pesquisa e extensão não comunica ao setor de patrimônio a aquisição de bens com recursos de investimentos;
- ( ) O/A coordenador/a do projeto de ensino, pesquisa e extensão comunica o setor de patrimônio mas falta uma documentação adequada dificultando a identificação e o registro preciso dos bens móveis a serem incorporados.
- ( ) Regulamentações e normas, nem sempre está claro os responsáveis pela incorporação dos bens que podem variar a depender da origem dos recursos e onde está abrigado este financiamento.
- ( ) Após incorporação, o responsável pelo projeto não apresenta o bem para identificação.
- ( ) Outro. Qual?.....

13. Os procedimentos para incorporação de bens móveis provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão são padronizados no seu *Campus*?

- ( ) Nunca
- ( ) Raramente
- ( ) Às vezes
- ( ) Muitas vezes
- ( ) Sempre

14. Se a resposta na pergunta 13 foi “raramente” ou “às vezes” ou “muitas vezes” ou “sempre”, descreva qual o procedimento que é adotado?

.....

.....

15. Se a resposta na pergunta 13 foi “raramente” ou “às vezes” ou “muitas vezes” ou “sempre”, esses procedimentos estão sendo adequados para incorporar o bem adquirido por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo
- ( ) Indeciso
- ( ) Concordo
- ( ) Concordo totalmente
- ( ) Outro. Qual?.....

**Identificar concepções**

16. Os coordenadores (professores ou técnicos administrativos) de projetos de ensino, pesquisa e extensão costumam procurar o setor de patrimônio para esclarecer dúvidas sobre a categoria de despesa (custeio ou investimento) dos bens móveis que serão adquiridos nos projetos de ensino, pesquisa e extensão?

- ) Nunca
- ) Raramente
- ) Às vezes
- ) Muitas vezes
- ) Sempre

17. Se a resposta na pergunta 16 foi “raramente” ou “às vezes” ou “muitas vezes” ou “sempre”, quando ocorre a consulta quanto à categoria de despesa (custeio ou investimento) destes bens?

- ) No momento da inscrição no edital.
- ) No decorrer da execução dos projetos, após serem aprovados.
- ) No final do projeto, no momento da prestação de contas.
- ) Outro. Qual.....

18. Os coordenadores (professores ou técnicos administrativos) de projetos de ensino, pesquisa e extensão na sua unidade possuem conhecimentos sobre a necessidade de incorporar os bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio desses projetos?

- ) Sim
- ) Não
- ) Não sei

19. Se a resposta da pergunta 18 foi “Sim”, que procedimentos estão sendo adotados na incorporação dos bens móveis de natureza permanente adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

.....  
.....

### Identificar comunicação entre os setores

20. O setor de patrimônio da sua unidade recebe informações antecipadas sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão em andamento na Instituição quando há previsão de aquisição de bens com recursos de investimento?

- ) Nunca
- ) Raramente
- ) Às vezes
- ) Muitas vezes
- ) Sempre

21. Se a resposta da pergunta 20 foi “nunca”, “raramente”, “às vezes” ou “muitas vezes”, em que momento o setor de patrimônio é acionado para auxiliar no tratamento adequado destes bens móveis adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão?

- ) Após a aprovação do projeto em edital, e quando o projeto prevê recurso de investimento que envolve a aquisição de bens patrimoniais, o coordenador do projeto inicia o processo de contato com o setor de patrimônio.
- ) Na aquisição do bem móvel com recursos de investimento, durante a execução dos projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- ) Na prestação de contas dos projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- ) Outro. Qual.....

O questionário destinado aos coordenadores de patrimônio das unidades de gestão pesquisadas foi criado utilizando o formato de formulário no *Google Forms*. Você pode acessá-lo por meio do seguinte link: <https://forms.gle/7Lq1hgMJh96CJVrJ9>

## APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

**Prezado/a servidor/a,**

Este questionário é parte integrante do trabalho de pesquisa conduzido no âmbito do Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, que estou cursando no IFRS – *Campus* Porto Alegre, intitulado "Gestão Patrimonial na Educação Profissional e Tecnológica: Incorporação de Bens Móveis de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão", tem como objetivo avaliar o Produto Educacional denominado "**Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica**". Após a sua defesa, o Produto Educacional estará disponível no acervo da página do EduCapes para produtos educacionais (link: <https://educapes.capes.gov.br/>).

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Imagem do TCLE)

#### CONSENTIMENTO APÓS ESCLARECIMENTO:

Concordo em participar da pesquisa que tem por objetivo avaliar o Produto Educacional denominado "**Guia de referência para aquisição de bens permanentes: orientações para extensionistas e pesquisadores da educação profissional e tecnológica**".

(  ) Sim

(  ) Não

### QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Considerando o desenvolvimento e aplicação do produto educacional mencionado acima, elaborado com base nos resultados da pesquisa realizada nos *campi* do IFSul, apresentamos o questionário a seguir, composto por questões fechadas e abertas. As perguntas estão organizadas em cinco componentes definidos, conforme descrito por Leite (2018): atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação.

Sua participação neste processo é voluntária, porém de extrema importância!

Agradecemos antecipadamente por contribuir com sua análise e avaliação do produto educacional. As questões a seguir devem ser respondidas com base em sua análise e avaliação do produto educacional (PE) proposto pela pesquisadora sob a perspectiva de um sujeito, potencial usuário do produto educacional e que trabalha com a execução de projetos de pesquisa e extensão, os quais por vezes resultam na aquisição de bens permanentes incorporados ao patrimônio da Instituição onde este projeto foi realizado.

Avalie cada questão atribuindo uma nota de 1 a 5, conforme a escala a seguir:

**1 = Discordo totalmente**

**2 = Discordo**

**3 = Indeciso**

**4 = Concordo**

**5 = Concordo totalmente**

**ATENÇÃO!** Caso você responda esse formulário por celular, recomenda-se utilizá-lo na posição horizontal, a fim de que seja possível visualizar a escala completa (de 1 a 5) na tela. Na posição vertical, será necessário deslizar seu dedo (da direita para a esquerda).

#### **A. ATRAÇÃO:**

Consiste em verificar se os conteúdos do material são atraentes para o grupo destinatário.

##### **1. Como você avalia a ATRAÇÃO do PE em relação:**

1.1 Você considera os conteúdos deste material atraentes? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

1.2 O design e a apresentação visual deste material são atrativos para você? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

1.3 Este material desperta seu interesse em explorar mais sobre o tema abordado? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

1.4 No espaço abaixo, fique à vontade para registrar comentários ou sugestões de melhorias ao PE no componente **ATRAÇÃO**:

**B. COMPREENSÃO:**

Consiste em verificar se os conteúdos do material são entendidos pelo grupo destinatário.

**2. Como você avalia a COMPREENSÃO do PE em relação ao seguinte:**

2.1 Compreensão, clareza e propósito do conteúdo do PE? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

2.2 Adequação e entendimento do vocabulário utilizado? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

2.3 Quantidade, qualidade e suficiência de informações? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

2.4. No espaço abaixo, fique à vontade para registrar comentários ou sugestões de melhorias ao PE no componente **COMPREENSÃO**:

**C. ENVOLVIMENTO:**

Consiste em verificar se o destinatário reconhece o material como destinado a ele.

**3. Como você avalia o ENVOLVIMENTO do PE em relação:**

3.1 Você sente que este material é direcionado a pessoas como você? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

3.2 As expressões utilizadas neste material são familiares para você? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

3.3 Você se sente envolvido com o conteúdo apresentado neste material? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

3.4 No espaço abaixo, fique à vontade para registrar comentários ou sugestões de melhorias ao PE no componente **ENVOLVIMENTO**:

**D. ACEITAÇÃO:**

Consiste em verificar se o se o enfoque, conteúdos e linguagem foram aceitos.

**4. Como você avalia a ACEITAÇÃO do PE em relação:**

4.1 Você se sente representado de forma adequada neste material? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

4.2 A linguagem utilizada neste material é inclusiva e respeitosa com todos os grupos sociais? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

4.3 O uso de imagens é neutro (não reforça padrões estereotipados de gênero, etnia,



classe, etc.)? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

4.4 No espaço abaixo, fique à vontade para registrar comentários ou sugestões de melhorias ao PE no componente **ACEITAÇÃO**:

#### **E: MUDANÇA DE AÇÃO:**

Consiste em verificar se o se o material estimula uma mudança de olhar e de atitude.

#### **5. Como você avalia a MUDANÇA DE AÇÃO do PE em relação:**

5.1 A mensagem deste material incentiva a realização de alguma ação específica? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

5.2 Você se sente motivado a suscitar novos olhares e reflexões? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

5.3 você recomendaria para outros profissionais da educação esse material? (1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Indeciso, 4 - Concordo, 5 - Concordo totalmente)

5.4 Utilize o espaço abaixo para registrar outras contribuições que você considera relevantes para a melhoria deste PE no componente **MUDANÇA DE AÇÃO:.....**

O questionário destinado a avaliação do PE foi criado utilizando o formato de formulário no *Google Forms*. Você pode acessá-lo por meio do seguinte link:

<https://forms.gle/woebGYC9JiqDLMFk6>.

## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** GESTÃO PATRIMONIAL: INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ORIUNDOS DE PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

**Pesquisador:** Clair Eliane Naysinger Borges

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 73027623.0.0000.8024

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.281.959

#### Apresentação do Projeto:

GESTÃO PATRIMONIAL: INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ORIUNDOS DE PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Este projeto de pesquisa está sendo desenvolvido no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e é oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Está vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e pertence ao Macroprojeto de Organização de espaços pedagógicos da EPT. Tem a finalidade de analisar a gestão patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), evidenciando ferramentas e formas de controle no que se refere à incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanentes na Instituição, oriundos de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, do tipo descritiva, com dimensão exploratória, que será desenvolvida por uma abordagem qualitativa, acompanhada por um tratamento quantitativo.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Geral:** Analisar a gestão patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSul), evidenciando ferramentas e formas de controle no que se refere à incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanentes na Instituição

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 95.700-086

**UF:** RS

**Município:** BENTO GONCALVES

**Telefone:** (54)3449-3340

**E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.281.959

oriundos de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos específicos: a) Caracterizar a gestão patrimonial que é desenvolvida no IFSul, com ênfase naquela oriunda de projetos de ensino, pesquisa e extensão;

b) Identificar dificuldades encontradas nos processos de incorporação de bens permanentes que foram adquiridos por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão;

c) Indicar ferramentas e formas de controle no processo de incorporação patrimonial de bens móveis de natureza permanentes oriundos de projetos de ensino, pesquisa e extensão

d) Identificar a concepção dos servidores responsáveis pela coordenação e execução dos projetos de ensino, pesquisa e extensão acerca da necessidade de incorporação dos bens móveis de natureza permanentes oriundos desses projetos adquiridos por meio de orçamento de investimentos, assim como os tratamentos que são necessários a estes bens na instituição;

e) Produzir um produto educacional que contribua para o controle patrimonial, de bens móveis de natureza permanente que são oriundos de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Realizar pesquisas que envolvem seres humanos pode trazer consigo diversos riscos e preocupações relacionadas à segurança. Esses riscos podem variar dependendo da natureza da pesquisa, dos procedimentos envolvidos e dos grupos de pessoas estudadas. Conforme estabelecido na Resolução CNS nº 466/12 toda pesquisa com seres humanos envolve riscos nas dimensões física, psíquica, moral, intelectual, emocional, social, cultural ou espiritual do ser humano, em tipos e gradações variadas, mesmo que mínimas. No estudo proposto, os riscos oferecidos para os participantes são mínimos e estão relacionados com possíveis constrangimentos para responder o questionário e as questões da entrevista. Isso se

deve ao fato de que os procedimentos de investigação não são invasivos e serão mantidos os critérios éticos de sigilo e confidencialidade dos dados. As questões que fazem parte do questionário assim como o roteiro de questões das entrevistas foram elaboradas no sentido de não apresentarem riscos ou desconforto, assim como não oferecerem prejuízos, constrangimentos ou riscos à sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. Mas caso o participante não se sinta confortável, pode solicitar ajuda à pesquisadora ou até mesmo não responder aos questionamentos e responder apenas às questões que achar conveniente. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, o participante poderá entrar em contato com um serviço especializado que pode ser a psicóloga, ou a um dos pedagogos ou à assistente social do Campus, a fim de receber o

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 95.700-086

**UF:** RS

**Município:** BENTO GONCALVES

**Telefone:** (54)3449-3340

**E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 6.281.959

acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, você poderá realizar o contato imediato com a pesquisadora responsável pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

**Benefícios:**

Participar de uma pesquisa em educação pode trazer diversos benefícios tanto para os participantes quanto para a comunidade acadêmica em geral. Com este estudo espera-se trazer alguns benefícios aos participantes assim como contribuir para o avanço do conhecimento em sua área específica. Suas experiências, opiniões e informações que serão coletadas ajudarão a pesquisadora a obter insights mais aprofundados sobre o tema proposto, alimentando a base de conhecimento existente, aliado a isso também proporcionará reflexão sobre a própria prática, permitindo analisar criticamente sua própria experiência e aprimorem suas práticas profissionais. Além dos benefícios citados, a participação

neste estudo poderá estabelecer novas parcerias, compartilhamento de conhecimentos e oportunidades futuras de pesquisa ou desenvolvimento profissional, gerando impacto nas políticas e práticas educacionais, em suas comunidades ou instituições. Outrossim, contribuirá para a gestão patrimonial do IFSul, por meio da criação de ferramentas e formas de controle no que se refere à incorporação patrimonial de bens móveis de

natureza permanentes oriundos de projetos de ensino, pesquisa e extensão. A obtenção destes benefícios se dará por meio de consulta em artigos que serão publicados em anais de eventos e até mesmo em periódicos especializados, assim como do produto educacional que será produzido. Mais diretamente, a instituição de ensino envolvida neste projeto de pesquisa terá disponível para consulta a dissertação que oferecerá dados importantes para implementação e qualificação da sua gestão patrimonial. Já os professores e demais profissionais da educação, assim como os responsáveis pela gestão e controle dos bens móveis de natureza permanentes disporão de um manual que contribuirá para a prestação de contas de forma correta, considerando a legislação vigente.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

- 1) O estudo é nacional;
- 2) A pesquisa é parte do Trabalho de Mestrado, projeto de pesquisa desenvolvido no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e é oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS);

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 95.700-086

**UF:** RS

**Município:** BENTO GONCALVES

**Telefone:** (54)3449-3340

**E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.281.959

- 3) Tipo de fomento de Financiamento próprio;  
4) Tamanho da amostra: 26 participantes (maiores de 18 anos);  
5) Previsão de início e término do estudo: 02/01/2024 a 01/04/2024

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados e estão de acordo com as normativas éticas.

**Recomendações:**

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo “relatório” para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente n. : 6.262.091 emitido pelo CEP em 27/08/2023.

Resposta:

Assunto: Carta resposta ao parecer CEP número 6.262.091 de 29 de agosto de 2023.

Título da pesquisa: GESTÃO PATRIMONIAL: INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ORIUNDOS DE PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Pesquisadora responsável: Clair Eliane Naysinger Borges

CAAE: 73027623.0.0000.8024

Ao cumprimentá-los(as), informamos que a pendência e inadequação apontada foi adequada, assim, encaminhamos a resposta ao ajuste solicitado por este CEP. A pendência foi listada abaixo e está acompanhada da correspondente resposta.

Lista de pendências e respostas:

Pendência 1: Solicita-se incluir no PB o texto igual ao TCLE com a previsão de encaminhamento caso os riscos se concretizem em conformidade com os Art. 3, 15 e 18 da Resolução 510 de 2016 do CNS.

Resposta: O texto apresentado nas informações básicas do projeto de pesquisa, em relação aos riscos, caso se concretizem, foi ajustado para que fique semelhante ao apresentado no TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Além disso, foi necessário ajustar o projeto de pesquisa, conforme arquivo que foi anexado em “OUTROS” com a denominação

“Projeto\_pesquisa\_Clair\_retificado”. Sendo assim, o arquivo enviado na primeira versão foi mantido e o retificado foi anexado em “OUTROS”.

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 95.700-086

**UF:** RS

**Município:** BENTO GONCALVES

**Telefone:** (54)3449-3340

**E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 6.281.959

Atenciosamente,

Clair Eliane Naysinger Borges

ANÁLISE: Atendida.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2185329.pdf	29/08/2023 14:50:41		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP6262091.pdf	29/08/2023 14:47:32	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
Outros	Projeto_pesquisa_Clair_retificado.pdf	29/08/2023 14:25:21	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
Outros	Questionario_Coordenadores_patrimonio_Formularios_Google.pdf	14/08/2023 10:09:07	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_COORDENADORES_ENSINO_PESQUISA_EXTENSAO.pdf	14/08/2023 10:03:01	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Clair.pdf	14/08/2023 09:52:05	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_COORDENADORES_PATRIMONIO.pdf	14/08/2023 09:47:23	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ADULTOS_COORDENADORES_PROJETOS_ENSINO_PESQUISA_EXTENSAO.pdf	14/08/2023 09:45:04	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ADULTOS_COORDENADORES_PATRIMONIO.pdf	14/08/2023 09:44:50	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_INSTITUCIONAL_REITOR.pdf	27/07/2023 20:54:54	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_ClairBorges.pdf	26/07/2023 16:56:46	Clair Eliane Naysinger Borges	Aceito

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 95.700-086

**UF:** RS

**Município:** BENTO GONCALVES

**Telefone:** (54)3449-3340

**E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.281.959

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BENTO GONCALVES, 04 de Setembro de 2023

---

**Assinado por:**  
**CINTIA MUSSI ALVIM STOCCHERO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 95.700-086

**UF:** RS

**Município:** BENTO GONCALVES

**Telefone:** (54)3449-3340

**E-mail:** cepsquisa@ifrs.edu.br